

*Relatório*  
**DE GESTÃO**  
INSTITUCIONAL





*Relatório*  
**DE GESTÃO**  
INSTITUCIONAL

## **Elaboração**

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento  
à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.

(48) 3229-9001 | [pgj@mp.sc.gov.br](mailto:pgj@mp.sc.gov.br) | [www.mp.sc.gov.br](http://www.mp.sc.gov.br) |

[www.youtube.com/ministeriopublicosc](http://www.youtube.com/ministeriopublicosc)

## **Projeto gráfico e editoração**

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229-9011 | [midia@mp.sc.gov.br](mailto:midia@mp.sc.gov.br)

## **Impressão**

Copiar

Tiragem: 700 exemplares

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>I - DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MPSC</b> .....	<b>9</b>
<b>II - O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO?</b> .....	<b>11</b>
1 QUANDO VOCÊ DEVE PROCURAR O MINISTÉRIO PÚBLICO? .....	11
2 COMO ATUA O MPSC? .....	12
3 QUEM FISCALIZA O MPSC? .....	13
4 COMO ACOMPANHAR O TRABALHO DO MPSC? .....	13
<b>III - AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>15</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - GARANTIR O ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA EFETIVIDADE</b> .....	<b>16</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - PROMOVER A PROTEÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES</b> .....	<b>20</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - PROMOVER A DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE EM FACE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS</b> .....	<b>30</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - QUALIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE</b> .....	<b>31</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - PROMOVER E DEFENDER OS DIREITOS E GARANTIAS INFANTOJUVENIS</b> .....	<b>37</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 - ASSEGURAR A DEFESA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE URBANO E RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>40</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 7 - COMBATER A CORRUPÇÃO E DEFENDER COM EFICIÊNCIA O PATRIMÔNIO PÚBLICO E A MORALIDADE ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>48</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 8 - PREVENIR E REPRIMIR A SONEGAÇÃO FISCAL NOS ÂMBITOS ESTADUAL E MUNICIPAL</b> .....	<b>54</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 9 - ASSEGURAR O PLENO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS E GARANTIAS</b> .....	<b>59</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - AUMENTAR A CREDIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	<b>60</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AUMENTAR A EFETIVIDADE E A PROATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA</b> .....	<b>62</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - MELHORAR AS RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS</b> .....	<b>67</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - APRIMORAR A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>69</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 14 - CONSOLIDAR TESES INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>71</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 15 - OTIMIZAR E POTENCIALIZAR A ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA</b> .....	<b>72</b>

<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 16 - TORNAR OS PROCESSOS DE GESTÃO MAIS EFETIVOS .....</b>	<b>75</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 17 - MELHORAR A ESTRUTURA FÍSICA E A SEGURANÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>77</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 18 - MELHORAR O DESEMPENHO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 19 - TER PESSOAL QUALIFICADO E EM NÚMERO SUFICIENTE ÀS NECESSIDADES REAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.....</b>	<b>81</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO 20 - ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E OTIMIZAR SUA ALOCAÇÃO .....</b>	<b>85</b>
<b>IV - DADOS ESTATÍSTICOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>86</b>
1 EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL .....	86
2 EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL (LRF) .....	87
3 EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPSC .....	87
4 VALORES DOS INVESTIMENTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.....	88
5 CRESCIMENTO IMOBILIÁRIO DO MPSC.....	88
6 INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIDADE.....	90
7 EVOLUÇÃO DA FROTA OFICIAL.....	91
8 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL.....	91
<b>V - DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU .....</b>	<b>93</b>
1 ATRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.....	93
2 PROCURADORIAS DE JUSTIÇA .....	94
3 COORDENADORIA DE RECURSOS .....	97
4 CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	101
5 OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	102
<b>VI - DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU.....</b>	<b>105</b>
1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	105
2 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CRIMINAL.....	109
3 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL.....	122
4 ATIVIDADES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	129
<b>VII - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>139</b>

# APRESENTAÇÃO

A publicação do Relatório de Gestão Institucional (RGI) coloca à disposição da Sociedade um conjunto de informações que permitem a correta avaliação do desempenho das ações desenvolvidas, pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em 2014.

A sociedade espera, cada vez mais, por moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública, bem como melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais. O cidadão vem exigindo, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e maior transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos.

Diante dessas expectativas, são essenciais a construção, a compreensão e a comunicação de estratégias que assegurem resultados capazes de atender aos anseios da sociedade em relação à atuação e ao papel conferido, ao longo da história, ao Ministério Público.

Um Plano Estratégico define, em linhas gerais, o caminho a ser seguido para reforçar a legitimidade de uma organização ao longo do tempo. Podemos caracterizá-lo como o conjunto de objetivos e ações necessários para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro de

uma instituição.

Nesse contexto, é importante registrar que a consolidação da implementação do Planejamento Estratégico 2012 – 2022, como elemento norteador das ações desenvolvidas no âmbito da atuação institucional, tem possibilitado estabelecer vantagens competitivas, para a geração de resultados nas diferentes áreas de atuação, vinculadas aos 20 Objetivos Estratégicos orientadores das ações do Ministério Público Catarinense.

Ser capaz de definir hoje os caminhos para alcançar o patamar de desempenho esperado pela sociedade é um dos principais objetivos de nossa Instituição. Produzir resultados alinhados ao que foi planejado e, ao mesmo tempo, ajustados ao momento social e econômico que vivenciamos em 2014, em face das prioridades sociais e institucionais estabelecidas, é o nosso desafio. Esse desafio está sendo vencido com o compromisso e o envolvimento de todos os membros, servidores e colaboradores do Ministério Público.

**L I O M A R C O S M A R I N**  
P R O C U R A D O R - G E R A L D E J U S T I Ç A



# I - DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS DO MPSC

---

## *M i s s ã o*

Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

---

## *V i s ã o*

Ser uma instituição próxima ao cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da Justiça e na proteção dos direitos fundamentais.

---

## *V a l o r e s*

Ética, Efetividade, Independência, Justiça e Transparência.



## II - O QUE É O MINISTÉRIO PÚBLICO?

O Ministério Público é o guardião dos direitos da sociedade e atua nas causas de interesse coletivo. Defende o interesse público e os direitos individuais indisponíveis. É uma instituição independente, que não integra o Poder Judiciário nem os Poderes Executivo e Legislativo.

O Ministério Público atua no amparo aos direitos que dizem respeito a todos, como a proteção do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio público. São os chamados direitos difusos e coletivos. Também age, coletivamente, na proteção dos direitos daqueles que não têm condições de se defender, como as crianças, os idosos e o adulto incapaz. Cabe ao Ministério Público, ainda, o papel de zelar pelos direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como a vida, a liberdade e a saúde – chamados direitos individuais indisponíveis. Ele defende a democracia, zela pelo respeito às leis eleitorais e exerce o controle da constitucionalidade das leis, procurando eliminar aquelas que contrariem a Constituição do Brasil ou a Constituição do Estado.

### 1 Quando você deve procurar o Ministério Público?

O Ministério Público atua em várias e importantes áreas de interesse da sociedade. Veja alguns exemplos.

**Saúde:** quando a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, deixa de ser prestada regularmente pelo Poder Público.

**Educação:** quando for negado ou deixar de ser oferecido o acesso ao ensino infantil e ensino básico obrigatório de qualidade.

**Consumidor:** quando este for prejudicado por má qualidade ou nocividade de bens e serviços oferecidos (inclusive serviços públicos); publicidade enganosa; abusividade de preços, incluindo os decorrentes da formação de cartéis; utilização de meios humilhantes ou abusivos para a cobrança de dívidas, além de outras situações.

**Meio ambiente:** quando for identificado qualquer dano ou séria ameaça de dano ao meio ambiente, compreendendo os patrimônios histórico, cultural, paisagístico e estético e a ordem urbanística.

**Direitos humanos:** para defender os direitos de pessoas consideradas incapazes, de idosos e de deficientes físicos.

**Infância e juventude:** nas situações em que houver maus-tratos físicos ou morais; quando houver abandono material (falta de alimentação, habitação e saúde), abandono intelectual (negação do direito à educação, à cultura e ao lazer) ou abandono cívico (negação do registro civil e da cidadania). O MPSC está presente, ainda, nos processos de separação e divórcio, guarda e adoção, inventários e divisões de bens que envolvam crianças e adolescentes e nos procedimentos relativos à prática de atos infracionais por adolescentes.

**Moralidade administrativa:** quando houver conhecimento da prática de fraudes e irregularidades na admi-

nistração de qualquer órgão público, como contratações irregulares, nepotismo, promoção pessoal, desvio ou apropriação de recursos ou serviços públicos, licitações ou concursos públicos fraudulentos.

**Controle da constitucionalidade:** quando leis e atos normativos municipais ou estaduais desrespeitam a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

**Ordem tributária:** quando houver evidência de sonegação de quaisquer tributos, fraude na arrecadação, pirataria, falsificação de produtos ou cobrança irregular de impostos e taxas.

**Processo eleitoral:** quando ocorrer registro irregular de candidaturas a cargos eletivos, propaganda eleitoral irregular, abuso de poder econômico e político ou promoção pessoal, inclusive por intermédio dos meios de comunicação, durante o período eleitoral.

**Terceiro setor:** quando houver fraude no registro, desvio de finalidade ou de recursos por parte de fundações ou entidades de interesse público e social.

**Criminal:** é responsável pela iniciativa da ação penal para punir os autores dos crimes, desde os mais simples até os mais graves, como assassinato, estupro, roubo, latrocínio, sequestro, tráfico de drogas, estelionato e corrupção. O MPSC também pode investigar diretamente crimes de maior complexidade e repercussão social, especialmente quando há envolvimento de organizações criminosas. Nos delitos de menor gravidade, pode propor acordo com o infrator, por meio de aplicação de penalidade alternativa à pena de prisão. Tem, ainda, a função de exercer o controle da atividade policial.

## 2 Como atua o MPSC?

A atuação do Ministério Público é feita pelos Promotores de Justiça e pelos Procuradores de Justiça. Os primeiros atuam nas Comarcas, junto aos Juizes de Direito, em contato mais próximo e direto com a população. Os Procuradores de Justiça exercem sua atividade perante o Tribunal de Justiça. Atuam em processos propostos inicialmente pelo Promotor de Justiça quando a decisão do Juiz é questionada pelo acusado ou, ainda, quando o Ministério Público não concorda com uma decisão do Tribunal de Justiça e recorre ao próprio Tribunal de Justiça ou aos tribunais superiores: Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

O Promotor de Justiça pode atuar de forma extrajudicial ou judicial. Na modalidade extrajudicial, busca a solução dos problemas usando de outros meios que não a ação judicial, como, por exemplo, promovendo o diálogo e a conciliação entre partes, realizando audiências públicas, expedindo recomendações ou celebrando ajustamentos de conduta. Na forma judicial, ele leva o caso ao Juiz, solicitando que sejam determinadas as medidas necessárias.

Os dois principais instrumentos utilizados pelo Promotor de Justiça, quando age judicialmente, são a Ação Civil Pública e a Ação Penal Pública. A primeira serve para, por exemplo, obrigar o poluidor a reparar o dano causado ao meio ambiente ou o fabricante a retirar do mercado um produto nocivo à saúde. Também é empregada para fazer com que um Município garanta creche às crianças ou conserte uma escola que esteja oferecendo risco à segurança dos alunos, ou, ainda, para obrigar o administrador desonesto a devolver dinheiro que tenha

desviado dos cofres públicos. A Ação Penal Pública serve para punir os criminosos, como, por exemplo, os homicidas, traficantes, ladrões, estelionatários, corruptos, entre outros.

### 3 Quem fiscaliza o MPSC?

Internamente, a Instituição possui três órgãos de fiscalização:

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, que é responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Procuradores e Promotores de Justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público, que avalia a decisão do Promotor de Justiça quando resolve arquivar, ou não, dar continuidade a uma investigação feita por meio de inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou peças de informação.

O Colégio de Procuradores de Justiça, que fiscaliza os atos administrativos e jurídicos do Procurador-Geral de Justiça, nos limites definidos na Lei Orgânica do Ministério Público.

Externamente, o Ministério Público de Santa Catarina é fiscalizado de duas formas: pelo Tribunal de Contas do Estado, que faz a análise e fiscalização da prestação de contas do Ministério Público e examina as suas despesas, incluindo as de pessoal; e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e avalia o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus membros.

### 4 Como acompanhar o trabalho do MPSC?

São várias as alternativas para acompanhar o trabalho desenvolvido, pelo Ministério Público, no Estado de Santa Catarina:

#### a) Portal do Ministério Público de Santa Catarina

Por intermédio dele, o cidadão poderá ter acesso a diversas informações, permanentemente atualizadas. Constam ali, por exemplo, as indicações para contato com todas as Promotorias de Justiça de Santa Catarina, por meio de telefones, endereços e área de atuação de cada uma delas.

O cidadão ainda dispõe, no Portal, da seção “Ouvidoria” para o encaminhamento de críticas, sugestões ou denúncias.

No Portal constam, também, notícias sobre fatos relevantes relacionados ao Ministério Público, campanhas desenvolvidas pela Instituição e *links* de acesso aos *blogs* das Promotorias de Justiça e dos seus Centros de Apoio e aos vídeos institucionais.

As publicações oficiais estão disponíveis no Diário Oficial Eletrônico do MPSC. As informações sobre os atos administrativos e outros documentos gerados pelo Ministério Público podem ser consultadas na área identificada como “Portal da Transparência”, que contou com 33.429 acessos em 2014.

#### b) Relatório de Gestão Institucional (RGI)

Este documento, publicado anualmente no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, detalha as principais

ações e os resultados do trabalho desenvolvido pela Instituição no ano anterior.

**c) Plano Geral de Atuação (PGA)**

É publicado, no *site* do Ministério Público de Santa Catarina, no início de cada ano, e informa as ações programadas e as metas previstas, de acordo com o Planejamento Estratégico do MPSC.

**d) Canal *YouTube***

O Ministério Público de Santa Catarina também está presente no *YouTube*. Em seu canal, podem ser assistidos os vídeos produzidos pela Instituição, com conteúdo educativo e informações sobre sua atuação. Em 2014, foram 92.559 visualizações.

**e) *Twitter***

Esse canal traz, diariamente, conteúdo educativo e informação sobre as ações e notícias do Ministério Público de Santa Catarina. Em 2014, foram 13.100 seguidores.



### III - AVALIAÇÃO DOS 20 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Como processo de gestão, o Planejamento Estratégico orienta a organização a olhar o futuro e a se articular com o ambiente externo. Sua ênfase vai além das tarefas de gerenciamento de rotina, à medida que cria, de forma sistêmica e participativa, um conjunto de objetivos e iniciativas estratégicas de curto e longo prazo, a serem alcançadas pela organização.

O Planejamento Estratégico realizado no Ministério Público de Santa Catarina foi “desenhado” para um período de 10 anos.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Garantir o acesso aos direitos fundamentais e a sua efetividade

**OBJETIVO:** Assegurar o efetivo respeito dos Poderes Públicos aos serviços de relevância pública e aos direitos fundamentais inerentes ao exercício da soberania plena, promovendo medidas necessárias à sua garantia. A atuação da instituição nessa matéria gera reflexos diretos em áreas sensíveis à sociedade, como a plena inclusão da pessoa com deficiência, a adequação dos serviços de acolhimento de dependentes químicos e de pessoas idosas, sobretudo sob o aspecto sanitário, e o fomento à estruturação de políticas públicas em benefício desses dois grupos.

**RESPONSÁVEL:** Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor e Promotores de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa Acessibilidade Total

##### OBJETIVO

Garantir a livre circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a adequação dos espaços públicos e privados de uso coletivo e dos serviços públicos às normas relativas à acessibilidade, suprimindo barreiras e obstáculos arquitetônicos; e promover a educação inclusiva. Segundo o Censo Demográfico do ano de 2010, Santa Catarina possui mais de um milhão e meio de pessoas com algum tipo de deficiência ou redução em sua mobilidade, como idade avançada, gestação, obesidade ou lesão temporária, o que representa 20% de toda a população estadual. A plena inclusão dessas pessoas pressupõe mudanças culturais e de atitude, entre elas a adaptação do ambiente físico para atingir melhores condições de acessibilidade espacial.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

a) A fim de conhecer a realidade catarinense, foram realizados estudos sobre a melhor forma de levantar as condições de acessibilidade nos locais de grande trânsito de pessoas, como as instalações nas Unidades Básicas de Saúde, portas de entrada prioritárias do SUS, e nas escolas, tanto públicas quanto privadas. Houve o aprimoramento do instrumento de coleta dos dados arquitetônicos, a fim de possibilitar a construção de um diagnóstico completo sobre esses espaços, ponto de partida para a construção de soluções.

b) Foram realizadas intervenções (extrajudicial ou judicial) visando à promoção da acessibilidade nas escolas privadas e públicas.

## **RESULTADOS**

a) Para efeito de garantia do direito de acessibilidade às escolas, o Ministério Público já acompanhou 293 estabelecimentos de ensino mediante a instauração de procedimento próprio, dos quais 209 são escolas municipais, 12 estaduais e 72 privadas.

b) Quanto às Unidades Básicas de Saúde, o Ministério Público desenvolveu um questionário *on-line* para o levantamento das irregularidades nas edificações, sob o ponto de vista da acessibilidade, contemplando os requisitos mínimos necessários à acessibilidade dos mais de 1.800 estabelecimentos de saúde em Santa Catarina.

## **2 Programa de Prevenção ao Uso de Drogas e Garantia de Atenção ao Usuário**

### **OBJETIVO**

Promover a implantação e fiscalizar a execução de políticas públicas com vistas à prevenção do uso de drogas, à conscientização, ao tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes.

Os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2005, contidos no 2º Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas no Brasil, constatou que, na região Sul, excetuados o álcool e tabaco, 14,8% da população pesquisada fazia uso de algum tipo de droga. Por outro lado, o levantamento realizado em 2012 constatou a existência de 142 comunidades terapêuticas em funcionamento no Estado de Santa Catarina.

A partir das informações levantadas, foram priorizados pela Instituição a fiscalização das Comunidades Terapêuticas, entidades de acolhimento voluntário de dependentes químicos, e o incentivo à criação e atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas, órgãos de articulação de políticas públicas nessa área.

### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

a) O MPSC está realizando um diagnóstico visando à adequação das Comunidades Terapêuticas, sob os aspectos principalmente sanitário e de segurança, e a existência e efetividade dos Conselhos Municipais Antidrogas.

b) Foram realizadas intervenções (extrajudicial ou judicial) visando à adequação de Comunidades Terapêuticas.

### **RESULTADOS**

a) Foram realizadas 58 vistorias, de um universo de 170 Comunidades Terapêuticas existentes no Estado, o que corresponde a 34,12% do total. Foram averiguadas as condições sanitárias e de segurança em que se encontram mais de 720 pessoas, além de traçado o perfil das entidades.

- b) Das Comunidades Terapêuticas que apresentaram alguma irregularidade durante a visita técnica, foram instaurados 29 procedimentos visando a adequá-las às normas legais e administrativas.
- c) Foram identificados que apenas 38 Conselhos Municipais Antidrogas estão ativos de um total de 150, o que corresponde a 25,34% do total existente.

### 3 Programa Melhor Idade

#### OBJETIVO

Zelar pela efetivação dos direitos e das garantias previstas no Estatuto do Idoso, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Ainda, fomentar a implantação de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), além de promover sua adequação às normas de regência, fiscalizando-as de forma permanente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve expressivo crescimento da população de idosos no País. Em 1998, o número de idosos representava 8,1% da população catarinense; no censo de 2010, essa porcentagem saltou para 10,51%.

Visando a garantir os direitos dos idosos, o MPSC priorizou a fiscalização das Instituições de Longa Permanência e o incentivo à criação e atuação dos Conselhos Municipais de Idosos.

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) O MPSC realizou um diagnóstico completo das Instituições de Longa Permanência para Idosos, sob os aspectos principalmente sanitário e de segurança, e a existência e efetividade dos Conselhos Municipais do Idoso.
- b) Foram realizadas intervenções (extrajudicial ou judicial) visando à adequação das Instituições e à criação e efetiva atuação dos Conselhos Municipais do Idoso.

#### RESULTADOS

a) Foram vistoriadas pelo Ministério Público, em conjunto com a Corregedoria-Geral de Justiça, o Corpo de Bombeiros, a Vigilância Sanitária, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC) e o Conselho do Idoso, as 182 Instituições de Longa Permanência para Idosos, nos Municípios de Águas Mornas (1), Balneário Camboriú (2), Biguaçu (7), Blumenau (13), Braço do Trombudo (1), Brusque (4), Caçador (1), Camboriú (1), Campo Belo do Sul (1), Chapecó (3), Concórdia (1), Criciúma (8), Cunha Porã (1), Curitiba (1), Florianópolis (24), Içara (2), Imbituba (1), Irineópolis (1), Itajaí (7), Itapoá (1), Jaraguá do Sul (1), Joinville (26), Lages (5), Laguna (1), Luiz Alves (1), Mafra (1), Maracajá (1), Maravilha (1), Meleiro (1), Navegantes (2), Palhoça (4), Pomerode (1), Ponte Serrada (1), Presidente Getúlio (1), Quilombo (1), Rio do Oeste (1), Rio do Sul (1), Santo Amaro da Imperatriz

(7), São Francisco do Sul (1), São José (21), São Lourenço do Oeste (2), Tijucas (1), Timbó (1), Tubarão (2), Videira (1) e Xanxerê (1).

Essas vistorias permitiram acompanhar a situação de 4.095 idosos e mapear as condições sanitárias, de segurança e de acessibilidade de todas as instituições.

b) Para acompanhar as entidades que apresentaram alguma irregularidade durante a visita técnica, foram instaurados 77 procedimentos pelo Ministério Público.

c) Foram identificados, que dos 174 Conselhos Municipais de idosos existentes, apenas 91 deles estão ativos.

d) Para fomentar a criação e/ou estruturação dos Conselhos Municipais do Idoso, foram instaurados 33 procedimentos pelo Ministério Público.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores

**OBJETIVO:** Atuar na defesa da qualidade de produtos e serviços fornecidos no mercado de consumo, na garantia do acesso amplo à informação e na proteção da saúde, da segurança e do patrimônio dos consumidores.

**RESPONSÁVEL:** Centro de Apoio Operacional do Consumidor e Promotores de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

As duas prioridades elencadas para a área do consumidor, no Plano Geral de Atuação de 2014 – Programa Alimento Sem Risco e Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal –, receberam integral respaldo dos órgãos de execução do MPSC, traduzindo-se, em termos quantitativos, na movimentação de centenas de procedimentos administrativos, conforme dados extraídos do Sistema de Informação e Gestão (SIG) a serem exibidos adiante. Além dessas prioridades, também são relatados os resultados obtidos nos demais temas relevantes afetos à área do consumidor.

#### 1 Programa Alimento Sem Risco

##### OBJETIVO

Reduzir a quantidade de resíduos agrotóxicos, em alimentos *in natura* ou em fase de industrialização, a patamares tolerados pela legislação; eliminar a presença de resíduos de agrotóxicos, em alimentos *in natura* e processados, em desacordo com as culturas; evitar a incidência de resíduos de agrotóxicos, cuja comercialização está proibida em Santa Catarina, em alimentos *in natura* ou processados; conscientizar produtores e consumidores para a produção e consumo de alimentos que não acarretem riscos à saúde e à vida humana.

O programa tem como lastro o Termo de Cooperação Técnica n. 19, firmado em 2010 com a EPAGRI, CIDASC, FATMA, IBAMA, VISA/SC, LACEN, CREA/SC, CIT/SC, Polícia Militar Ambiental, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado da Agricultura.

O programa atende, ainda, às questões relacionadas à educação sobre o uso do agrotóxico na produção; estrutura labora-

torial para a análise de resíduos agrotóxicos; adoção mais eficaz da rastreabilidade de alimentos; controle dos receituários agronômicos; fiscalização pesquisas científicas e vedação da comercialização, no Estado, de agrotóxicos proibidos no país de origem da produção.

## **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em frutas, legumes e verduras.
- b) Acompanhamento do Índice de Desconformidade.
- c) Adoção de procedimentos relacionados ao Programa Alimento Sem Risco.
- d) Rastreamento dos hortifrutícolas.
- e) Participação em eventos.

## **RESULTADOS**

a) O Programa Alimento Sem Risco foi agraciado, em 2014, com menção honrosa (quarta colocação) concedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais, após passar pela avaliação de 655 práticas institucionais inscritas no Prêmio CNMP, por órgãos de todos os ramos do Ministério Público Brasileiro. Esse reconhecimento de expressão nacional conferido pelo CNMP chancelou o esforço que vem sendo empreendido pelo MPSC para atacar as causas dos elevados índices de desconformidades de amostras de alimentos com resíduos de agrotóxicos em Santa Catarina.

b) Em 2014, o Programa Alimento Sem Risco monitorou 507 amostras de frutas, legumes e verduras, por meio de coletas em estabelecimentos comerciais e agrícolas nas seis mesorregiões catarinenses, em duas frentes: (a) com apoio do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) permitiu a contratação de análises de 392 amostras; e (b) por meio de TAC (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta) com as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (CEASA/SC), de São José. De 2011 até 2014, a quantidade de amostras programadas, no âmbito do Programa, passou de 120 para 520. Já para 2015, o monitoramento planejado deverá atingir a meta de 720 coletas, sendo 600 amostras a serem analisadas com recursos do FRBL e 120 custeadas pela CEASA em razão do TAC. Assim, projeta-se crescimento de 600% dessa linha de atuação desde o início do Programa. Os resultados das análises laboratoriais revelam três tipos de desconformidades legais: uso de agrotóxicos proibidos (UP), não autorizados (NA) e acima do limite máximo de resíduo (LMR) autorizado em lei. Do total de amostras analisadas em 2014, apurou-se índice de desconformidade de 21,5%, ou seja, 109 das 507 amostras das culturas de abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva estavam impróprias ao consumo. O índice de desconformidade apurado anualmente deve ser lido no âmbito do Programa Alimento Sem Risco. Não se trata de um indicador oficial a respeito dos resíduos de agrotóxicos em hortifrutícolas, embora este diagnóstico tenha amparo técnico por meio do monitoramento conduzido conjuntamente com a CIDASC e a Vigilância Sanitária Estadual, como também as análises laboratoriais são emitidas por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). Da lei-

tura dos índices apontados, referentes aos dados de 2011 a 2014, observa-se a tendência de declínio do uso indiscriminado de agrotóxicos nos produtos amostrados em Santa Catarina pelo Programa Alimento Sem Risco. Verifica-se que desde o início da articulação entre o Poder Público, o índice de desconformidade recuou de 34,45% (2011) para 21,50% (2014), representando queda de quase 13 pontos percentuais nos últimos quatro anos. Todavia, ocorreu movimento no sentido oposto no ano passado em relação ao ano anterior, passando 18,24% (2013) para 21,50% (2014). Parte desse aumento do índice de desconformidade – superior a 3 pontos percentuais – pode ser atribuída à alteração da regra do uso do princípio ativo acefato, que foi proibido para a cultura do tomate de mesa. Tal mudança, regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), impactou diretamente nas desconformidades das amostras de tomate de mesa analisadas pelo Programa. Outra constatação foi a elevação do percentual de amostras sem resíduos de agrotóxicos entre os cerca de 240 princípios ativos pesquisados. Passou de 34,45% (2011) para 40,34% (2012), depois caiu a 29,35% (2013) e, no ano passado, voltou a 38,07%. Quanto maior for a ausência de resíduos, melhor a qualidade das frutas, legumes e verduras. Associado ao fato anterior, importa destacar, também, a redução do percentual de amostras com resíduo de agrotóxico dentro da conformidade legal, que caiu de 52,41% (2013) para 40,43% (2014).

c) Reflexo direto da ampliação do monitoramento de resíduos de agrotóxicos em frutas, legumes e verduras, no Estado, foi o impacto nos procedimentos instaurados no âmbito das Promotorias de Justiça do Consumidor, em 2014. De acordo com o Sistema de Gestão e Informação do MPSC, registrou-se total de 222 inquéritos civis, notícias de fato, procedimentos preparatórios e administrativos (13% do total da área do Consumidor), resultando em 42 TACs firmados e 3 ações civis ajuizadas.

d) No que concerne ao rastreamento dos hortifrutícolas, que tem por fundamento o direito à informação preconizado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), verificou-se a adoção, no âmbito das Promotorias de Justiça do Consumidor, da inclusão de cláusula para exigir dos compromissários dos termos de compromisso de ajustamento de conduta firmados em decorrência de desconformidades apuradas pelo monitoramento a adoção de requisitos mínimos sobre a origem de cada embalagem de frutas, legumes e verduras. Finalmente, em razão do exercício da coordenação do Programa Alimento Sem Risco, o Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) participou de importantes eventos estaduais e nacionais sobre o tema, tais como: o Congresso Catarinense de Engenheiros Agrônomos, o Congresso Nacional de Defesa Agropecuária, o Seminário Nacional de Fruticultura e o Encontro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre a definição da estratégia nacional de combate aos impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde do trabalhador e do consumidor. Além disso, fez explanações diretamente aos comerciantes e agricultores na CEASA de São José, na Feira Agrotec de Pomerode, também falou aos pequenos produtores de Angelina e, depois, em Caçador, no encontro sobre produção integrada de tomate.

## **2 Programa de Proteção Jurídico-Sanitária de Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA)**

### **O B J E T I V O**

Reprimir a produção e a comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo, bem como fixar critérios e normas para a realização de ações conjuntas entre o MPSC e órgãos parceiros, como a Secretaria de Estado da Fazenda,

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e do Abastecimento e Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado.

Um dos focos do POA é combater doenças que podem ser transmitidas ao consumidor pela ingestão de alimentos mal conservados ou preparados em condições impróprias. Diante da gravidade dos riscos à saúde, o CCO e as Promotorias de Justiça do Consumidor coordenam operações mensais em todo o Estado, envolvendo, em média, estabelecimentos em 6 Municípios, nos quais são identificados, apreendidos e inutilizados produtos de origem animal e derivados sem procedência e fora das condições obrigatórias de conservação, manipulação e exposição.

Além de promover a retirada de produtos inadequados do mercado, visando à tutela da saúde e do patrimônio do consumidor, o POA traz consigo ações de educação ao consumo por meio de campanhas de conscientização e orientação a manipuladores, comerciantes e consumidores. Busca-se, ainda, o incentivo à implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), além de trazer à regularidade as empresas que comercializam produtos sem o carimbo de inspeção (S.I.F. – Serviço de Inspeção Federal; S.I.E. - Serviço de Inspeção Estadual; S.I.M – Serviço de Inspeção Municipal).

Benefícios alcançados pelo POA, em vigor há 15 anos: (1) a proteção à saúde e à vida dos consumidores, mediante a retirada do mercado de alimentos impróprios ao consumo; (2) o fomento à regularização dos estabelecimentos industriais e comerciais que operam na clandestinidade ou de forma irregular; (3) o combate à concorrência desleal; (4) evitar gastos públicos, por exemplo, com atendimentos ambulatoriais, internações e distribuição de medicamentos à população protegida da intoxicação por alimentos impróprios; (5) a criação de uma cultura de produção e consumo de alimentos submetidos ao controle do Estado, ou seja, com controle fitossanitário; e (6) a contribuição para o incremento da economia municipal – a médio e longo prazos.

## **A Ç Õ E S D E S E N V O L V I D A S**

- e) Fiscalização em estabelecimentos comerciais e industriais.
- f) Procedimentos administrativos e judiciais.
- g) Elaboração e distribuição de cartilhas educativas, minutas de TAC, modelos de ACP, denúncia, mandado de busca e apreensão e subsídios legislativos e jurisprudenciais.
- h) Realização de operações especiais.

## **R E S U L T A D O S**

- a) O CCO prestou apoio na articulação e organização de 126 fiscalizações, em 2014, superando a meta estabelecida em 26%. Cada operação abrange diversos Municípios e são conduzidas pelos órgãos parceiros do POA e pelas Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de cada Comarca. As operações ocorreram em 599 estabelecimentos (comerciais e industriais) e resultaram na apreensão e inutilização de 150.910kg de produtos impróprios ao consumo no ano passado. Desse total impróprio, 126.285kg eram provenientes de carnes e derivados não inspecionados (clandestinos).

b) A movimentação de procedimentos relacionados ao POA, no âmbito das Promotorias de Justiça do Consumidor, em 2014, pode ser percebida de acordo com os seguintes dados extraídos do Sistema de Gestão e Informação do MPSC, que registraram 406 inquéritos civis, notícias de fato, procedimentos preparatórios e administrativos (23,77% do total da área do Consumidor), resultando em 255 TACs firmados, 7 ações civis ajuizadas e 3 denúncias oferecidas.

c) Coube ao CCO, também, o envio às Promotorias de Justiça do Consumidor de aproximadamente 7 mil cartilhas educativas, minutas de TAC, modelos de ACP, denúncia, mandado de busca e apreensão e subsídios legislativos e jurisprudenciais.

d) Foram deflagradas, ainda, operações especiais de fiscalização conjuntas com o Ministério da Agricultura, CIDASC e Polícia Militar.

Municípios nos quais ocorreram operações do POA em 2014: Água Doce, Alfredo Wagner, Anchieta, Antônio Carlos, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Camboriú, Bandeirante, Bocaina do Sul, Bom Jesus, Bombinhas, Campo Erê, Campos Novos, Capivari de Baixo, Chapecó, Cocal do Sul, Corupá, Criciúma, Cunha Porá, Curitibaanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Florianópolis, Formosa do Sul, Frei Rogério, Garopaba, Gaspar, Guaraciaba, Ibicaré, Ibirama, Ilhota, Imbituba, Imbuia, Iomerê, Irati, Irineópolis, Itaiópolis, Itapema, Itapiranga, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, José Boiteux, Lages, Laguna, Lauro Muller, Luzerna, Maracajá, Meleiro, Mirim Doce, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Veneza, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Paulo Lopes, Penha, Petrolândia, Ponte Alta do Norte, Porto Belo, Porto União, Quilombo, Rio do Campo, Romelândia, Salete, Saltinho, Sangão, Santa Helena, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Cristóvão do Sul, São João do Oeste, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Martinho, São Miguel do Oeste, Seara, Siderópolis, Taió, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Tunápolis, Urussanga, Vidal Ramos, Videira, Xanxerê e Xavantina.

Operações especiais realizadas:

d.1) POA Pescados – Combate à Clandestinidade

No ano de 2014, foi dada continuidade às ações deflagradas, em 2013, com o MAPA, CIDASC e Polícia Militar, na região litorânea do Estado, movidas por denúncias de irregularidades praticadas por estabelecimentos que manufaturam pescados em situação de clandestinidade, na maioria dos casos, conhecidos como “salgas”. As fiscalizações resultaram na apreensão e inutilização de 102.750kg de pescados impróprios ao consumo.

d.2) POA Pescados – Combate ao Excesso de Água

Outra iniciativa relacionada ao POA diz respeito ao teor de água de glaceamento dos pescados em limite superior ao permitido pela legislação, incidindo em vício de quantidade. O CCO estabeleceu parceria com o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC), com o apoio do MAPA e CIDASC, para reprimir a comercialização e a produção de pescados congelados com teor de água superior à permitida pelas normas regulamentares, o que, em tese, configura fraude econômica. Em 2014, foram coletadas e analisadas 135 amostras de pescados, resultando em índice de reprovação de 33%. Os laudos

com resultados insatisfatórios, como é de praxe, são enviados às Promotorias de Justiça do Consumidor nas quais os produtos são produzidos, juntamente com material de apoio, aos Ministérios Públicos Estaduais (para produtos não produzidos em SC), como também aos órgãos de fiscalização (SIF, SIE ou SIM), para a adoção das medidas administrativas cabíveis. Tem-se notícia da instauração de diversos inquéritos civis nos Estados de SP, ES, CE, RJ e PR, por conta dos expedientes enviados pelo CCO e, em SC, da instauração de mais 4 inquéritos civis, em 2014, e a celebração de 7 termos de compromisso de ajustamento de conduta (TACs).

### **3 Estatuto de Defesa do Torcedor**

#### **OBJETIVO**

Evitar riscos à vida, à integridade física e à saúde do torcedor/consumidor em partidas de futebol profissional realizadas no Estado.

#### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Termo de Cooperação Técnica n. 054/2010, entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC), a Federação Catarinense de Futebol (FCF), a Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina (ACFP), a Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Vigilância Sanitária (Visa), o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e a Polícia Militar do Estado (PM).
- b) Comprovação da regularidade dos Estádios de Futebol, por meio da apresentação anual de quatro Laudos Técnicos que o Estatuto de Defesa do Torcedor exige que sejam entregues ao Ministério Público previamente ao início dos campeonatos, a saber: 1- Laudo de Segurança (emitido pela PM); 2- Laudo de Prevenção e Combate a Incêndio (emitido pelo CBM); 3- Laudo de Condições Higiênico-Sanitárias (emitido pela Visa); e 4- Laudo de Vistoria de Engenharia (emitido por profissionais privados contratados pelos clubes e/ou proprietários de estádios).
- c) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado em dezembro de 2013, por meio do qual a 29ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital celebrou acordo com a Federação Catarinense de Futebol, Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina e por todos os clubes participantes das Séries A e B do campeonato estadual, visando da Resolução n. 32/2014.

#### **RESULTADOS**

- a) Em meados de 2014, foi proibida a presença de público nas duas primeiras rodadas dos jogos nos 10 estádios do Campeonato da Série B, por não terem cumprido as obrigações assumidas e a determinação da Federação Catarinense de Futebol (FCF), por meio da Resolução n. 32/2014.
- b) A regularização periódica dos laudos técnicos de vistoria das condições de segurança dos estádios passou, assim, a ser

tema obrigatório na pauta dos campeonatos de futebol em Santa Catarina.

c) As preocupações sobre questões de segurança, não circunscritas somente aos estádios, também estiveram com frequência na pauta das Promotorias de Justiça do Consumidor.

d) Em 2014, registraram-se 123 procedimentos (7,2% do total da área do Consumidor) referentes a notícias de fato, inquéritos civis, procedimentos preparatórios e administrativos acerca dessa temática ampla.

## 4 Qualidade da Água Tratada e Distribuída

### OBJETIVO

Instaurado pela Procuradoria-Geral de Justiça na forma do Inquérito Civil Público n. 3, de 9 de setembro de 2004, de âmbito estadual, a verificação de fatos e responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo distribuída nos Municípios catarinenses é um objetivo permanente do Ministério Público na área do consumidor.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Concluída a instrução pelo prisma global e constatada a existência de situações críticas em alguns Municípios, procedeu-se ao desmembramento do inquérito e posterior remessa às Promotorias de Justiça respectivas, de modo a dar continuidade às investigações sobre aspectos pontuais. No mesmo sentido, outros inquéritos e procedimentos preparatórios foram instaurados em diversas Promotorias de Justiça.

b) Fixadas as premissas de que a qualidade da água deve ser assegurada tanto pelas Secretarias Municipais de Saúde (Vigilâncias Sanitárias) como pelos responsáveis pela operação do sistema (principalmente as Concessionárias), compete ao Ministério Público, na defesa do consumidor, apurar se cada qual está exercendo adequadamente suas obrigações, especificamente no que tange à observância dos arts. 12 e 13 da Portaria MS n. 2914/2011, uma vez que é neles que se encontram relacionados os principais deveres das Secretarias de Saúde dos Municípios (vigilância) e dos Operadores dos Sistemas ou Soluções Alternativas Coletivas (controle), respectivamente.

c) Objetivando auxiliar a instrução dos inquéritos civis e procedimentos preparatórios, o CCO tem realizado a análise dos relatórios e/ou laudos da qualidade da água, apresentados pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais e pelos Operadores dos Sistemas ou Soluções Alternativas Coletivas, além de encaminhado diversos materiais com orientações jurídicas acerca do tema.

d) Consciente da necessidade de aperfeiçoar a atuação do Ministério Público em virtude da revogação da Portaria MS n. 518/2004 pela Portaria MS n. 2914/2011, iniciou um processo de levantamento de informações atualizadas e de reformulação do material de apoio encaminhado às Promotorias de Justiça.

### RESULTADOS

a) Em 2014, foram produzidos 14 auxílios técnicos e atendidas outras 4 solicitações de apoio referentes à formulação de pes-

quisas e orientações jurídicas pertinentes ao tema “Qualidade da Água para Consumo Humano”. Também, em decorrência de auxílios iniciais prestados pelo CCO, participou da inspeção no sistema de abastecimento de água do município de Santa Cecília em conjunto com o Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP).

b) Ainda, diante da importância de debater o tema com os técnicos dos SAMAEs, representou a instituição no V Encontro Estadual de Cooperação Técnica FUNASA/ASSEMAE-SC com a exposição no “Painel III: Aplicações da Portaria MS 2.914/2011 no controle da qualidade da água e a visão do Ministério Público”.

c) Em razão da relevância das informações existentes no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA (a serem alimentadas pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais) para o acompanhamento da qualidade da água distribuída em Santa Catarina, buscou, nesse mesmo ano, no Ministério da Saúde e à Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual de Santa Catarina a liberação de acesso, para consulta estadual, ao novo sistema informatizado.

d) Com isso, no final de 2014, foi oficiado ao Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN/SC) para atualizar as informações referentes à capacidade analítica dos laboratórios da rede LACEN/SC. Ainda, considerando a previsão de regulação na Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, no âmbito do saneamento básico, e a citação das entidades reguladoras na Portaria MS 2.914/2011, foi oficiado, também, às duas principais entidades reguladoras atuantes no Estado de Santa Catarina (AGESAN e ARIS), a fim de verificar seus posicionamentos diante do acompanhamento do cumprimento das diversas responsabilidades previstas na Portaria MS n. 2.914/2011, por parte dos responsáveis pelo controle.

## 5 Programa Combustível Legal

### OBJETIVO

A qualidade do combustível e a conformidade das vendas são conquistas já materializadas, contribuindo para colocar e manter Santa Catarina como um dos Estados com o menor índice de irregularidade no combustível, apresentando menos de 1% de reprovabilidade em 2014, segundo dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo.

Ademais, essa proteção se deve não só em razão dos prejuízos de ordem econômica que a adulteração de combustível causa aos consumidores mas também porque, na maioria das vezes, acaba refletindo danosamente em toda a sociedade, sendo geralmente vinculada à sonegação fiscal, ao estímulo à concorrência desleal e à formação de organizações criminosas.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Sob a responsabilidade do CCO, são realizadas ações integradas entre o MPSC, ANP, Procon, IMETRO e a sociedade civil organizada, representada pelo Comitê Sul Brasileiro da Qualidade de Combustíveis. A coleta de amostras de combustíveis em postos revendedores do Estado para análise no laboratório da FURB, credenciado pela ANP, é realizada pelo IMETRO. Em casos de não conformidade do combustível analisado, os laudos, com material de apoio, são enviados aos Promotores de Justiça do Consumidor.

## RESULTADOS

- a) São analisadas, em razão do programa, cerca de 30 amostras/mês de combustíveis procedentes de todas as regiões do Estado. As amostras são analisadas em relação a diversos parâmetros técnicos de qualidade, que buscam identificar a existência de produtos que não atendem às especificações técnicas determinadas pela ANP. Do resultado dessa análise, ainda é verificada a existência de veracidade na informação entre a marca ostentada pelo posto e o produto comercializado ao consumidor final, evitando, assim, eventual oferta e publicidade enganosa.
- b) Apenas duas entre 360 amostras de combustível foram consideradas impróprias, em 2014, no âmbito do Programa Combustível Legal, que é coordenado, no MPSC, pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO). A desconformidade de 0,56% confirma a eficácia da sistemática de cooperação técnica e operacional formalizada por meio de convênio com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que dotou a instituição de instrumentos técnicos para a persecução dos crimes e abusos praticados no mercado de consumo, que envolvam a impropriedade ou inadequação de combustíveis líquidos (gasolina, óleo diesel e álcool) no Estado, além de tornar mais eficaz a fiscalização empreendida pela ANP, conforme as normas técnicas em vigor.
- c) Embora a desconformidade tenha diminuído a menos de 1% do total analisado, a movimentação de procedimentos nas Promotorias de Justiça do Consumidor registrou 41 lançamentos (2,4% do total da área do Consumidor) relacionados a notícias de fato, inquéritos civis, procedimentos preparatórios e administrativos.

## 6 Comércio de GLP

### OBJETIVO

A fiscalização da revenda de GLP foi sistematizada por meio do convênio celebrado com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e do Corpo de Bombeiros Militar. Nessa mesma direção, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica n. 53/2010, entre o MPSC e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBM). Expirado em 2013, o convênio com a ANP não foi renovado até o final de 2014.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) O CBM participa com o MPSC da organização mensal de fiscalizações. Após análise e triagem dos documentos lavrados, o CCO os remete às Promotorias de Justiça do Consumidor dos Municípios em que foram constatadas situações de irregularidade, com material de apoio para a realização das medidas eventualmente cabíveis.

## RESULTADOS

- a) A promoção da atividade de fiscalização da revenda de GLP no Estado, visando à segurança das instalações e dos recipientes, com a proteção do consumidor e da sociedade em geral, na forma da legislação e das normas brasileiras em vigor,

resultou, em 2014, na instauração de 18 procedimentos no âmbito das Promotorias de Justiça do Consumidor, número que representa 1,05% do total de procedimentos na atribuição consumerista.

## 7 Cooperação com MPRJ permite uso do canal digital Consumidor Vencedor

### OBJETIVO

O canal Consumidor Vencedor faculta ao cidadão a chance de denunciar o descumprimento de TACs e decisões judiciais pelas empresas. Para relatar caso de lesão que atingiu um grupo ou coletividade de consumidores, é oferecido o acesso a formulário eletrônico da Ouvidoria do MPSC, evitando a sobreposição de sistemas de interatividade.

Além do MPSC, outras unidades estaduais do Ministério Público também aderiram ao canal. Na visão do CCO, a ferramenta digital servirá para oferecer ao cidadão a oportunidade de ajudar a fiscalizar o cumprimento das obrigações firmadas por fornecedores de produtos e serviços por meio de TACs, além de se caracterizar como veículo de transparências da atuação institucional, promovendo, sobretudo, a efetividade dos direitos dos consumidores.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

a) O Termo de Cooperação Técnica n. 314/2014, celebrado com o Ministério Público do Rio de Janeiro, permitiu ao MPSC, por intermédio do CCO, o uso do canal digital “Consumidor Vencedor”. O *link* do Consumidor Vencedor do MPSC é <http://sc.consumidorvencedor.mp.br/>

### RESULTADOS

a) Trata-se de instrumento sem correspondente quanto ao conteúdo, que foi construído na *Internet* e possibilitou a publicação inicial de, pelo menos, 400 termos de compromisso de ajustamento de condutas (TACs), remetidos pelas Promotorias de Justiça do Consumidor, e de decisões judiciais com provimento favorável a partir de ações civis e recursos movidos pelos órgãos de execução do MPSC.

## 8 Suporte técnico-jurídico sobre temas específicos

Além das pesquisas relacionadas aos programas e às propostas de atuação, o CCO prestou suporte técnico-jurídico no atendimento às demandas específicas dos órgãos de execução.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Promover a defesa da constitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais e estaduais

**OBJETIVO :** Fazer cumprir a missão constitucional conferida ao Ministério Público de defesa da ordem jurídica, por meio da atuação na área de controle da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais, além da adoção das medidas necessárias à efetivação das decisões judiciais resultantes dessa atuação.

**RESPONSÁVEL :** Centro de Apoio Operacional de Controle da Constitucionalidade

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa Garantia de Efetividade das Decisões em Ações Diretas de Inconstitucionalidade Propostas pelo Ministério Público de Santa Catarina

##### OBJETIVO

Diagnosticar os casos em que não são adotadas as providências para o cumprimento de decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de iniciativa do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, promovendo as medidas necessárias à garantia de tal efetividade.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Identificar todas as decisões transitadas em julgado em Ações Diretas de Inconstitucionalidade aforadas pelo MPSC, com adoção, quando pertinente, das medidas necessárias ao seu cumprimento.
- b) Instaurar CEADIs, conforme ato Ato n. 336/2013/PGJ.
- c) Acompanhar e avaliar as ações realizadas.

##### RESULTADO

- a) 14 Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADIs), com decisões transitadas em julgado (precedentes ou parcialmente precedentes).
- b) 199 Controles de Efetividade de Ações Diretas de Inconstitucionalidade finalizados.
- c) 13 Controles de Efetividade de Ações Diretas de Inconstitucionalidade instaurados.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade

---

**OBJETIVO** : Otimizar os instrumentos de investigação e coleta de provas, buscando maior efetividade nos resultados processuais e estruturando mecanismos de controle da atuação policial e de fiscalização da execução penal.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Apoio Operacional Criminal e Promotores de Justiça

**AÇÕES E RESULTADOS GERAIS** : A garantia da segurança e a paz social é compromisso fundamental do Estado, cujo resgate reclama a participação eficaz de vários órgãos e instituições públicas. Entre elas o Ministério Público se destaca, por ser, a rigor, a única legitimada constitucionalmente a promover a ação penal pública destinada a sancionar os autores de delitos.

No contexto desse trabalho, algumas ações delitivas se destacaram por sua complexidade e extensão lesiva, em regra praticadas por organizações criminosas, a exemplo daquela que abalou a estrutura carcerária do Estado e a própria tranquilidade da população em setembro e outubro de 2014. A pronta reação do Ministério Público, com os trabalhos realizados por uma Força-Tarefa integrada pela Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Promotoria de Justiça Criminal, Polícia Militar, Polícia Cível e Secretaria de Justiça e Cidadania, assessorada pelos respectivos órgãos de inteligência e informações, foi fator decisivo para a tomada de decisões articuladas e harmônicas das autoridades políticas (Governador e Ministro da Justiça), das autoridades da Segurança Pública e Judiciárias, que culminaram com o equacionamento do problema e responsabilização penal dos principais responsáveis pelo episódio ocorrido. Em 2014, a Justiça condenou 80 réus envolvidos nos atentados, de fevereiro de 2013 e novembro de 2012, no Estado.

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa de Reestruturação do Controle Externo

##### OBJETIVO

Visa a permitir ao Promotor de Justiça o pleno desenvolvimento do exercício do controle externo da atividade policial,

buscando uma aproximação entre o Ministério Público e a Polícia, para, em conjunto, aperfeiçoarem os procedimentos de investigação, tornando-os mais céleres e eficientes. Busca, também, prevenir, orientar e fiscalizar as práticas policiais, com adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais que importem a correção de eventuais irregularidades e a prestação de um melhor serviço à população. As ações estão voltadas aos estudos para a adequação da atividade de controle externo e ao desenvolvimento de procedimentos padronizados de inspeção e controle.

## **A Ç Õ E S D E S E N V O L V I D A S**

- a) Criação de novo sistema *on-line* de formulários de visitas técnicas a Delegacias de Polícia, Órgãos Periciais e Instituto Médico legal.
- b) Foram realizadas 229 visitas técnicas a Delegacias de Polícia em 2014.
- c) Comissão boletim de ocorrência e banco de dados unificados - O MPSC participou, juntamente com os órgãos da segurança pública catarinense, da comissão para unificação dos boletins de ocorrência e dados oriundos das polícias civil e militar, a qual analisou propostas de linha de ação visando:
  - a implementação de vinculação automática aos registros e boletins de ocorrência produzidos;
  - centralização e unificação de banco de dados junto ao SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública);
  - a qualificação de relatórios estatísticos no âmbito do SINESP (Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública);
  - e a uniformização de procedimentos para solução de conflitos de competência entre as Polícias Civil e Militar.
- d) O MPSC, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal, participou ativamente para criação de medidas para modernização e racionalização do sistema já existente, além de apontar as necessidades de criação de novos mecanismos para dar mais efetividade nos processos relacionados às ocorrências policiais. Ao final dos trabalhos, a Comissão entregou relatório ao Secretário de Segurança Pública para implementação de medidas por meio de norma própria.

## **R E S U L T A D O S**

- a) Maior aproximação do Ministério Público com as forças policiais visando à qualificação no atendimento da população, no aperfeiçoamento das investigações e no combate ao crime.

## **2 Programa Controle da Execução Penal**

### **O B J E T I V O**

Detectar situações de risco no sistema e nos procedimentos de execução penal, garantindo a efetiva execução das penas e a ressocialização dos apenados, e combater atividades ilícitas de organizações criminosas nas unidades prisionais, assim como a corrupção de agentes públicos vinculados ao sistema carcerário.

## AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Expansão e o aperfeiçoamento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), criadas pelo Decreto Estadual n. 1.012, de 5 de junho de 2012, e inseridas na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC). São órgãos que apoiam e monitoram a execução de penas e medidas alternativas aplicadas pelo Poder Judiciário.
- b) Em outubro de 2012, o MPSC, o Poder Judiciário e a SJC firmaram o Protocolo Operativo de Intenções que, na prática, expandiu e fortaleceu a estrutura das CPMAs. Após essa data, foram instaladas as CPMAs em Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí e Chapecó, além das já existentes em Florianópolis e São José, desde 2010. Segundo o protocolo, ao MPSC cabe fornecer mobiliário e equipamentos, passíveis de doação, necessários para implantação das CPMAs; ao Judiciário, disponibilizar espaço físico para a instalação das Centrais; à SJC, contratar pessoal que atuará nas Comarcas. Ademais, dentro do Conselho Comunitário de Ituporanga, funciona outra CPMA, criada de forma diferente das demais sete unidades existentes no Estado, pois foi estabelecida por meio de convênio entre as Prefeituras dos sete Municípios que compõem aquela Comarca e a Coordenação Técnica Operacional das CPMAs.
- c) Atuação do Grupo Estadual de Execuções Penais (GEEP), com substancial avanço na fiscalização dos fundos rotativos e na questão da remição da pena pela leitura, bem como contrato para aquisição de calculadora eletrônica de penas que permite fiscalizar todos os benefícios no cumprimento das penas de forma individualizada. O GEEP também deu mais apoio aos Promotores da Execução Penal, os quais realizaram visitas periódicas nas unidades prisionais em Itajaí, Grande Florianópolis, Chapecó e Tubarão, para verificar solicitação de melhorias nas instalações e serviços, inclusive necessidade de interdição parcial destas por superlotação.
- d) Ação integrada entre agências de inteligência do Estado, o MPSC e a SJC, de forma a detectar e desarticular ações criminosas engendradas por grupos organizados operantes no interior dos presídios catarinenses.
- e) Grupo Permanente de Análise e Monitoramento de Ações de Facções Criminosas - Como desdobramento de uma das ações previstas no Programa Controle da Execução Penal, o MPSC, que já atuava de forma integrada com a Diretoria de Informações da Secretaria de Justiça e Cidadania (DINF), passou a integrar, em 2013, o Grupo Permanente de Análise e Monitoramento de Ações de Facções Criminosas (GRANFRACRIM), formado por órgãos da Segurança Pública e da Administração Prisional, voltado ao combate e controle do crime organizado no Estado. Formado por agentes da segurança pública estadual (Polícias Civil e Militar), Membros do Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, ABIN, Polícia Rodoviária e o DEAP, passaram a monitorar e acompanhar de forma constante, com unificação de estratégias e ações planejadas no enfrentamento das diversas ondas de ataques que assolaram o Estado catarinense.
- A partir de análise de informações colhidas por agências de inteligência, o MPSC promove a difusão de relatórios específicos sobre atuação de organizações criminosas a Promotores de Justiça e de forma a combater, minimizar, ou mesmo evitar ataques contra a população catarinense, especialmente contra os serviços públicos. Exemplo desse trabalho foi a atuação constante durante a onda de ataques criminosos em 2014.

O MPSC participou ativamente da proposição de edição de atos normativos, procedimentos, táticas, estratégias para o enfrentamento do crime organizado. Toda essa atuação ocorreu, também, com a interlocução com a União e outros Estados da Federação.

## RESULTADOS :

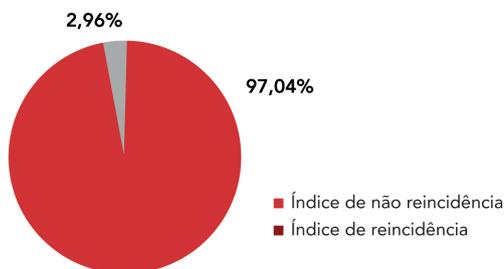
- a) Desarticulação, em concurso com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) e Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC), da maior organização criminosa já existente em Santa Catarina — o Primeiro Grupo Catarinense (PGC) —, mediante o ajuizamento de denúncia criminal contra 98 de seus integrantes e subsequente condenação de 80 deles, no ano de 2014.
- b) Doação de móveis e computadores para estruturar as CPMAs.
- c) Doação de nove veículos para ampliar a fiscalização realizada pelas CPMAs e Coordenação Técnica-Operacional.
- d) Contribuição para o aumento no número de parcerias entre CPMAs e entidades públicas e privadas, as quais se restringiam a 242, em outubro/2012, e evoluíram para 1.320, em dezembro/2014.
- e) Encaminhamento de 330 apenados, beneficiários do sistema, para a realização e conclusão de cursos profissionalizantes.
- f) Aumento de instituições com cursos profissionalizantes: de 17, quando as CPMAs foram implantadas, para 60, em dezembro/2014.
- g) Informatização e criação do banco de dados das CPMAs, substituindo o antigo controle manual de fichários.
- h) Elevação para 87,16% do índice de cumprimento das sanções impostas judicialmente aos apenados, dentro do sistema das CPMAs.
- i) Humanização do processo de cumprimento da pena e ressocialização do apenado, com custo do Programa inexpressivo, na medida em que, para cada apenado assistido, o gasto médio mensal é de R\$ 12,45, ou seja, 156 vezes menor do que o de um detento do sistema prisional comum, que oscila entre R\$ 1.900,00 e R\$ 2.000,00.
- j) Baixo índice de reincidência de 2,96% entre os apenados assistidos pelas CPMAs (média de 2010 a 2014).

**CPMAs - Índice de cumprimento das penas**

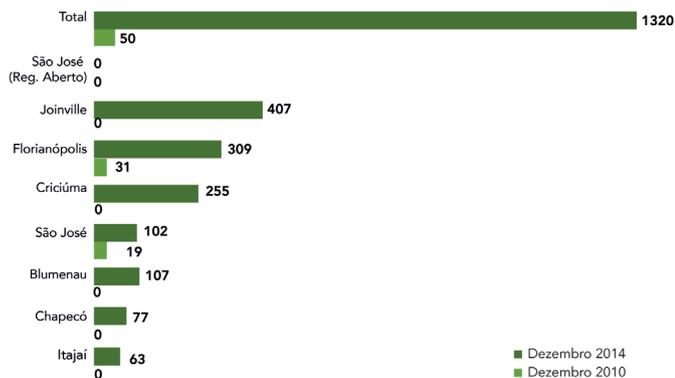
Dezembro - 2014



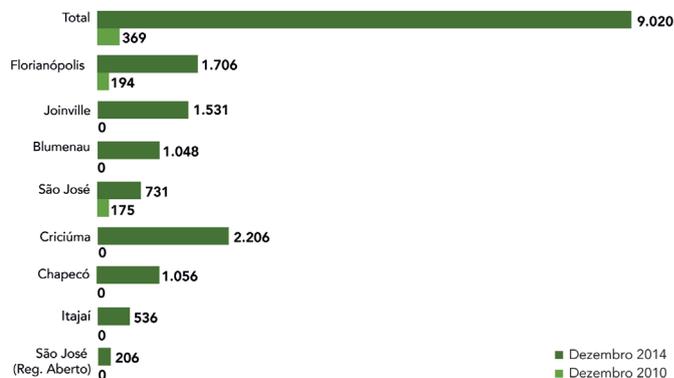
**CPMAs - Índice de Reincidência**



**CPMAs - Instituições Parceiras - Evolução**



**CPMAs - Beneficiários Atendidos**



**CPMAs - Custo médio apenado**



### 3 Programa de Prioridade na Análise dos Inquéritos Policiais sobre Homicídios

#### OBJETIVO

Dar maior efetividade à apuração de homicídios dolosos, ante a constatação da existência, no Estado, de 486 inquéritos policiais não concluídos, envolvendo crimes desse tipo, praticados antes de dezembro de 2009.

## **A Ç Õ E S D E S E N V O L V I D A S**

Acompanhamento, em articulação com a Polícia Civil e os Promotores de Justiça do Tribunal do Júri, das ações voltadas à solução e conclusão dos 486 inquéritos policiais que se encontravam pendentes, envolvendo homicídios dolosos ocorridos antes de dezembro de 2009, com base na Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP).

Assim, do estoque inicial de 486 inquéritos policiais, foram concluídos 383, dos quais 20,6% resultaram em denúncias, percentual bem superior à média nacional, já que o índice de elucidação dos crimes de homicídio doloso no Brasil situa-se entre 5% e 8% — considerado baixíssimo, em contraste com países mais evoluídos (o índice é de 65% nos Estados Unidos, 80% na França e 90% no Reino Unido).

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Promover e defender os direitos e garantias infantojuvenis

**OBJETIVO** : Assegurar a crianças e adolescentes catarinenses o efetivo respeito pelo Poder Público e pela sociedade em geral aos direitos e às garantias que lhes são assegurados, primordialmente nas áreas de assistência social, educação, saúde e segurança.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e Promotores de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa de Fortalecimento da Educação e APOIA

##### OBJETIVO

Reduzir a evasão e a infrequência escolar, instar o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais relacionadas à educação infantojuvenil para prevenir e combater o abandono e a reprovação escolar, além de promover a educação de qualidade e o sucesso escolar.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Consolidou-se a implantação do Programa APOIA *On-line*, sistema eletrônico que permite o repasse imediato, em tempo real, dos Avisos de Infrequência Escolar dos alunos entre a Escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público.
- b) Em razão do novo programa, foram oferecidas, pelo Ministério Público, capacitações aos Educadores (professores, orientadores educacionais, diretores, etc.), aos Conselheiros Tutelares e aos Promotores de Justiça, sendo 25 (vinte e cinco) presenciais e 2 (duas) a distância.

##### RESULTADOS

- a) O Programa APOIA *On-line*, teve adesão de 215 Municípios catarinenses e 1.351 escolas, o que abrange a 1.961.423 estudantes, o correspondente a 64,83% dos estudantes da rede de educação básica em Santa Catarina em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos).
- b) Entre os anos de 2002 e 2013, quando o Programa APOIA existia, mas não de forma eletrônica, foi possibilitado

o retorno de 71.815 estudantes às salas de aulas, com uma média de aproximadamente 6.000 alunos por ano. Com a implantação do APOIA *On-line*, apenas no ano de 2014, o programa promoveu o retorno de 25.074 alunos, um resultado histórico e bastante expressivo.

## **2 Programa de Fortalecimento do Sistema Socioeducativo**

### **OBJETIVO**

Estruturar o sistema socioeducativo catarinense de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Fortalecimento do sistema socioeducativo, promovendo a estruturação das equipes municipais que prestam serviço socioeducativo em meio aberto (Medidas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade).
- b) Participação no Grupo de Trabalho criado pelas Secretarias de Estado, com o propósito de construir o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.

### **RESULTADOS**

- a) Sistema socioeducativo com serviço implantado (com alvarás Sanitário e do Corpo de Bombeiros, e Plano Individual de Atendimento) em 108 Municípios de Santa Catarina.
- b) Estruturado e aprovada a primeira minuta do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, estando no aguardo da designação de consulta pública para posterior aprovação.

## **3 Programa de Saúde Mental Infantojuvenil**

### **OBJETIVO**

Incentivar o aperfeiçoamento da estrutura SUS e do atendimento em saúde mental infantojuvenil, nas categorias de baixa, média e alta complexidade em todo o Estado de Santa Catarina.

### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Foram produzidas videoaulas para o Curso de Formação no Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente com Deficiência, material que se encontra disponibilizado na nossa página eletrônica e foi entregue, na forma de DVDs, para os mais diversos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- b) Foram promovidos encontros técnicos em dezessete circunscrições do Estado.
- c) Houve o estímulo às ações para a estruturação das equipes na atenção básica.
- d) Foram promovidas ações judiciais e extrajudiciais visando à implantação de CAPS infantojuvenil nos Municípios que atendem ao critério populacional.

#### **R E S U L T A D O S :**

- a) Capacitadas 1.498 pessoas, que tiveram espaço para discutir e propor melhorias nos serviços destinados às crianças e aos adolescentes com deficiência.
- b) Incremento das equipes de atenção básica em 34 Municípios com Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) com serviço de saúde mental.
- c) Promovidas ações em 7 dos 8 Municípios com população mínima para a implantação do serviço.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Assegurar a defesa e a proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável

**OBJETIVO** : Promover as medidas necessárias para garantir às presentes e futuras gerações o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Promotores de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa "Lixo Nosso de Cada Dia"

##### OBJETIVO

Promover a recuperação de áreas degradadas, a destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, além de estimular os órgãos de execução a exigir implantação de políticas públicas.

O Ministério Público de Santa Catarina vem fortalecendo a atuação na área de resíduos sólidos desde 2001, cujo marco foi a formalização do Programa "Lixo Nosso de Cada Dia", que pautou suas ações com o estabelecimento de cooperação, por compreender fundamental para efetivação dos princípios e objetivos de proteção e melhoria das condições ambientais.

Após o transcurso de 9 anos, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, por intermédio da Lei 12.305/2010, culminando no propósito do MPSC em realçar o perfil dos órgãos de execução na busca de uma atuação resolutiva, de maneira consensual, preterindo a via judicial, uniformizando ações e esforços não somente à manutenção da destinação ambientalmente adequada, mas à implantação de uma política abrangente pela Gestão integrada dos Resíduos Sólidos.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Foram instituídos encaminhamentos para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) em Santa Catarina e, para tanto, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável formalizou Termos de Cooperação, envolvendo os Municípios, as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e as Associações de Municípios.
- b) Acompanhamento pelas Promotorias de Justiça no cumprimento da elaboração dos PMGIRS e da adequação destes

ao conteúdo mínimo previsto no art. 19 da Lei n. 12.305/2010, tem se mostrado crucial para obter bons resultados em favor da sociedade catarinense.

c) Fomentadas atividades que objetivassem a sustentabilidade dos aterros sanitários no Estado de Santa Catarina, bem como ações para melhoria das condições operacionais dos referidos aterros.

## RESULTADOS

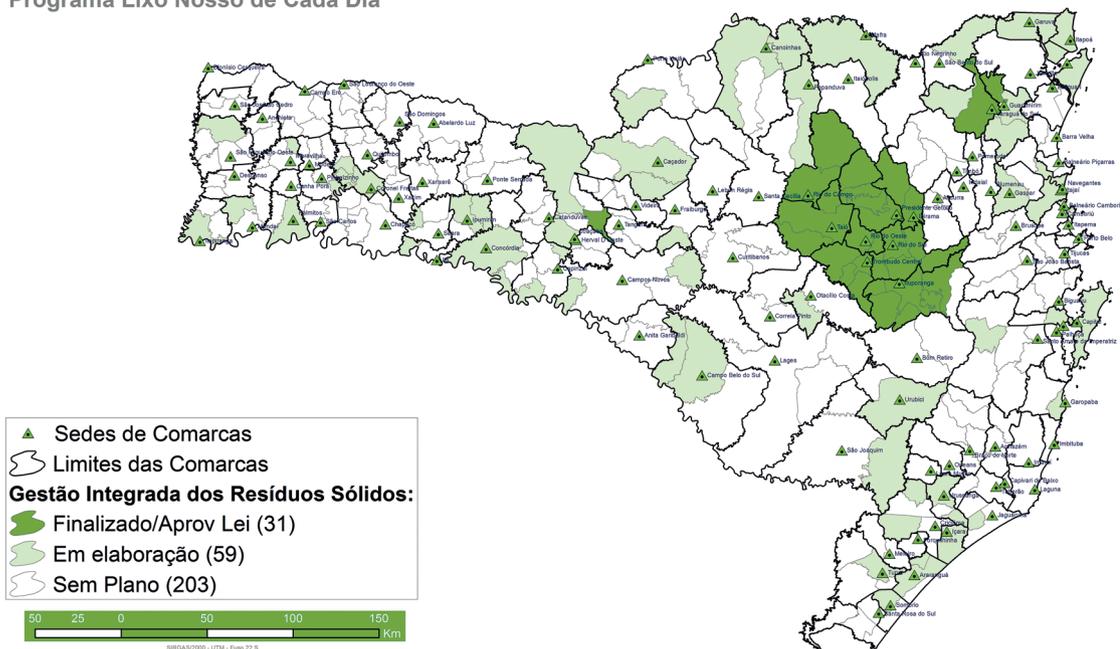
a) 31 Municípios com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos finalizado e aprovado por Lei.

b) 59 Municípios com Plano Gerenciamento de Resíduos Sólidos em elaboração.

c) 203 Municípios sem Plano.

OBS: tomamos por base, ainda, 293 Municípios, e não os 295 (Pescaria Brava e Balneário Rincão ainda estão fora, tendo em vista que a Secretaria de Estado do Planejamento ainda não os incluiu no mapa político do Estado).

### Programa Lixo Nosso de Cada Dia



## 2 Programa Saneamento Básico

### OBJETIVO

Aumentar o índice de esgotamento sanitário e a eficiência dos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Dando continuidade às ações que vêm sendo desenvolvidas desde 2004 e diante da ausência de dados oriundos dos diversos órgãos públicos com atribuição ao fornecimento de melhoria das condições do esgotamento sanitário, o Ministério Público estabeleceu como uma das ações para a consolidação das informações existentes e a busca por novos dados, inclusive relacionados às obras executadas relacionadas à melhoria e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, as quais trazem resultado direto na qualidade de vida dos catarinenses.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

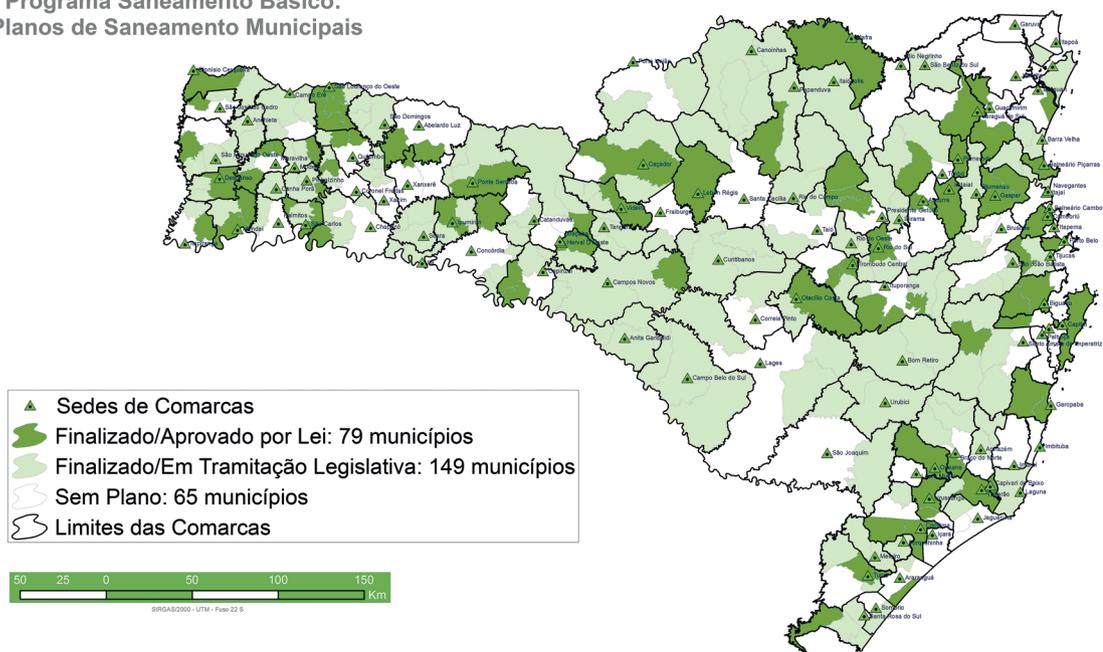
a) Pedido de perícia formalizado ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, já implementado por algumas Promotorias de Justiça com atribuição Regional na área ambiental, com decisão favorável pelo órgão gestor, objetivando avaliar as atuais condições de funcionamento dos sistemas de esgotos sanitários existentes nos Municípios das respectivas Regiões. No entanto, o trabalho não foi concluído, passando pelas fases de tramitação no setor de licitações e, após, para contratação dos profissionais habilitados para tanto, podendo habilitar-se no processo desde empresas privadas até universidades.

### RESULTADOS

- a) Identificado que, a partir do diagnóstico realizado, apenas 27% dos Municípios catarinenses possuem Plano de Saneamento Básico aprovado por lei.
- b) 79 Municípios com Plano Municipal de Saneamento finalizado e aprovado por lei.
- c) 149 Municípios com Plano Gerenciamento de Resíduos Sólidos finalizado, mas em tramitação legislativa.
- d) 65 Municípios sem Plano.

OBS: tomamos por base, ainda, 293 Municípios, e não os 295 (Pescaria Brava e Balneário Rincão, ainda estão fora da contagem, tendo em vista que a Secretaria de Estado do Planejamento ainda não os incluiu no mapa político do Estado).

### Programa Saneamento Básico: Planos de Saneamento Municipais



## 3 Programa Defesa da Flora e da Fauna

### OBJETIVO

Fomentar a implantação de políticas públicas de proteção à flora e à fauna.

Visando a dar cumprimento em uma das etapas do planejamento estratégico na área do meio ambiente e considerando que o Plano Geral de Atuação do MPSC estabeleceu, nos anos de 2013 e 2014, como uma de suas ações, “estimular a criação, manutenção e efetividade das unidades de conservação”, foram elaboradas minutas relacionadas ao tema, com vistas a colaborar na atuação das Promotorias de Justiça, especialmente à adequação desses espaços que na prática, e não somente na teoria, devem ser especialmente protegidos.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

a) Realização de diagnóstico visando a identificar as unidades de conservação que estão adequadamente geridas, com a expedição de ofícios aos Municípios catarinenses, além do órgão ambiental estadual e ICMBIO.

## RESULTADOS

- a) Constatou-se que apenas 1 unidade de conservação no Estado está sendo adequadamente gerida.
- b) Responderam o diagnóstico 194 dos 295 Municípios catarinenses, ou seja, um percentual de 65,77% de participação.
- c) Foram diagnosticadas que, das 188 unidades de conservação instituídas no Estado catarinense, apenas 15 estão incluídas no cadastro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e ainda permanece ausente o Cadastro do Sistema Estadual, não tendo sido criado pela FATMA.

## 4 Programa Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural

### OBJETIVO

Promover a efetiva proteção do patrimônio histórico-cultural dos Municípios catarinenses.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- d) a) Em cumprimento a uma das etapas do PGA 2014, especificamente as ações relacionadas ao Tombamento e Arquivos Públicos, integrantes do Programa Defesa do Patrimônio Histórico-Cultural, foi desenvolvido material de apoio, mapas e minutas de peças propiciando aos órgãos de execução a adoção das medidas necessárias no âmbito das respectivas Comarcas, com o objetivo de proteger os bens de valor histórico e cultural e a instituição de arquivos públicos pela administração municipal.

## RESULTADOS

- a) Identificados 76 Municípios com cadastro de bens tombados.

Observações Complementares

1. Existência de Lei no Município

\*26% dos Municípios possuem lei

\* 74% dos Municípios não possuem lei

2. Existência de Registro de Bens e Tombamento em Andamento

\*7% dos Municípios possuem

\* 93% dos Municípios não possuem

3. Existência de Bens Tombados

\*27% dos Municípios possuem bens tombados

\*73% dos Municípios não possuem bens tombados

#### 4. Existência de Bens Imateriais Registrados

\*3% dos Municípios possuem bens imateriais registrados

\* 97% dos Municípios não possuem bens imateriais registrados

#### b) Identificados 22 Municípios com arquivos públicos estruturados

Observações complementares:

##### 1. Existência de Lei Municipal sobre Arquivos Públicos

8% possui lei municipal

54% não possui lei municipal

39% sem informação

##### 2. Existência de Lei Municipal sobre o Acesso à Informação

\* 34 % possui lei municipal

\* 27% não possui lei municipal

\* 39% sem informação

##### 3. Existência de Arquivos Públicos Municipais Institucionalizados

\* 8% possui arquivo público institucionalizado

\* 54% não possui arquivo público institucionalizado

\* 39% sem informação

##### 4. Existência de Arquivos Privados

\* 5% possui arquivos privados

\* 56% não possui arquivos privados

\* 39% sem informação

Cabe ressaltar que os mapas retratam à medida do possível as respostas das administrações municipais ao questionário elaborado.

## 5 Programa da Ordem Urbanística

### OBJETIVO

Zelar pela sustentabilidade das cidades; regularização de áreas degradadas; proteção e áreas especialmente protegidas; fiscalização do uso e ocupação do solo urbano; acompanhamento da elaboração e respectivas alterações legislativas.

Diante do acelerado processo de expansão urbana estabelecido ao longo dos anos de forma desordenada e desarticulada, propiciando o surgimento de verdadeiros núcleos de urbanização, totalmente descontraídos e sem privilegiar cidades com áreas integradas, compreendeu-se pela necessidade de dar início à discussão do tema no âmbito do Ministério Público Catarinense.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

#### a) Regularização fundiária

Portanto, em 2011, houve a formalização do Termo de Cooperação Institucional cujo objeto restou assim delineado:

[...] a conjugação de esforços e ações entre o Ministério Público, o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, com o único e específico fim de viabilizar os procedimentos necessários para concretização da regularização fundiária no Estado de Santa Catarina, nesta etapa focada na titulação das moradias irregulares e passíveis de regularização, desencadeando, paralelamente, as ações urbanísticas, sociais e ambientais que possibilitem o processo de inclusão socioespacial e a melhoria da qualidade de vida urbana.

O referido Termo integra o Programa de Expansão Estadual de Regularização Fundiária da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, a qual representa o Poder Executivo no processo mencionado alhures, cuja meta é Regularizar moradias de famílias inseridas no CAD-Único, e residências em situação de irregularidade fundiária no Estado de Santa Catarina.

As medidas adotadas pelo Ministério Público estão todas direcionadas, diante da importância do engajamento de todos no sentido de aproximar as políticas de planejamento urbano com regularização fundiária, prioritariamente em relação as áreas de risco, as quais, em sua grande maioria, são ocupadas por população de baixa renda, sendo imprescindível alicerçar as políticas públicas em relação ao tema, resguardando assim direitos fundamentais de dignidade humana, possibilitando o acesso à moradia digna e verdadeira inclusão social.

Nesse sentido, o MPSC contribuiu com sugestões de alteração da Resolução CM n. 11/2008-CM, redundando na publicação da Resolução CM n. 08/2014, lembrando que esse assunto vem sendo objeto de discussões entre Ministério Público e Tribunal de Justiça há algum tempo, diante da crescente demanda sobre a matéria atribuída aos órgãos de execução da área ambiental.

Ainda, como forma de trazer efetivos resultados à sociedade foi realizado um curso de capacitação direcionado aos Juízes

e Promotores de Justiça visando agilizar as análises judiciais de processos relacionados ao tema Regularização Fundiária – Projeto Lar Legal.

#### b) Planos Diretores

O MPSC, tendo como uma das metas estabelecidas diagnosticar a situação dos Municípios quanto à existência e à adequação dos planos diretores municipais, sendo que referido tema foi escolhido por ter sido destacado como uma preocupação dos Promotores de Justiça em todos os encontros regionais para a formação do referido Plano.

Desta forma, vale destacar que os dados coletados foram obtidos diretamente com informações prestadas pelas municipalidades, bem como no site dos Municípios ou no endereço eletrônico - leis municipais.

Não se pode deixar de olvidar a importância do instrumento denominado Plano Diretor, tendo em vista que será a linha mestra a ser seguida para obtenção de um ordenamento urbano capaz de atender as necessidades e garantias de qualidade de vida à sociedade, além de ser imprescindível para que outros Planos se desenvolvem de maneira eficaz, tais como o Plano Municipal de Saneamento e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Constatou-se que muitos Municípios não atualizaram seus Planos, tendo expirado o prazo para tanto, e muitos sequer elaboraram e aprovaram por lei referida diretriz, o que torna a situação bastante preocupante, diante do acelerado processo de urbanização das cidades.

Dentro das atribuições institucionais, foram elaboradas minutas de termo de compromisso de ajustamento de condutas e ação civil pública relacionadas ao tema, como forma de padronizar a atuação do Ministério Público.

## **RESULTADOS**

a) Dos 295 Municípios catarinenses, 154 possuem plano diretor aprovado, entretanto apenas 55 possuem obrigação legal de instituí-lo, e destes apenas 10 realizaram a atualização prevista em lei.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## **Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa**

**OBJETIVO** : Tornar mais eficiente a atuação ministerial na tutela da moralidade administrativa e do patrimônio público, por meio do estabelecimento de um padrão de rotinas e fluxos de trabalho estrategicamente planejados, que leve em consideração as dificuldades inerentes à demanda dessa área específica.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa e Promotores de Justiça com atuação na Defesa da Moralidade Administrativa

**ATIVIDADES DO CENTRO** : Além dos resultados obtidos na implementação dos programas institucionais, o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) desenvolveu relevantes atividades na área da defesa do patrimônio público e tutela da moralidade administrativa.

No âmbito interno, o Centro de Apoio elaborou, em conjunto com outros órgãos da Instituição, três notas técnicas, que servirão como guia da atuação ministerial em segmentos relevantes da atuação do Parquet. Em conjunto com o Centro de Apoio de Controle da Constitucionalidade, elaborou-se nota técnica que orienta os Promotores na fiscalização das despesas e estruturação do quadro de pessoal das Câmaras de Vereadores. Já, em parceria com o Centro de Apoio da Infância e Juventude, emitiu-se nota técnica que guia a atuação ministerial na fiscalização da composição do quadro funcional dos centros de internação de adolescentes. Ao final, em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Cíveis, produziu-se nota técnica contendo apanhado da recente jurisprudência dos Tribunais Superiores e as principais posições do Ministério Público na área da Moralidade Administrativa, passo relevante na consolidação de teses institucionais sobre o tema e guia para atuação dos colegas, especialmente os mais jovens.

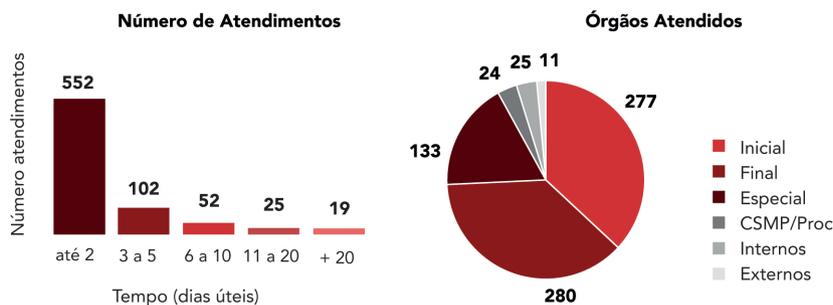
O Centro de Apoio participou, ainda, de diversas operações estaduais de combate a crimes contra a Administração Pública, em conjunto com as Promotorias locais e os GAECOs, tendo fornecido subsídios técnico-jurídicos para elaboração de peças judiciais, que marcaram a ação do Ministério Público na área.

No que se refere ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas com outros órgãos e entidades, o Centro de Apoio participou ativamente dos trabalhos da Rede Estadual de Controle da Administração Pública,

movimento que agrega diversos órgãos de fiscalização e controle e que elegeu, em 2014, a temática do fortalecimento dos controles internos municipais como foco de seus trabalhos. O CMA participou da organização do 2º Controle Estadual dos Controladores Internos, no mês de dezembro, e colheu elementos para subsidiar os Promotores no acompanhamento dos trabalhos dos órgãos municipais de controle interno em suas respectivas Comarcas.

Merece destaque, ainda, a participação do Centro nos sete Encontros Regionais entre Promotores de Justiça e Prefeitos Municipais, promovidos no primeiro semestre pelo Ministério Público e pela FE-CAM, nos quais os mandatários municipais foram informados acerca da atuação ministerial no combate à corrupção; e, como já é tradição, no Ciclo de Estudos promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, também pautado por encontros regionais de capacitação oferecidos a servidores municipais, mas que, há vários anos, conta com a presença do MP.

Por fim, em relação às atividades de apoio realizadas diretamente em benefício dos órgãos de execução, o CMA atingiu, no ano de 2014, a marca de 750 solicitações atendidas, número que engloba a elaboração de pesquisas e arrazoados jurídicos, o envio de subsídios técnicos e a orientação para atuação em casos concretos. Graças a um sistema de catalogação e registro digital das solicitações atendidas, desenvolvido pelo próprio Centro, foi possível verificar que as principais beneficiadas são as Promotorias de Justiça das Comarcas de Entrância Inicial e Final (557 solicitações), o que permite afirmar que o Centro de Apoio da Moralidade Administrativa auxilia o Membro do Ministério Público, em primeiro grau, a desvencilhar-se da intensa carga de trabalho que lhe é submetida pelo acúmulo de atribuições.



Tempo	Núm. Atend.	Percentual	Perc. Acum.
Até 2	552	73,6%	73,6%
De 3 a 5	102	13,6%	87,2%
De 6 a 10	52	6,9%	94,1%
De 11 a 20	25	3,3%	97,5%
Mais de 20	19	2,5%	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>750</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>
<b>Tempo médio dos atendimentos (dias úteis):</b>			<b>4,6</b>

## PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

### 1 Programa LIMPE

#### OBJETIVO

Criar métodos direcionados à análise, tramitação e condução dos procedimentos administrativos e judiciais para ter-se uma solução eficiente na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa.

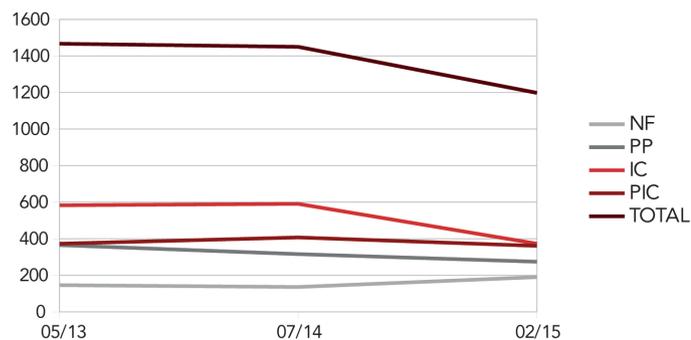
#### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Realização de diagnóstico destinado a apurar o tempo total de tramitação dos procedimentos extrajudiciais.
- Realização de diagnóstico destinado a apurar a real situação dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público antes de 31 de agosto de 2008 e finalizados até 31 de dezembro de 2013.

#### RESULTADOS

Desde o primeiro diagnóstico, realizado em maio de 2013, constatou-se que o tempo médio geral de tramitação dos procedimentos extrajudiciais na área de Moralidade Administrativa vem progressivamente diminuindo, conforme demonstra o seguinte gráfico:

**Gráfico 1**



DATA	NF	PP	IC	PIC	TOTAL
Maio 2013	146	365	583	373	1467
Julho 2014	136	316	591	407	1450
Fevereiro 2015	190	274	373	361	1198

No Gráfico 1, está retratado, em número de dias, o tempo empregado para conclusão dos procedimentos extrajudiciais, a saber: Notícias de Fato, Inquéritos Cíveis, Procedimento Preparatório e Procedimentos Investigatórios Criminais. Esses levantamentos possibilitam, por meio de séries históricas de dados, analisar o desempenho geral das Promotorias de Justiça da Moralidade Administrativa sob a perspectiva do tempo.

O segundo diagnóstico, referido na letra “b” supra, diz respeito somente aos procedimentos extrajudiciais instaurados antes de 31 de agosto de 2008. O objetivo a ser alcançado é a finalização de todos os procedimentos abertos antes dessa data. Os dados extraídos do banco de dados informatizado do MPSC estão resumidos no Gráfico 2. O acompanhamento se refere aos procedimentos instaurados até dezembro de 2008, num total de 326 procedimentos extrajudiciais.

**Gráfico 2**



DATA	PET
Julho 2013	326
Fevereiro 2014	218
Julho 2014	186
Dezembro 2014	105

O Gráfico 2 indica o desempenho das Promotorias de Justiça relativamente aos procedimentos extrajudiciais mais antigos, demonstrando que houve um esforço geral dos membros do MPSC para dar andamento aos casos mais antigos, quer pela deflagração de medidas judiciais cabíveis, quer pela promoção de arquivamentos.

## **2 Programa Transparência e Cidadania**

### **OBJETIVO**

Promover o cumprimento das Leis de Acesso à Informação e da Transparência, pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, estaduais e municipais.

### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

a) Promoção do acatamento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11) e das alterações promovidas na Lei de Responsabilidade Fiscal pela Lei Complementar n. 131/09 concernentes à publicidade, em tempo real, das informações

pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos Municípios.

b) A partir do diagnóstico realizado no ano de 2013, em 2014, iniciaram-se as avaliações, pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, dos Sítios Oficiais e Portais de Transparência das Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos Municípios catarinenses, de maneira a oferecer às Promotorias de Justiça do Estado análises adequadas e precisas quanto ao cumprimento das normas relativas à transparência e ao acesso à informação pelas várias unidades administrativas.

c) Foram elaboradas minutas de Termo de Ajustamento de Conduta, adequados à realidade de Municípios com mais e com menos de 10.000 habitantes, nas quais foram estipulados prazos para cumprimento de certas exigências legais que demandariam a implantação de soluções técnicas mais complexas. Destaca-se que as minutas de TAC contemplaram as principais obrigações de divulgação de informações públicas pela *Internet* (transparência ativa) e também pelos serviços de informação que atendam as demandas diretas e particulares dos cidadãos (transparência passiva) de modo a permitir a superação dos principais obstáculos técnicos ao cumprimento da legislação em vigor.

## **RESULTADOS**

a) Foram analisados, em 2014, os Portais de Prefeituras e Câmaras de Vereadores de 255 Municípios catarinenses. Depois de cada análise, um *checklist* com a descrição das irregularidades eventualmente apuradas foi enviado à Promotoria de Justiça respectiva, a qual detém a atribuição para adoção das medidas pertinentes, extrajudiciais ou judiciais, para buscar a devida adequação da pessoa jurídica de direito público aos ditames da legislação vigente, que é a fase atual do Programa Transparência e Cidadania.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal

---

**OBJETIVO** : Atuar no combate aos crimes contra a ordem tributária, destacando, perante a sociedade em geral, a importância da arrecadação regular de tributos, com o objetivo de criar uma nova consciência de cidadania fiscal, a partir da aplicação de medidas pedagógicas de combate à sonegação fiscal e da posterior e necessária repressão aos crimes dessa espécie.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e Promotores de Justiça

### AÇÕES DESENVOLVIDAS :

- a) Realização de suporte técnico-jurídico aos Órgãos de Execução, de primeiro e segundo grau, com elaboração de contrarrazões, minutas de peças processuais, tais quais: denúncias, alegações finais, arquivamentos e recurso, além da elaboração de pareceres técnicos específicos da área tributária.
- b) Auxílio, no trabalho de combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, na região da Grande Florianópolis, diante da inexistência de uma Promotoria Regional da Ordem Tributária, atuando na solicitação, identificação e análise dos relatórios de notificações fiscais emitidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, atingindo contribuintes/empresas localizadas nas Comarcas de Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz.
- c) Fornecimento de Atos Constitutivos de empresas, devidamente autenticados, além de informações de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, para fins de instrução de procedimentos investigatórios em trâmite nas Comarcas, mediante o atendimento de solicitações de apoio das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça Criminais com atribuições na ordem tributária.

### RESULTADOS

- a) A implementação das Regionais potencializou ainda mais o combate aos crimes fiscais, gerando, no decorrer dos anos, um aumento nos números de ações penais oferecidas pelo Ministério Público

de Santa Catarina envolvendo vultuosas quantias de tributos suprimidos e, conseqüentemente, um aumento nos valores recuperados e parcelados, fruto da atuação específica das promotorias regionalizadas.

## PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

### 1 Programa Saúde Fiscal dos Municípios

#### OBJETIVO

“Incentivar a implementação de estrutura, fiscalização e cobrança dos tributos municipais”.

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Realização, em parceria com a FECAM, de diagnóstico acerca da legislação tributária e da estrutura municipal de fiscalização e cobrança de tributos de sua competência.
- b) Conscientização e incentivo à adequação normativa, estruturação, fiscalização e cobrança dos tributos municipais.
- c) Montagem e distribuição, mediante exposição pessoal e direta, com todos os Prefeitos de Santa Catarina, em articulação com a FECAM, de proposta de aperfeiçoamento da estrutura normativa e operacional dos sistemas tributários municipais, apresentada em encontros realizados nas 21 Associações de Municípios de Santa Catarina e em visitas individuais a algumas Prefeituras.
- d) Realização de 64 eventos pelo Estado visando à união de esforços, entre as Prefeituras e o Ministério Público, para dar combate às fraudes e à sonegação de tributos da competência dos Municípios, especificamente o ISS e o ITBI, mediante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica.
- e) Acompanhamento das medidas para a elaboração e publicação de legislação tributária municipal e para a estruturação municipal de fiscalização e cobrança de tributos.
- f) Elaboração e distribuição, com a participação e organização do CEAF, do Curso Prático de Direito Tributário a todas as Prefeituras parceiras, a fim de auxiliar os agentes tributários na compreensão da atividade fiscalizadora. O curso consiste em 22 módulos de aulas gravadas de conceitos básicos e/ou essenciais concernentes a dispositivos do Código Tributário Nacional, além de abordar outras questões relacionadas à Ordem Tributária.
- g) Criação e aprovação, mediante o Conselho Consultivo, do Projeto Valor Adicionado com o objetivo de “promover medidas visando a assegurar o efetivo repasse do valor adicionado aos Municípios produtores que se encontram em prejuízo com a atual interpretação da legislação”.

## RESULTADOS

- a) Assinatura de 236 Termos de Cooperação Técnica, o que corresponde à adesão de 80% dos Municípios de Santa Catarina ao Programa.
- b) Entrega dos DVDs do Curso Prático de Direito Tributário às Prefeituras parceiras e colocação à disposição do referido DVD, para toda a sociedade interessada, na página do Ministério Público (<http://moodle.mp.sc.gov.br/course/view.php?id=98>).
- c) De janeiro a novembro de 2014, destacam-se as Promotorias de Justiça Regionais de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária de Criciúma e Itajaí, que registraram o recolhimento de R\$ 362.378,74 (trezentos e sessenta e dois mil trezentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos) aos cofres públicos Municipais relativos às Ações Penais e aos parcelamentos pagos e um saldo residual de parcelamentos a serem recolhidos pelos contribuintes de R\$ 494.412,03 (quatrocentos e noventa e quatro mil quatrocentos e doze reais e três centavos).

## 2 Programa União contra à Sonegação e Combate à Sonegação Fiscal

### OBJETIVOS

“Interagir, contínua e progressivamente, com instituições e órgãos públicos, cujas atividades estejam relacionadas à ordem tributária” e “Buscar a responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados”.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Manutenção da parceria entre as Promotorias de Justiça e os órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), responsáveis pela fiscalização tributária no Estado, objetivando o compartilhamento de maiores informações e o apoio mútuo nas investigações e combate à sonegação fiscal.
- b) Busca pela responsabilização criminal dos infratores, intensificando a recuperação dos tributos sonegados.
- c) Realização de estudos visando à adequação regionalizada da ordem tributária na Grande Florianópolis.
- d) Realização, no mês de junho, de Evento na sede da Gerência Regional da SEF/SC, em Joinville, com o intuito de planejar ações de cobrança de débitos tributários. Tal ação deu sequência ao plano definido pela “Carta por Santa Catarina”, documento firmado, em 17 de junho de 2013, por integrantes da SEF, MPSC e PGE, visando a aprofundar o estudo de temas de interesse mútuo e a identificação de contribuintes com histórico de sonegação e dívidas tributárias e atuação efetiva nesse sentido.

## RESULTADOS

a) Apenas em 2014, foram recolhidos aos cofres do Estado R\$ 68.606.224,14 (sessenta e oito milhões, seiscentos e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos). Com valores parcelados, chegou-se ao montante de R\$ 445.395.944,39 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões trezentos e noventa e cinco mil novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos), o qual somado aos valores recolhidos aos cofres do Estado, implica o incremento real – não cumulativo – de R\$ 514.002.168,53 (quinhentos e quatorze milhões dois mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

b) Além dos valores supramencionados, decorrentes da intervenção extrajudicial, em 2014, foram ofertadas 1.485 denúncias, por sonegação fiscal de ICMS, envolvendo valores nominais sonegados no total de R\$ 495.682.833,06 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e três reais e seis centavos). De tal modo, somado o incremento real (R\$ 514.002.168,53) e os valores denunciados (R\$ 495.682.833,06), totaliza o montante de R\$ 1.009.685.001,59 (um bilhão, nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e um reais e cinquenta e nove centavos) resultante da atuação do Ministério Público no combate à sonegação fiscal, somente em 2014, sem considerar as operações dos GAECOs, que, por vezes, refletem em notificações fiscais.

### DEMONSTRATIVOS DE PARCELAMENTOS REALIZADOS NOS RESPECTIVOS PERÍODOS.

2006 a 2009	2010	2011	2012	2013	2014
11.030.415,76	55.736.374,59	47.304.928,39	171.320.586,19	366.395.346,97	845.949.455,95

(Saldo dos valores de parcelas de processos de parcelamentos de anos anteriores, bem como daqueles realizados até o mês de dezembro de 2014, idem).

### Valores recolhidos aos cofres públicos por conta de ações do Ministério Público nas Promotorias Regionais da Ordem tributária e da especializada da capital (em reais)

2006 a 2009	2010	2011	2012	2013	2014
16.295.749,60	28.030.336,44	46.607.636,87	104.805.074,01	52.758.731,11	72.874.093,50

(Valores recolhidos de parcelamentos originados em anos anteriores, bem como daqueles realizados até o mês de dezembro de 2014, idem).

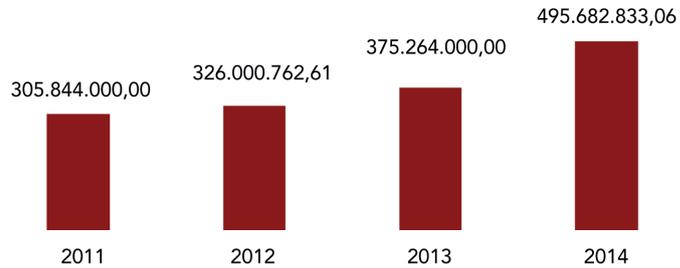
### VALORES SONEGADOS (EM REAIS)

ANOS	2011	2012	2013	2014
TOTAIS	305.844.000,00	326.000.762,61	375.264.000,00	495.682.833,06

Fonte: Relatórios das Promotorias Regionais da Ordem Tributária. Dados atualizados em fevereiro/2015.

Elaboração: Iania Zaffonato/Analista do Ministério Público/SC - COT

**Valores Totais Denunciados de 2011 a 2014**



# Objetivo **ESTRATÉGICO**



## **Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias**

**OBJETIVO** : Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias da Instituição e de seus membros para que possam defender, com eficiência, a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

**RESPONSÁVEL** : Procurador-Geral de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

a) Participação nas reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e a Confederação Nacional do Ministério Público (CONAMP), com vistas à garantia das prerrogativas institucionais e de seus membros.

#### **RESULTADOS**

a) Reconhecimento da regularidade do processo de contratação da empresa OI S/A (rede de dados, voz e vídeo-monitoramento), no CNMP.

b) O Programa “Alimento Sem Risco”, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) recebeu, o destaque de Menção Honrosa - 4º Lugar -, na categoria “Defesa dos Direitos Fundamentais”, do Prêmio CNMP 2014, realizado na abertura do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O projeto foi um dos 40 selecionados pela comissão julgadora entre as 655 práticas inscritas no Banco Nacional de Projetos, por todos os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Aumentar a credibilidade do Ministério Público

**OBJETIVO** : Consolidar a imagem do Ministério Público e aumentar a credibilidade deste, por meio de atividades que incrementem a efetividade das ações e divulguem o trabalho da Instituição, fomentando a disseminação e a compreensão, pela sociedade, de suas funções e ampliando o conhecimento do trabalho realizado.

**RESPONSÁVEL** : Procurador-Geral de Justiça, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Coordenadoria de Comunicação Social

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa de Melhoria de Atendimento ao Público

##### Objetivo

Buscar a melhoria da imagem da Instituição, mediante o oferecimento de um atendimento ágil e de qualidade, de acordo com as expectativas do cidadão.

##### Ações Desenvolvidas

- a) Realização 91.273 Atendimentos ao Público.
- b) Capacitação de 29 membros do Ministério Público e de 161 servidores para os serviços de atendimento ao público.
- c) Padronização, mediante análise de processos das tarefas de atendimento ao público nas Promotorias de Justiça.

##### Resultados

- a) Incremento de 400% nas ações de atendimento ao público em relação ao ano anterior.
- b) Conclusão do diagnóstico do Mapeamento de Processos das Promotorias de Justiça.
- c) Fortalecimento da estrutura do Serviço de Atendimento e Informações ao Cidadão (SAIC), setor responsável pela gestão e pelo monitoramento dos requerimentos de acesso a informações dirigidos ao Ministério Público de Santa Catarina, com o fim de viabilizar o acesso da sociedade às informações armazenadas no âmbito desta Instituição, em

cumprimento ao disposto na Constituição da República, na Lei Federal n. 12.527/2011 e na Resolução n. 89/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

## 2 Programa Comunicação com a Sociedade

### OBJETIVO

Consolidar a imagem do Ministério Público e aumentar a credibilidade deste mediante o incremento da efetividade das ações de divulgação dos trabalhos da Instituição.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Padronização dos *blogs* da Instituição.
- b) Uso intenso das mídias sociais para estabelecer um canal de comunicação direto com a sociedade.

### RESULTADOS

- a) 92.559 acessos a vídeos do MPSC no *YouTube*, um crescimento de 5,73% em relação ao ano anterior.
- b) 13.100 seguidores do MPSC no *Twitter*, um acréscimo de 60,29% em relação ao ano anterior.
- c) Registro, na mídia externa, de 650 inserções de matérias relacionadas ao trabalho do MPSC.
- d) 34 membros capacitados em mídia *training*.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## **Aumentar a efetividade e a proatividade do Ministério Público de Santa Catarina**

Objetivo: Desenvolver ações e criar mecanismos institucionais que contribuam para o aumento da efetividade e da proatividade das ações realizadas pelo Ministério Público.

Responsável: Procurador-Geral de Justiça e CIP

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### **1 Programa de aumento da efetividade e da proatividade**

##### **OBJETIVO**

Buscar uma melhor efetividade da atuação do Ministério Público no campo judicial, extrajudicial e na prevenção de conflitos e danos aos interesses coletivos.

##### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Desenvolvido B.I. de Gestão das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- b) Desenvolvido B. I. de Gestão de custos do MPSC.
- c) Implementado o Sistema de Gestão Administrativa, que visa a controlar as aquisições, os contratos e convênios das Unidades do MPSC.
- d) O Termo de Cooperação Técnica n. 06/2010, firmado entre o MPSC, a SEF e a PGE, criou um grupo de trabalho e inteligência interinstitucional. Mediante essa parceria, e também no âmbito do Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual (PROFISCO), o CIP conta com equipamentos para análises computacionais, os mais recentes adquiridos com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- e) Ao final de 2013, com a emissão dos Atos n. 639 e 640, pela Procuradoria-Geral de Justiça, o CIP assumiu a responsabilidade pela manutenção do Banco de Dados de Fundações, regulamentando vários aspectos da atuação do SATS em relação ao SICAP, e viabilizando a atuação a partir de procedimentos automatizados de verificação das contas.

f) Apoio multidisciplinar às Promotorias de Justiça, nas seguintes áreas do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo; Ciências Biológicas; Engenharia Agrônômica; Engenharia Cartográfica; Engenharia Civil; Engenharia Sanitária e Ambiental; Geologia; e Ciências da Computação.

g) Realização de perícias computacionais, prestando suporte às atividades de busca e apreensão em conjunto com os GAECOs, em colaboração o apoio do Instituto Geral de Perícias.

## RESULTADOS

a) Otimizada a Governança Administrativa do MPSC.

b) Identificação de informações acerca da atuação judicial e extrajudicial das Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça em tempo real.

c) Otimização de resultados, à medida que 82,12% dos Termos de Ajustamento de Condutas firmados foram cumpridos, relacionados a 1.761 TACs firmados, ou seja, com 1.446 cumpridos.

d) Índice de efetividade da ação Institucional elevado, registrando 93,06% de sentenças favoráveis às demandas do Ministério Público.

e) Setor de Auditoria do Terceiro Setor (SATS): em 2014, o quantitativo de atendimento de solicitações de apoio relacionadas às auditorias e perícias contábeis do Terceiro Setor subiu, consideravelmente, em comparação com 2013, conforme dados do Quadro abaixo:

Tipo de Atividade	2013	2014	Aumento
SICAP	199	384	93%
Perícias Terceiro Setor	15	4	-73%
Consultas/Pesquisas	14	26	86%
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>414</b>	<b>82%</b>

Após a edição dos Atos n. 639 e 640, de dezembro 2013, já no primeiro mês dos trabalhos, a média das conclusões das análises do SICAP (Sistema de Cadastro e Prestação de Contas) triplicou, somando 51 atendimentos dessa natureza, se comparados aos 17 produzidos no mês anterior. A Gerência intensificou, ainda, a cobrança de prestações de contas pendentes, assim permitindo a regularização de inúmeras entidades.

f) Núcleo de Perícias, Cálculos e Auditorias (SEAUD): seguem, no quadro abaixo, os quantitativos de solicitações de cálculos, perícias e consultas atendidas:

Tipo de Atividade	2013	2014	Aumento
Cálculos	43	27	-37%
Perícias	25	28	12%
Consultas/Pesquisas	21	33	57%
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>88</b>	<b>-1%</b>

Dos 61 trabalhos realizados em termos de perícias e consultas, 21 laudos (34%), em 2014, citaram o uso do *e-Sfinge* (sistema do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina) como base de pesquisas. O banco de dados das Notas Fiscais Eletrônicas, fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, é outra importante fonte para pesquisas relacionadas a superfaturamentos, ao fornecer dados de referência para comparação de valores. A manipulação desses bancos de dados tem intensificado a necessidade de uso do *software Qlikview*, cujas licenças adquiridas permitem potencializar, de forma dinâmica, a visualização dos dados a partir de diversos pontos de vista, seja numa abordagem compartimentada ou expandida.

g) Durante o ano de 2014, o Setor de Dados Estruturados (SDE), mediante a publicação do Ato n. 313/2014/PGJ, promoveu melhorias nos métodos de trabalho, agilizando as buscas e o acesso à informação, já que passou a permitir que algumas consultas sejam realizadas diretamente pelos órgãos de execução. Para tanto, foram ministradas 4 turmas de capacitação, na modalidade EAD, com o intuito de habilitar 365 assistentes de Promotoria de Justiça na utilização das ferramentas. O novo método de trabalho tornou desnecessário o incremento do número de servidores lotados na equipe do SDE, permitiu o aproveitamento destes para atuarem no processamento do Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA), e ainda, o remanejamento de estagiários daquele setor para outros do CIP, já que reduziu significativamente o volume de consultas direcionadas ao Setor. A título de ilustração, no 1º semestre, foram contabilizadas 12.789 consultas atendidas pelo SDE, enquanto após a mudança, no 2º semestre, registraram-se 4.147 atendimentos.

h) A Gerência de Análise Multidisciplinar (GAM) realizou 388 atendimentos, durante o ano de 2014, subdivididos nas classes de produtos listados no quadro a seguir. Em linhas gerais, esses produtos apresentam opiniões técnicas embasadas nos paradigmas científicos vigentes, abrangendo diversas áreas de atuação institucional, com destaque para a proteção ambiental, à moralidade administrativa e à defesa do consumidor.

Classificação das Soluções	Total	%
Emissão de Laudos Técnicos	57	14,7%
Emissão de Pareceres Técnicos	74	19,1%
Emissão de Relatório de Pesquisa de Dados Geoespaciais	34	8,8%

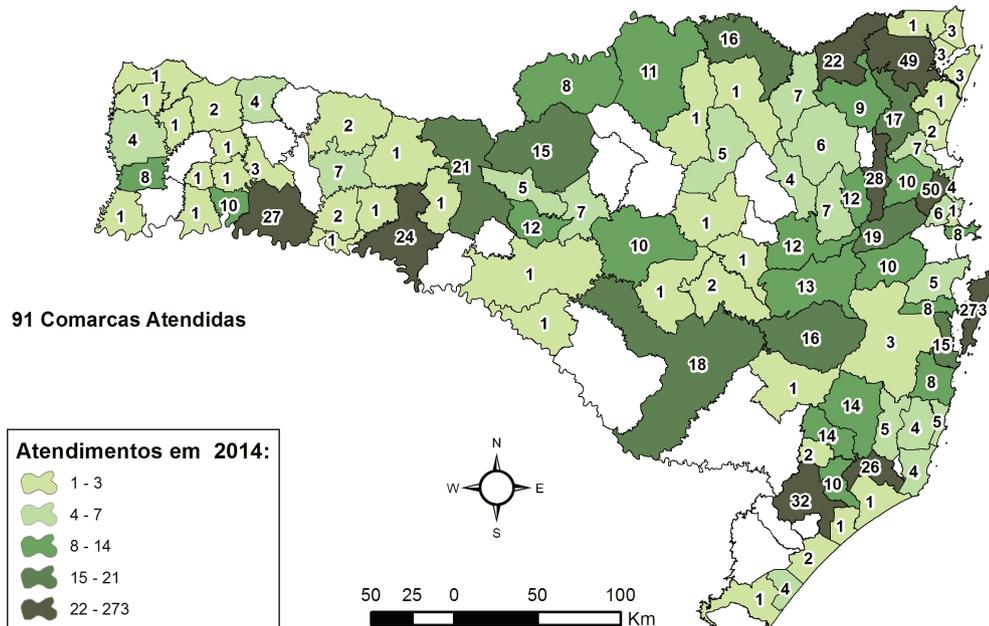
Emissão de Auxílio Técnico	44	11,3%
Outros Atos de Apoio (Reuniões, e-mails, ofícios ...)	179	46,1%
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>100,00%</b>

i) **Atendimentos de Análises Computacionais:** A GAM realiza, ainda, avançadas análises em equipamentos e grandes massas de dados computacionais, tais como: os oriundos das operações de busca e apreensão coordenadas pelos GAE-COs. O quadro a seguir quantifica os produtos desse tipo de atividade.

<b>Classificação das Soluções</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Emissão de Laudos Técnicos	10	14,9%
Emissão de Pareceres Técnicos	2	2,9%
Emissão de Auxílio Técnico	24	35,9%
Outros Atos de Apoio	31	46,3%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,00%</b>

j) **Cartograma da Distribuição Especial das Solicitações Concluídas pelo CIP**

#### CIP - Demandas Atendidas em 2014



## 2 Programa de Gestão do Conhecimento

### OBJETIVO

Buscar a melhoria de desempenho da Instituição, mediante a identificação dos processos de localização, extração, partilha e criação de conhecimento, assim como mediante o uso de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação que possibilitem o compartilhamento de dados e informações produzidas.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Implementados 40 módulos de Governança por meio do B.I *Qlikview*.
- b) Licitado o escritório de ciência de dados para gerar diagnósticos utilizando dados estruturados e não estruturados (BIG DATA).
- c) Desenvolvidas ações estruturantes do memorial do Ministério Público.
- d) O Portal Transparência do MPSC ampliou seus dados de acesso ao cidadão, de forma a atender às Resoluções do CNMP e à Lei de Acesso à Informação.

### RESULTADOS

- a) Descentralização da Gestão do Conhecimento para Coordenadorias e Gerência visando a ampliar o processo de Governança.
- b) Estruturação de informações para a tomada de decisão relacionadas a BIG DATA.
- c) Publicação, pelo Memorial do Ministério Público, de seis obras de importância histórica:
  1. Histórias de Vida volume I (Procuradores-Gerais).
  2. Histórias de Vida volume II (Procuradores e Promotores de Justiça mais antigos).
  3. Memórias do General Vieira da Rosa.
  4. Osni de Medeiros Régis: Artigos e Discursos.
  5. Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio.
  6. Procuradores-Gerais de Santa Catarina.
- d) Dados de gestão disseminados por toda a Instituição.
- e) Portal Transparência Finalizado observando 100% das exigências do CNMP.
- f) 43 entrevistas realizadas visando a disseminação do conhecimento institucional.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Melhorar as relações com os Stakeholders

**OBJETIVO** : Fomentar e fortalecer o relacionamento institucional, inclusive mediante proposta de ações conjuntas com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo e com outras entidades públicas e privadas que possam contribuir para a viabilização dos objetivos institucionais do Ministério Público.

**RESPONSÁVEL** : Procurador-Geral de Justiça, Centros de Apoio Operacional e Promotores de Justiça

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para a Promoção de Projetos Conjuntos com os Stakeholders

##### OBJETIVO

Conceber e implementar mecanismo de atuação sinérgica, envolvendo o Ministério Público de Santa Catarina e os seus principais *Stakeholders*, com o propósito de identificar objetivos, e preocupações comuns e alternativas aptas à viabilização de soluções.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Celebração de vários convênios com os *Stakeholders*.
- b) Compartilhamento de ações na rede governamental de educação corporativa.

##### RESULTADOS:

- a) Registro de melhorias expressivas no âmbito das relações Institucionais.
- b) Celebração de 294 Termos de Cooperação Técnica e Convênios, com destaque para os seguintes *stakeholders*: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC); Secretarias de Estado da Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho e Habitação, do Desenvolvimento Sustentável e da Segurança Pública de Santa Catarina; Secretarias Municipais de Educação de Chapecó, Joinville e Lages; Governo do Estado de Santa Catarina; Fundação do Meio Ambiente (FATMA);

Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (APESC); Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC); Caixa Econômica Federal (CEF); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ); Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC); União; Prefeituras de Florianópolis, Blumenau e Joinville; Defensoria Pública de Santa Catarina; Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC); Fundação Hospitalar de Blumenau (Hospital Santo Antonio); Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul; União dos Dirigentes Municipais da Educação do Estado de Santa Catarina (UNDIME/SC); Federação Catarinense de Municípios (FECAM); Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT); Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP); Observatório Social do Brasil; Observatórios Sociais de Brusque, Florianópolis, Imbituba, Itapema, Lages, São José e Tubarão; Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONEDE); Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC); Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN); Fundação Catarinense de Cultura (FCC); Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC); Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE); Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina (CBM/SC); e Associação Catarinense de Medicina (ACM).

- c) Foram realizados 36 eventos em parceria com *stakeholders*.
- d) Foram capacitados 27 servidores do MPSC pela Rede Governamental de Ensino.
- e) 15 profissionais de outras instituições foram capacitados pelo MPSC.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Aprimorar a avaliação de resultados

**OBJETIVO** : Desenvolver e implantar um sistema de avaliação de resultados das ações do Ministério Público que possibilite a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

**RESPONSÁVEL** : Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico do MPSC, Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Planejamento

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa de Aprimoramento da Avaliação de Resultados

##### OBJETIVO

Monitorar, avaliar e divulgar os resultados das ações institucionais.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Acompanhamento das ações do Planejamento Estratégico.
- b) Participação da Pesquisa de Clima Organizacional Nacional da Revista VOCÊ S.A. e REVISTA AMANHÃ.
- c) Identificada a necessidade de a Instituição adquirir sistema SIG II, Folha de Pagamento e Recursos Humanos, visando à atualização tecnológica para que os produtos institucionais possam ser identificados em ambientes nativos de custo e produtividade, e com ambientes que permitam a projeção de cenários, em termos de resultados e estruturas de suporte.

##### RESULTADOS

- a) O MPSC ficou classificado, pela pesquisa da Revista AMANHÃ “Pesquisa *GREAT PLACE TO WORK*”, em sétimo lugar, sendo a primeira instituição pública; e, na pesquisa realizada pela Revista VOCÊ S.A., foi classificado para a segunda etapa, ou seja, a etapa que antecede o resultado, na qual foram ouvidos presencialmente membros e servidores selecionados. Os resultados dessas ações estão permitindo com que os ajustes estruturantes sejam feitos e nos habilitam

para, em 2015, termos um desempenho bem melhor.

b) Estruturou uma Comissão Especial para desenhar o novo SIG II.

c) Realizou diversas amostras de novas tecnologias, que permitem a racionalização dos processos das áreas administrativas e otimização de tempo dos processos da Recursos Humanos, Folha de Pagamento e área-fim.

d) 71,11%% das metas previstas no Plano Geral de Atuação 2014 foram alcançadas, em relação a 60% de 2013.

# *Objetivo* ESTRATÉGICO



## **Consolidar Teses Institucionais**

---

**OBJETIVO** : Definir e consolidar teses jurídicas que reflitam o entendimento majoritário dos membros do Ministério Público catarinense e sirvam de paradigma orientador da atuação ministerial.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e Conselho Consultivo de Consolidação de Teses Institucionais

**AÇÕES REALIZADAS EM 2014** : Incremento da atuação do Conselho de Consolidação de Teses Institucionais de 4, em 2013, para 8 novas Teses, em 2014.

**RESULTADOS** : Incremento de 100% na análise, discussão e aprovação de novas Teses Institucionais.



## Otimizar e potencializar a atuação das Promotorias de Justiça

**OBJETIVO** : Otimizar a ação e potencializar os resultados das ações desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça, mediante a implementação de propostas de atuação plena e racional de todas as unidades.

**RESPONSÁVEL** : Colégio de Procuradores de Justiça, Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisa, Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia da Informação

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para Otimizar a Gestão das Promotorias de Justiça

##### OBJETIVO

Criar um ambiente operacional que permita otimizar as atividades realizadas nas Promotorias de Justiça.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Operacionalizado o convênio para acesso aos dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).
- b) Finalizada a implantação do processo judicial eletrônico em todas as Promotorias de Justiça do Estado.
- c) Fortalecidas as estruturas do Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisa (CIP).

##### RESULTADOS

- a) 100% das Promotorias de Justiça no Estado com processos judiciais eletrônicos.
- b) 386 novos Assistentes de Promotorias de Justiça.
- c) 91.273 atendimentos ao público.

## 2 Programa de Descentralização do Acesso ao Banco de Dados

### OBJETIVO

Estender a Promotores de Justiça, Assessores Jurídicos e Assistentes de Promotoria de Justiça o acesso a bancos de dados reconhecidamente úteis ao desempenho das atividades afetas aos órgãos de execução do Ministério Público de Santa Catarina.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Editado Ato n. 313/2014/PGJ, liberando o acesso direto a membros e servidores a determinadas bases de dados, com isso, permitindo que possam executar pessoalmente suas próprias pesquisas.
- b) Ampliação do acervo informativo de interesse da Instituição, pela viabilização do acesso a bancos de dados estruturados, entre os quais os sistemas: HOD (Rede Receita Federal); JUCESC (Junta Comercial do Estado de SC); DetranNet (Departamento Estadual de Trânsito); SAT (Sistema de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda/SC); INFOSEG (Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)); SISP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina); Consulta CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina); Consulta CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento); E-STJ (Superior Tribunal de Justiça); FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas); Corregedoria do TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina); COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras); SIEL (Sistema de Informações Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina); CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados); SINIC (Sistema Nacional de Identificação de Criminosos da Polícia Federal); *e-SFINGE* (Sistema de Dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina); GAIA (Sistema de Gestão e Acompanhamento de Infrações Ambientais, desenvolvido em parceria da Polícia Militar Ambiental com a Fundação do Meio Ambiente (FATMA); SIMBA (Sistema de Movimentação Bancária – Ministério Público Federal); Portal do Promotor de Justiça; e Portal do Procurador de Justiça.

### RESULTADOS

- a) É importante destacar que, no primeiro semestre de 2014, antes da publicação do Ato n. 313/2014/PGJ, foram contabilizados 12.789 atendimentos para pesquisa de dados, ao passo que, na segunda metade do ano, totalizaram apenas 4.147, impactando em uma redução de aproximadamente 68% na demanda do CIP.
- b) Os *softwares* disponibilizados estão permitindo que os membros do Ministério Público tenham acesso a informação, sua principal fonte de suporte a atividade de promoção da justiça.

### **3 Outras ações de destaque**

#### **Estudo sobre a redistribuição de serviço no âmbito das Promotorias de Justiça no Estado**

##### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

A Comissão Especial para Estudo da Redefinição das Atribuições das Promotorias de Justiça, buscando a partilha racional e equânime da carga de trabalho de cada uma delas, especialmente nas Comarcas dotadas de duas ou mais Promotorias de Justiça, realizou vários estudos, que ainda estão sendo deliberados, e apresentou sugestões de criação de Promotorias de Justiça.

##### **RESULTADOS**

Criação de cargos nas Promotorias de Justiça de Canoinhas e Araranguá

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Tornar os processos de gestão mais efetivos

**OBJETIVO** : Adotar novas práticas e estabelecer métodos para a estruturação e melhoria dos processos de gestão, visando a agregar valor aos serviços prestados aos clientes internos e contribuir para a efetividade da atividade-fim do Ministério Público.

**RESPONSÁVEL** : Coordenadoria de Comunicação Social, Coordenadoria-Geral Administrativa e Gerência de Gestão de Processos e Competências

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para Melhorar a Interação e a Comunicação entre as Diversas Áreas da Estrutura do Ministério Público

##### OBJETIVO

Integrar os diversos setores da estrutura do MPSC, mediante a disseminação da cultura organizacional.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Criação de novos canais institucionais nas redes sociais: *Facebook*, *Google Plus* e *SlideShare*.
- Realização de estudos para a criação de um novo portal do Ministério Público de Santa Catarina.

##### RESULTADOS

- 4.995 novos seguidores no *Twitter*.
- 148 atendimentos ao cidadão via *Twitter* e *Facebook* com orientações e encaminhamento para denúncias e ouvidoria.
- 70 mil pessoas alcançadas com as publicações do Ministério Público de Santa Catarina no *Facebook*.
- 3.200 novos fãs na *fanpage* do Ministério Público.
- Planejamento, arquitetura de informação e *design* do novo portal do MPSC criado.

#### 2 Programa de Gestão por Processos

##### OBJETIVO

Implementar a gestão por processos no MPSC.

## AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Manual contendo o mapeamento dos fluxos de trabalho que perpassam a Secretaria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina e a Procuradoria-Geral, com a finalidade de mapear as atividades dos envolvidos nos processos.
- b) Implantação do Sistema de Protocolo Unificado (CPA) na Secretaria-Geral do MPSC e na Procuradoria-Geral de Justiça.
- c) Manual contendo o mapeamento dos fluxos de trabalho da Secretaria dos Órgãos Colegiados e do Conselho Superior do MPSC, para fins de automação no SIG.
- d) Melhoria do processo de trabalho interorganizacional para a construção, implantação e capacitação de usuários do sistema APOIA *On-line*.
- e) Identificação da árvore de processos de trabalho comuns a todos os CAOs, visando à futura racionalização e padronização dos processos.
- f) Elaboração das Cartas de Serviço dos CAOs.
- g) Mapeamento dos fluxos de trabalho da Gerência de Estágio.
- h) Construção dos Manuais dos Processos de Trabalho das Promotorias de Justiça de Santa Catarina e Secretarias de Promotorias. Para a realização desse trabalho, foram visitadas 11 Promotorias de Justiça e três Secretarias de Promotorias, durante todo o ano de 2014, e a entrega será em março de 2015;
- i) Mapeamento de processos nas Secretarias de Promotorias, oficiais de diligência, analistas em serviço social e técnicos em informática para a elaboração da proposta de criação das Centrais Técnicas Circunscricionais (CTCs).
- j) Organização, em conjunto com a GEPROD, do manual de mapeamento de processos de trabalho da área finalística do MPSC visando à licitação de um novo sistema. Áreas contempladas pelo trabalho: Promotorias de Justiça, Procuradorias de Justiça, Ouvidoria, Centros de Apoio Operacional, Órgãos Colegiados, Corregedoria-Geral, Secretarias de Promotorias, Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas, Coordenadorias de Recursos Civil e Criminal e Procuradoria-Geral do MPSC.
- k) Participação no grupo de trabalho de Gestão de Processos do CNMP, colaborando para a construção da metodologia de Gestão de Processos e para o Banco Nacional de Processos.

## RESULTADOS

- a) Mapeamento de 51,11% das áreas de atividade-meio do Ministério Público de Santa Catarina: Colégio de procuradores, Conselho Superior, Corregedoria, PGJ, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais, Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Assessoria do PGJ, GAECOs, Promotorias de Justiça, Procuradorias de Justiça Civil, Procuradorias de Justiça Criminal, Promotorias de Justiça Regionais, Secretarias de Promotorias, Secretarias de Circunscrição (CTC), Coordenadoria de Recursos Cíveis, Coordenadoria de Recursos Criminais, Centros de Apoio CCO, Centros de Apoio CCR, Ouvidoria, Secretaria-Geral, Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ), Assessoria da SGMP, Protocolo.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Melhorar a estrutura física e a segurança do Ministério Público de Santa Catarina

**OBJETIVO** : Promover a melhoria da segurança institucional e da estrutura física das unidades operacionais do Ministério Público de Santa Catarina a fim de garantir padrões adequados de conforto, funcionalidade, acessibilidade e segurança aos membros, servidores e público externo, e aos bens, dados, serviços e documentos integrantes do acervo institucional.

**RESPONSÁVEL** : Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional, Assessoria Militar e Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para Adequação da Estrutura Física

##### OBJETIVO

Disponibilizar espaços físicos e infraestrutura adequados ao desenvolvimento das atividades do MPSC em todo o Estado, contemplando, inclusive, conforto ambiental, ergonomia, sustentabilidade e acessibilidade espacial.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Reuniões da Comissão Especial de Estudo para a Expansão da Estrutura Física do MPSC.
- b) Adequação de novos espaços para Promotorias de Justiça no Interior do Estado.
- c) Avaliação conjunta da área de segurança institucional e Coordenadoria de Engenharia sobre locação de espaços, e melhoria de segurança nos espaços existentes.

##### RESULTADOS

- a) Execução de 100% das obras e serviços de engenharia solicitados pelos órgãos internos do MPSC e regularmente autorizados pela Administração.

b) Execução de obras e serviços relacionados à segurança Institucional, a exemplo da implantação de 100% das câmeras de monitoramento no Estado, em pontos mapeados nas edificações do MPSC.

## **2 Programa de Segurança Institucional**

### **OBJETIVO**

Garantir a segurança de membros, servidores e do patrimônio do MPSC.

### **AÇÕES DESENVOLVIDAS**

- a) Definido o sistema de controle de acessos às unidades físicas do MPSC, a ser adquirido.
- b) Implementado o sistema de videomonitoramento nas Promotorias de Justiça e demais instalações do MPSC.

### **RESULTADOS**

- a) 100% do serviço de câmera de vigilância das instalações do MPSC.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Melhorar o desempenho dos sistemas de informação

**OBJETIVO** : Estruturar os sistemas de informação de modo a assegurar a disponibilidade, a confiabilidade, a integridade e a confidencialidade das informações, e desenvolver soluções que assegurem a integração dos sistemas e a eficiência na entrega da informação.

**RESPONSÁVEL** : Coordenadoria-Geral Administrativa e Coordenadoria de Tecnologia de Informação

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para a Segurança da Informação

##### OBJETIVO

Garantir permanentemente o serviço de rede, o armazenamento de dados e a integridade das informações captadas, acessadas ou geradas pelo MPSC.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Aquisição de servidor de banco de dados “EXADATA” da ORACLE.
- b) Aquisição de licenças de banco de dados de uso ilimitado da ORACLE, garantindo o crescimento de novos equipamentos visando a um crescimento exponencial do Banco de Dados do MPSC.

##### RESULTADOS

- a) Ampliada a garantia de armazenamento de dados e integridade de informações com alta performance.
- b) 100% dos *softwares* da Instituição licenciados.
- c) Índice de disponibilidade dos sistemas de informação, em 2014, de 99,44%, apurado em relação ao desempenho da média de disponibilidade dos sistemas: SIG, SGA, Portal, Correio Eletrônico e *Intranet*.

## 2 Programa de Integração de Sistemas

### OBJETIVO

Simplificar os procedimentos de acesso do MPSC a bancos de dados e garantir a eficiência tecnológica do MPSC, mediante a implantação e manutenção de um Plano Diretor de TI (Tecnologia da Informação).

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Padronização das práticas de aquisição relacionadas à Tecnologia da Informação, segundo determinações estabelecidas nas Resoluções do CNMP.
- b) Disseminação do uso do “*QlikView*”, nas diversas estruturas do MPSC.

### RESULTADOS

- a) Melhoria da gestão da informação e satisfação dos usuários de TI do MPSC.
- b) Fluxo de solicitação de aquisição da área de TI padronizado.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Ter pessoal qualificado e em número suficiente às necessidades reais do Ministério Público de Santa Catarina

**OBJETIVO** : Adequar o quantitativo e promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros e servidores, visando a melhorar o clima organizacional e aumentar a efetividade dos resultados das ações do Ministério Público.

**RESPONSÁVEL** : Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Secretaria-Geral do Ministério Público e Coordenadoria de Recursos Humanos

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa para o Aperfeiçoamento dos Sistemas de Capacitação de Membros e Servidores

##### OBJETIVO

Desenvolver as competências requeridas para os processos de trabalho da Instituição.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Credenciamento do CEAF como Escola de Governo.
- Estruturação e expansão dos cursos em EAD.
- Oferta e conclusão de 199 cursos, inseridos no contexto do Plano Anual de Capacitação, sendo 5 desenvolvidos pelo CEAF.

##### RESULTADOS

- O índice de servidores efetivos com pós-graduação, em 2014, representou 70,88%.
- Capacitados 74,83% do total de membros, o que importou no aumento de 3,21% de membros capacitados em relação ao ano anterior. Dos membros lotados no interior, 78,46% foram capacitados.
- Capacitados 69,47% do total de servidores, o que importou no aumento de 14,34% de servidores capacitados em

relação ao ano anterior, sendo 39,66% das capacitações, realizadas a partir de cursos a distância. Dos servidores lotados no interior, 76,90% foram capacitados.

- d) 126 cursos e eventos promovidos internamente, aumento de 33% em relação ao ano anterior.
- e) 73 cursos e eventos externos com custeio do CEAF.
- f) 1.035 participações de membros e 2.017 participações de servidores em cursos e eventos promovidos pelo CEAF.
- g) Público externo de mais de 3.000 participantes em cursos e eventos promovidos pelo CEAF.
- h) Incremento na efetividade da atuação de membros e servidores do MPSC.

## 2 Programa de Melhoria na Gestão de Pessoas

### OBJETIVO

Identificar, nos processos mapeados no âmbito do MPSC, as competências requeridas para o bom desempenho das respectivas funções, o número de pessoal necessário, os critérios de avaliação de desempenho, as políticas de motivação e incentivo à carreira e definir modelos de gestão por resultados.

### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Continuidade da implantação do Projeto Gestão por Competências no MPSC.
- b) Realizado concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira do Ministério Público, com a participação de 2.254 candidatos e aprovação final de 31 novos Promotores de Justiça Substitutos.
- c) Realizado concurso público de servidores, com a participação de 22.334 candidatos e aprovação final de 89 servidores.
- d) Uniformizado o programa de estágios no âmbito do MPSC.
- e) Regulamentado, por ato interno, o processo de movimentação de servidores na carreira do MPSC.

### RESULTADOS

- a) Aprovação e nomeação de 83 servidores.
- b) Contratação de 386 novos Assistentes de Promotores de Justiça.
- c) Índice de rotatividade de servidores comissionados do MPSC em 57,47%.
- d) Realizado a primeira avaliação relacionada ao Programa de Gestão de Competências.
- e) Realização dos *workshops* de modelagem, para a identificação das competências organizacionais, gerenciais e técnicas, com a participação de aproximadamente 100 gestores.
- f) Realização de eventos de capacitação com os gestores para o mapeamento das competências individuais das equipes.

- g) Palestra de apresentação do modelo, envolvendo todo o quadro funcional.
- h) Início do 1º ciclo de mapeamento das competências individuais – áreas administrativas.
- i) Realização do Encontro da Ação Nacional – Multiplicando a Estratégia: Gestão por Competências, na Sede do Ministério Público de Santa Catarina. O evento, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, objetivou o compartilhamento e a troca de experiências relevantes na implementação do Modelo de Gestão por Competências no âmbito do Ministério Público brasileiro. O MPSC foi escolhido para sediar o evento e para realizar a apresentação do Projeto.

### 3 Programa de Humanização do Ambiente de Trabalho

#### OBJETIVO

Proporcionar, no ambiente de trabalho dos membros e servidores do MPSC, além da acessibilidade plena, o conforto ambiental, a redução de conflitos e o baixo índice de afastamentos decorrentes de problemas de saúde.

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- a) Participação nos eventos “Outubro Rosa”, promovido pela Associação Brasileira dos Portadores de Câncer (AMUCC), o movimento popular é comemorado em todo o mundo pela luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, de empresas e entidades; e “Novembro Azul”, campanha de conscientização realizada por diversas entidades no mês de novembro, dirigida à sociedade e aos homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata e de outras doenças masculinas.
- b) Vacinação coletiva, em caráter preventivo, contra a gripe.
- c) Implementado o Programa de Orientação à Aposentadoria.
- d) Visita aos postos de trabalho da Capital – Levantamento Ergonômico (Casa do Barão, Campos Salles, Fórum da Capital, Almoxarifado Central, Fórum Eduardo Luz, Fórum Norte da Ilha, Palas, *Vintage*, GAECO, Fórum do Estreito, *Corporate Park*).
- e) Visita aos postos de trabalho da Capital – Levantamento de Riscos Ambientais (Casa do Barão, Campos Salles, Fórum da Capital, Almoxarifado Central, Fórum Eduardo Luz, Fórum Norte da Ilha, Palas, *Vintage*, GAECO, Fórum do Estreito, *Corporate Park*).
- f) Criado o Grupo de Corrida e Caminhada do MPSC.
- g) Fixado o Calendário Saúde 2014: com ações divulgadas por, *e-mail marketing*, comunicação *Intranet*.
- h) Inserido no Projeto: Redes Sociais – tecnologia, mídia social e sua saúde.
- i) Criada a Blitz do Coração (Casa do Barão, Palas, Campos Salles)

- j) Acompanhamento da Equipe de Escolta do CISI.
- k) Acompanhamento de Afastados realizado pelo Psiquiatra.
- l) Pareceres emitidos pela Equipe Multidisciplinar de Saúde.
- m) Requerimentos de Auxílio-Saúde analisados e concedidos.
- n) Perícias médicas agendadas/acompanhadas.

## RESULTADOS

- a) Conquista da 7ª colocação estadual no ranking das melhores empresas para se trabalhar, em pesquisa realizada pelo Instituto *Great Place to Work*.
  - b) Índice de absenteísmo<sup>1</sup>: 3,58%, para os membros do MPSC; 5,48%, para os servidores efetivos; e 0,40% servidores comissionados.
  - c) Promoveu, em 2014, a orientação e reflexão de 10 (dez) Membros e Servidores acerca de sua aposentadoria, possibilitando a elaboração de projetos para o pós-carreira. Para tanto, foram realizados dez encontros de 3 horas, nos quais foram trabalhadas diversas temáticas, tais como: trabalho e identidade pessoal, aspectos socioculturais, psicológicos e jurídicos da aposentadoria, promoção de saúde e prevenção de doenças, educação financeira, relações familiares frente à aposentadoria, empreendedorismo, trabalho voluntário, lazer e *hobbies*, entre outros.
  - d) Visitados 1.022 postos de trabalhos visando ao levantamento ergonômico.
  - e) Visitados 1.022 postos de trabalho visando ao levantamento de riscos ambientais.
  - f) 12 participantes inscritos no grupo de caminhada, com 20 encontros semanais.
  - g) Editados 18 *e-mails marketing* intitulados “Minuto Saudável e 35 matérias na *Intranet*.”
  - h) 2.148 membros e servidores vacinados e imunizados.
- 49 locais de trabalho envolvidos no “Outubro Rosa” e 68 locais de trabalho envolvidos no “Novembro Azul”.
- 493 membros e servidores avaliados na *blitz* do coração.
- 2.281 requerimentos de auxílio-saúde.

---

<sup>1</sup> O absenteísmo nas empresas designa a tendência de os colaboradores internos a faltarem ao trabalho para se defenderem contra certas deficiências nas relações laborais.

# Objetivo ESTRATÉGICO



## Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação

**OBJETIVO** : Promover ações para assegurar os recursos necessários à viabilização das ações e a execução do processo de desenvolvimento institucional do Ministério Público e garantir sua aplicação eficiente e racional.

**RESPONSÁVEL** : Procurador-Geral de Justiça, Coordenadoria-Geral Administrativa, Coordenadoria de Planejamento e Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

### PROGRAMAS ESTRUTURADOS E AÇÕES REALIZADAS EM 2014

#### 1 Programa de Gestão Orçamentária e Financeira

##### OBJETIVO

Garantir o aporte de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e ao alcance dos objetivos estratégicos definidos pela Instituição.

##### AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Implantado Sistema Integrado de Boletos desenvolvido em conjunto com o Banco do Brasil, visando a garantir a arrecadação de valores provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta.
- Proposta de alteração do ato que regulamenta o uso do Cartão Corporativo no MPSC.
- Quitação de todos os passivos de pessoal, incluindo indenização de férias e licença-prêmio.

##### RESULTADOS

- Sustentação do comprometimento com despesa de pessoal, em apenas 1,64% da RCL, expressivamente inferior aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Execução regular de 85,37% dos créditos orçamentários, correspondente à média das quatro Unidades Orçamentárias do MPSC.

# IV - DADOS ESTATÍSTICOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA

## 1 Evolução do Quadro de Pessoal



Dados SRH

### Dados sobre Inativos e Movimentação de Pessoal

IPREV	2010	2011	2012	2013	2014
MEMBROS	122	126	126	124	124
SERVIDORES	34	35	37	41	50
PENSÃO	86	86	91	86	88
<b>TOTAL</b>	<b>242</b>	<b>247</b>	<b>254</b>	<b>251</b>	<b>262</b>

Saídas	2010	2011	2012	2013	2014
Membros	6	7	1	3	7
Servidores	18	25	15	15	15
Comissionados	101	165	89	113	99
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>197</b>	<b>105</b>	<b>131</b>	<b>121</b>

Dados SRH

## 2 Evolução da Despesa com Pessoal (LRF)

Evolução do Quadro de Pessoal



Fonte: COFIN

## 3 Evolução do Orçamento do MPSC

QUADRO RESUMO: ORÇADO X EXECUTADO						
UNIDADE	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CREDITO ADICIONAL (B)	DOTAÇÃO (A+B)	EXECUTADO	% EXECUTADO
MPSC	2011	R\$ 327.444.279,00	R\$ 107.763.641,09	R\$ 435.207.920,09	401.101.357,18	92,16%
	2012	R\$ 367.195.248,00	R\$ 91.441.215,89	R\$ 458.636.463,89	406.501.503,72	88,63%
	2013	R\$ 410.359.458,00	R\$ 92.980.218,98	R\$ 503.339.676,98	492.832.207,15	97,91%
	2014	R\$ 482.039.491,00	R\$ 69.539.335,73	R\$ 551.578.826,73	519.517.002,38	94,19%
	2015	R\$ 553.240.003,00	R\$ 46.776.527,58	R\$ 600.016.530,58		
FERMP	2011	R\$ 21.857.815,00	R\$ 36.750.244,46	R\$ 58.608.059,46	47.502.384,47	81,05%
	2012	R\$ 57.865.341,00	R\$ 16.497.807,70	R\$ 74.363.148,70	51.218.082,16	68,88%
	2013	R\$ 51.799.040,00	R\$ 6.531.453,79	R\$ 58.330.493,79	39.628.706,80	67,94%
	2014	R\$ 32.895.856,00	R\$ 24.878.583,74	R\$ 57.774.439,74	9.160.097,55	15,85%
	2015	R\$ 33.689.665,00	R\$ 53.895.829,20	R\$ 87.585.494,20		
FRBL	2011	R\$ 2.322.228,00	R\$ 11.249.869,29	R\$ 13.572.097,29	758.117,46	5,59%
	2012	R\$ 3.749.305,00	R\$ 14.719.594,38	R\$ 18.468.899,38	1.981.743,33	10,73%
	2013	R\$ 3.206.879,00	R\$ 15.776.613,96	R\$ 18.983.492,96	8.566.897,71	45,13%
	2014	R\$ 5.061.711,00	R\$ 13.756.812,20	R\$ 18.818.523,20	7.968.519,60	42,34%
	2015	R\$ 5.464.623,00	R\$ 8.783.132,77	R\$ 14.247.755,77		

UNIDADE	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CREDITO ADICIONAL (B)	DOTAÇÃO (A+B)	EXECUTADO	% EXECUTADO
FCEAF	2011	R\$ 316.942,00	R\$ 320.463,85	R\$ 637.405,85	33.003,12	5,18%
	2012	R\$ 460.000,00	R\$ 350.133,29	R\$ 810.133,29	70.800,00	8,74%
	2013	R\$ 74.998,00	R\$ 373.605,71	R\$ 448.603,71	124.496,07	27,75%
	2014	R\$ 2.000.000,00	R\$ 693.309,52	R\$ 2.693.309,52	1.897.358,01	70,45%
	2015	R\$ 2.700.000,00	R\$ 1.155.318,60	R\$ 3.855.318,60		

Fonte: SIGEF

## 4 Valores dos investimentos por Unidade Orçamentária

INVESTIMENTOS	2011	2012	2013	2014	TOTAL
MPSC	R\$ 1.057.922,34	R\$ 4.157.771,88	R\$ 9.719.947,85	R\$ 11.434.013,64	R\$ 26.369.655,71
FERMP	R\$ 26.996.990,27	R\$ 39.948.996,56	R\$ 37.458.481,79	R\$ 6.704.872,99	R\$ 111.109.341,61
FRBL	R\$ -	R\$ 1.192.000,00	R\$ 6.035.031,82	R\$ 4.987.279,70	R\$ 12.214.311,52
FECEAF	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28.054.912,61</b>	<b>R\$ 45.298.768,44</b>	<b>R\$ 53.213.461,46</b>	<b>R\$ 23.126.166,33</b>	<b>R\$ 149.693.308,84</b>

Obs: R\$ 25.000.000,00 da parcela do investimento nova sede, encontra-se provisionado (Investimento FERMP 2014)

Fonte: SIGEF

## 5 Crescimento imobiliário do MPSC

IMÓVEIS PRÓPRIOS					
Data	Unidade	Contrato	Área Terreno	Área Construída	Ocupação
xx/xx/1994	Casa do Barão	xx	2.284,39	12.113,92	Procuradorias de Justiça
19/09/02	Palas	xx	402,09	2.178,48	Centros de Apoio Operacional
25/08/11	Campos Salles	04/2011/FERMP	1.629,30	12.166,92	Promotorias de Justiça e Órgãos Administrativos
02/09/11	Lages	05/2011/FERMP	2.156,85	326,94	GAECO
05/07/13	Joinville	04/2013/FERMP	2.429,00	1.709,64	GAECO
24/10/13	Chapecó	05/2013/FERMP	941,41	0,00	Aguardando
12/12/13	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	2.365,00	0,00	Em construção
16/04/14	Jaraguá do Sul	05/2012/FERMP	4.471,97	1.627,39	Promotorias de Justiça
12/08/14	Palhoça	Lei 16.451	11.879,00	0,00	Aguardando escritura
31/07/17	Nova Sede (Bocaiuva)	06/2013/FERMP	0,00	20.974,67	Aguardando

Fonte: COENG

LOCAÇÕES					
	Locação	Contrato	Área	Início	Final
1	São José (galpão *)	04/2013/MP	1.500,00	05/12/02	vigente
2	Gaeco Capital	07/2013/MP	897,36	04/07/03	vigente
3	Biguaçu	17/2009/MP	174,38	13/12/07	vigente
4	Gaspar	07/2009/MP	140,00	19/08/09	vigente
5	Gaeco Chapecó	04/2010/MP	505,00	01/03/10	vigente
6	São José (Terra Firme *)	13/2010/MP	121,62	18/06/10	vigente
7	Canoinhas	15/2010/MP	83,81	09/07/10	vigente
8	Gaeco Criciúma	18/2010/MP	337,50	27/10/10	vigente
9	Jaraguá do Sul	11/2011/MP	131,06	16/03/11	vigente
10	Caçador	14/2011/MP	398,00	29/04/11	vigente
11	Santo Amaro da Imperatriz	15/2011/MP	78,83	29/04/11	vigente
12	São João Batista	31/2011/MP	95,00	28/08/11	vigente
13	Bom Retiro	30/2011/MP	91,00	08/11/11	vigente
14	Gaeco Itajaí	32/2011/MP	228,30	29/11/11	vigente
15	Videira	02/2012/MP	327,27	09/03/12	vigente
16	Santa Rosa do Sul	08/2012/MP	56,80	04/04/12	vigente
17	Braço do Norte (**)	28/2012/MP	350,27	13/08/12	vigente
18	Navegantes (**)	39/2011/MP	205,47	24/10/12	vigente
19	Chapecó	06/2013/MP	100,00	25/02/13	vigente
20	Rio do Sul	005/2013/MP	275,53	01/03/13	vigente
21	Curitibanos	11/2013/MP	185,43	13/03/13	vigente
22	Florianópolis (Corporate)	18/2013/MP	112,56	17/05/13	vigente
23	Florianópolis (Vintage)	24/2013/MP	1.262,25	18/07/13	vigente
24	Camboriú	32/2013/MP	163,03	25/09/13	vigente
25	São José (Terra Firme **)	24/2014/MP	261,57	14/07/14	vigente
26	Canoinhas	27/2014/MP	108,85	16/07/14	vigente
27	Tubarão	29/2014/MP	212,09	01/08/14	vigente
28	São José (galpão **)	35/2014/MP	2.150,00	13/10/14	vigente
29	São José Do Cedro	36/2014/MP	96,17	10/11/14	vigente

**TOTAL DE ÁREA****10.649,15****08/04/15**

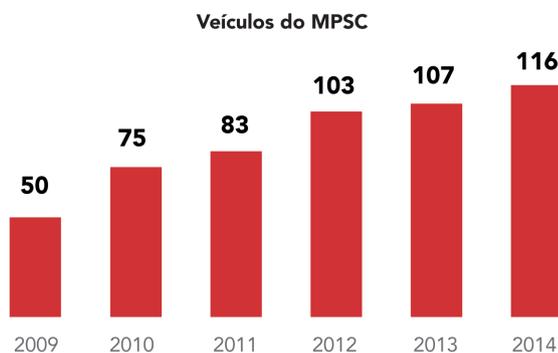
Fonte: COENG

## 6 Investimentos em Equipamentos de Informática e Mobilidade

Descrição dos Investimentos em TI	MARCA	QUANTIDADE	VALOR
AQUISIÇÃO DO SOFTWARE DO PATRIMÔNIO		1	R\$ 83.466,08
ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA PERPÉTUA DE SERVIDOR - SOFTWARE DE BUSINESS INTELLIGENCE (BI)		4	R\$ 44.500,00
HARDWARE PARA SERVIDORES DE BANCOS DE DADOS		1	R\$ 1.899.798,00
LICENÇA DE SOFTWARE GERENCIAMENTO DE FONTES		2119	R\$ 5.312.737,24
SOFTWARE (LICENÇA DE USO) MICROSOFT SYSTEM CENTER		183	R\$ 477.952,98
BANDEJA FIXA 19 POL. COM FIXAÇÃO FRONTAL		5	R\$ 327,95
COLETOR DE DADOS	COMPEX	1	R\$ 2.894,00
DETECTOR DE DISPOSITO CLANDESTINO DE ESPIONAGEM	REI	1	R\$ 80.500,00
FONE DE OUVIDO COM PTT E MICROFONE	MOTOROLA	5	R\$ 1.500,00
HD EXTERNO 1TB	SAMSUNG	500	R\$ 105.895,00
HEADSET COM MICROFONE - USB	ZOX	10	R\$ 897,00
IMPRESSORA TÉRMICA DE ETIQUETA PARA PROCESSO	BEMATECH	50	R\$ 53.000,00
LEITOR CÓDIGO DE BARRAS PISTOLA A LASER USB	COMPEX	3	R\$ 855,00
MESA DIGITALIZADORA COM CANETA	WACOM	3	R\$ 1.305,00
MICROCOMPUTADOR COMPACTO	HP	1292	R\$ 4.819.698,00
MONITOR LCD/LD DE 23"	HP	1000	R\$ 785.000,00
NO BREAK - SUA - 1500/750 RMI	APC	20	R\$ 63.168,00
NO BREAK 15 KVA	SCHNEIDER	1	R\$ 46.850,00
NO BREAK 30,0 KVA	SCHNEIDER	1	R\$ 72.560,00
NO BREAK 40 KVA	SCHNEIDER	1	R\$ 74.940,00
RACK DE PISO, GABINETE FECHADO DE 19	ATTIC	23	R\$ 51.585,21
TECLADO USB NUMÉRICO 1110	GENIUS	3	R\$ 178,86
		<b>5227</b>	<b>R\$ 13.979.608,32</b>

Fonte: COTEC/GEPAT

## 7 Evolução da Frota Oficial



Fonte: GETRAN/GEPAT

## 8 Evolução do Patrimônio Móvel

### Patrimônio Móvel do MPSC

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros e Softwares	13555	19157	22659	29962	38926	47072
Mobília em geral	16307	17685	16790	19202	20683	21084
Máquinas e equipamentos de informática	15073	18058	19645	20807	23679	23721
Utensílios em Geral	2511	2622	2757	2728	3755	2959
Veículos	50	75	83	103	107	116

Fonte: GEPAT



# V - DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU

## 1 Atribuição Originária do Procurador-Geral de Justiça

A atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça é exercida por delegação em algumas situações específicas, a exemplo do que ocorre com os crimes praticados por Prefeitos Municipais.

Iniciando pela área criminal, observa-se que, no ano de 2014, foram recebidos e instaurados 143 procedimentos, entre inquéritos policiais, termos circunstanciados, notícias criminais e procedimentos de investigação criminal, aos quais se somam 88 remanescentes do período anterior, totalizando 231 procedimentos. Deste montante, 133 foram arquivados, 47 baixaram para diligências, 69 foram remetidos a outros órgãos, dois foram baixados dos registros por outros motivos e 21 deram origem a denúncias, remanescendo um saldo de 59 procedimentos.

Quanto aos processos criminais de atribuição originária, havia um saldo de três, aos quais se somaram outros 1.119 recebidos ao longo do ano. Destes, resultaram: três propostas de transação penal, 17 respostas ao réu (art. 5º da Lei n. 8.033/90), uma baixa para diligências, oito alegações finais, três propostas de transação penal, quatro propostas de suspensão condicional do processo, 870 contrarrazões de recursos (art. 93, XI, da LC n. 197/2000), 20 manifestações perante o Tribunal de Justiça e 141 outras situações de baixa estatística, passando para o exercício seguinte um saldo de 58 processos.

No ano de 2014, foram deflagrados três procedimentos de quebra de sigilo bancário e quatro de interceptação telefônica, todos já findados, envolvendo, globalmente, 23 investigados.

Entre as demais atividades, foram computadas, em 2014, três audiências judiciais, 25 sessões de julgamento no Tribunal de Justiça, três requerimentos de prisão preventiva, 72 atendimentos ao público, além da expedição de 536 documentos, entre ofícios e outras correspondências.

Finalmente, em relação ao art. 28 do Código de Processo Penal, foram recebidos 267 inquéritos policiais, aos quais se somaram 50 remanescentes do período anterior, totalizando 317 procedimentos. Destes, seis não foram conhecidos, 129 foram conhecidos e mantido o arquivamento, 179 foram conhecidos, com designação de outro Membro para atuar no feito, e três passaram para o período seguinte.

Na área cível, foram recebidos do ano anterior 34 procedimentos, entre inquéritos civis, procedimentos preparatórios ou peças informativas, sendo instaurados, em 2014, 24 novos procedimentos. Deste total, sete foram arquivados sem

ajustamento de conduta, 10 representações foram indeferidas, uma foi anexada à petição inicial e tem-se um Termo de Ajustamento em fase de execução, sob acompanhamento. Foi ajuizada uma Ação Civil Pública e passaram 22 procedimentos para o ano seguinte.

Também foram recebidos 74 processos judiciais, os quais, somados a um, remanescente do ano de 2013, totalizaram 75 processos. Houve manifestação em três ações civis públicas, em 43 precatórios, em dois processos de interesse relevante para a Fazenda Pública, em sete mandados de segurança e em uma ação popular. Também foram apresentadas duas razões e cinco contrarrazões de recurso, e emitidas duas manifestações em feitos de tramitação originária no Tribunal de Justiça, além de nove outras manifestações. Apenas um processo passou para o período seguinte.

Na área do controle da constitucionalidade, foram propostas 26 ações diretas, sendo 24 em face de atos legislativos municipais, dois contra leis estaduais e apresentados 114 pareceres em processos envolvendo o controle concentrado de constitucionalidade ajuizados por terceiros legitimados.

Quanto aos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público, foram recebidos 69 novos procedimentos, os quais, somados aos sete vindos do período anterior, totalizaram 76. Destes, 67 foram apreciados e decididos, e nove passaram para o período seguinte.

Registrou-se a participação em 22 sessões plenárias do Tribunal de Justiça, em 10 audiências judiciais, em 47 reuniões e em palestras sobre assuntos institucionais, além da atuação em cinco procedimentos administrativos disciplinares instaurados contra autoridade judiciária (art. 92, XIII, da LC 197/2000 e Res. 135/11/CNJ).

Durante o ano, foram também recebidas nove consultas, sobre matérias jurídicas diversas, totalizando 10, se somada a que remanesceu do ano anterior. Destas, oito foram respondidas e duas continuam em tramitação.

Para efeito de impulsionamento de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, foram realizados 15 atos instrutórios, inquiridas 11 pessoas, expedidas 2.249 requisições e ofícios e registrados 75 atendimentos ao público.

## **2 Procuradorias de Justiça**

As Procuradorias de Justiça, órgãos de administração e de execução do Ministério Público, estão organizadas, desde 26 de outubro de 1999, de acordo com as disposições do Ato PGJ n. 80, alterado pelos Atos n. 111/00/PGJ, de 27 de setembro de 2000, n. 454/2008/PGJ, de 10 de dezembro de 2008, e n. 20/2010/PGJ, de 19 de janeiro de 2010.

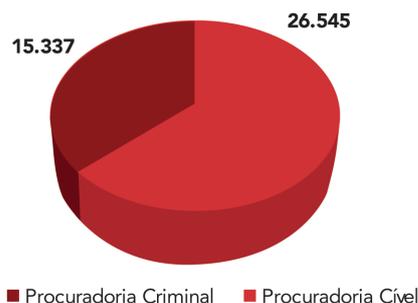
Nos termos dessa regulamentação, as Procuradorias de Justiça estão divididas em duas, sendo uma com atuação na área criminal e outra na área cível. Esta última, segundo as matérias de maior relevância institucional e o volume de feitos recebidos para manifestação, está subdividida em quatro áreas especializadas com implicação direta na distribuição dos

processos aos Procuradores de Justiça: a) Direito Administrativo; b) Direito Tributário ou Fiscal; c) Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões; e d) Direitos Difusos.

Na área criminal, temos a seguinte divisão: a) Crimes de Competência do Tribunal do Júri; b) Crimes contra o Consumidor, Ordem Econômica, Relações de Consumo e Economia Popular; c) Crimes Ambientais; d) Crimes contra a Ordem Tributária; e) Atos Infracionais de Adolescentes e Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; e f) Crimes contra a Administração Pública.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, no ano de 2014, foram distribuídos, na Procuradoria Criminal, 15.337 processos, enquanto 16.977 foram distribuídos na Procuradoria Cível, além de outros 9.568 processos recebidos e despachados pelo Coordenador das Procuradorias Cíveis, totalizando, nesta última, 26.545 processos.

**Gráfico 1 – Processos Distribuídos**

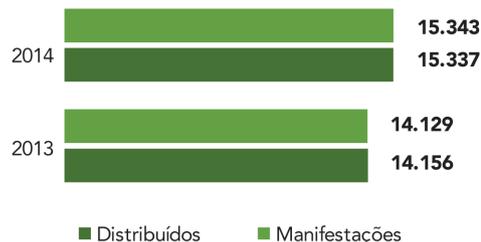


## **2.2 Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal**

A Procuradoria Criminal recebeu, no ano de 2014, 15.337 processos e emitiu 15.343 manifestações. Para 2015, remanesceram 226 processos.

Segue o gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Criminal, em comparação com o ano anterior:

**Gráfico 2 – Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal**



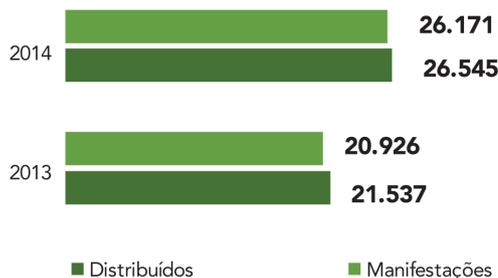
Como é possível observar, houve acréscimo de 8,34%, nos processos distribuídos às Procuradorias Criminais, em 2014, em comparação com o ano de 2013.

### **2.3 Atividades da Procuradoria de Justiça Cível**

A Procuradoria de Justiça Cível recebeu, no ano de 2014, o total de 26.545 processos e emitiu 17.043 manifestações. Registra-se que o Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível emitiu 9.128 despachos. Para o ano de 2015, restaram 1.448 feitos.

Segue o gráfico representativo das atividades da Procuradoria de Justiça Cível, em 2014, e o comparativo com o ano de 2013:

**Gráfico 3 – Atividades da Procuradoria de Justiça Cível**



Como é possível observar, houve acréscimo de 23,25%, nos processos distribuídos às Procuradorias Cíveis, em 2014, em comparação com o ano de 2013.

### 3 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, um dos órgãos de execução da Instituição, conforme previsto na Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, interpôs 601 recursos no ano de 2014, o que representa um decréscimo de 11,61% em relação ao ano de 2013, período em que foram interpostos 680 recursos, conforme demonstra a tabela abaixo.

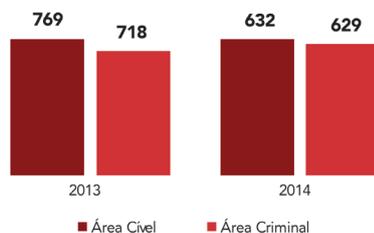
**Tabela 3 - Coordenadoria de Recursos**

Recursos	2013	2014
Agravos (Art. 120, CPC)	6	-
Agravos (Art. 544, CPC)	72	51
Agravos (Art. 557, CPC)	26	22
Agravos (§ 3º, art. 4º, Lei n. 8.437/92)	-	2
Agravos (§ 1º, art. 10, Lei n. 12.016/09)	-	1
Agravos Regimentais	26	27
Embargos de Declaração	162	131
Embargos Infringentes	9	8
Mandados de Segurança	1	3
Medidas Cautelares	6	11
Pedidos de Reconsideração	5	9
Reclamações	2	6
Recursos Especiais	318	264
Recursos Extraordinários	45	65
Recursos Ordinários	2	-
Suspensões Liminares	-	1
<b>Total</b>	<b>680</b>	<b>601</b>

Fonte: *Coordenadoria de Recursos Criminais e Cíveis*

Na sequência, o gráfico comparativo anual do total de recursos interpostos pela Coordenadoria de Recursos:

**Gráfico 4 – Total de Recursos Interpostos**



Nota-se, ainda, de acordo com os dados fornecidos pelo Órgão, que ocorreu uma diminuição no volume de acórdãos recebidos para análise em relação ao ano anterior. Na área criminal, o percentual foi de 2,47%, envolvendo 15.624 acórdãos, em 2014, contra 16.020, em 2013. Na área cível, houve um acréscimo de 7,14%, uma vez que o volume de acórdãos recebidos em 2014 foi de 33.651, enquanto, em 2013, esse total não ultrapassou a casa dos 31.407 acórdãos.

Por outro lado, houve em 2014, em relação a 2013, um decréscimo da ordem de 15,20% no total de processos solicitados pela Coordenadoria de recursos para fins de análise<sup>1</sup>. Globalmente, foram solicitados 1.261 processos em 2014, sendo 629 afetos à área criminal e 632 à área cível. Já, em 2013, foram analisados, com vistas a possível interposição de recursos, 1.487 processos, sendo 718 da área criminal e 769 da área cível.

Outro aspecto a ser destacado é o incremento de 5,16% nas contrarrazões apresentadas em 2014, alcançando o número de 2.465. Destas, 2.163 referem-se à área criminal e 302 à área cível, enquanto, em 2013, apenas 2.344 foram elaboradas 2.056 envolvendo matéria criminal e 288, matéria cível.

A tabela a seguir resume as atividades desenvolvidas, pela Coordenadoria de Recursos, no ano de 2014, e sua comparação com aquelas registradas no ano de 2013.

**Tabela 4 - Coordenadoria de Recursos Criminais**

Espécie	2013	2014
Acórdãos recebidos para análise	16.020	15.624
Processos requisitados para estudo	718	629

<sup>1</sup> Isso ocorre em razão da sistemática de intimação do Segundo Grau. A COPIJ remete uma lista para verificação (intimação) e, havendo interesse, as Coordenadorias de Recurso e os Procuradores de Justiça solicitam o processo para avaliação.

Recursos interpostos	317	202
Agravos (§ 1º, Art. 557, CPC)	1	-
Agravos (Art. 544, CPC)	50	22
Agravos (§ 1º, Art. 10, Lei n. 12.016/09)	-	1
Agravos Regimentais	16	10
Embargos de Declaração	20	14
Recursos Especiais	217	147
Recursos Extraordinários	11	8
Recursos Ordinários	2	-
Contrarrazões de recursos <sup>1</sup>	2.056	2.163
Processos sem manifestação de mérito	-	-
Petições diversas	170	155

**Fonte:** Coordenadoria de Recursos Criminais

**Observação:**

<sup>1</sup>As manifestações emitidas sobre a admissibilidade de recursos estão somadas às contrarrazões.

**Tabela 5 - Coordenadoria de Recursos Cíveis**

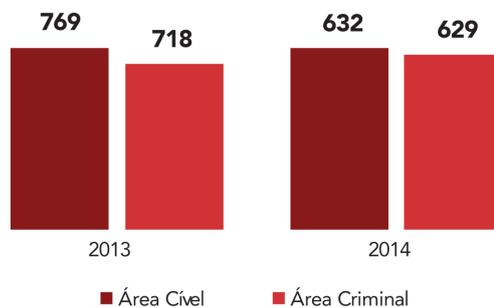
Espécie	2013	2014
Acórdãos recebidos para análise	31.407	33.651
Processos requisitados para estudo	769	632
Recursos interpostos	363	399
Agravos (Art. 120, CPC)	6	-
Agravos (Art. 544, CPC)	22	29
Agravos (Art. 557, CPC)	25	22
Agravos (§ 3º, art. 4º, Lei n. 8.437/92)	-	2
Agravos Regimentais	10	17
Embargos de Declaração	142	117
Embargos Infringentes	9	8
Mandado de Segurança	1	3

Medidas Cautelares	6	11
Pedidos de Reconsideração	5	9
Reclamações	2	6
Recursos Especiais	101	117
Recursos Extraordinários	34	57
Recursos Ordinários	-	-
Suspensões de Liminares	-	1
Contrarrazões de recursos	288	302
Contestações de recursos	-	1
Manifestações sobre admissibilidade de recursos	47	36
Outras manifestações em processos	7	6
Processos sem manifestação de mérito	986	1.127
Petições diversas	126	211

Fonte: *Coordenadoria de Recursos Cíveis*

Segue o gráfico representativo dos processos analisados pela Coordenadoria de Recursos em comparação com o período anterior:

**Gráfico 5 – Processos Analisados**



Muito embora as atividades relacionadas à aplicação do art. 600 do Código de Processo Penal não estejam inseridas entre as atribuições das Coordenadorias de Recursos, importa destacar que, no ano de 2014, foram apresentadas 870 contrarrazões, tarefa atualmente exercida pela Assessoria do Procurador-Geral de Justiça.

## 4 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público realizou 27 sessões, no ano de 2014, das quais 23 ordinárias e 4 extraordinárias.

Além da apreciação da movimentação na carreira, foram distribuídos às Turmas Revisoras 7.650 notícias de fato, procedimentos preparatórios e inquéritos civis originários do Primeiro Grau, dos quais 7.224 foram analisados e decididos em 22 sessões da 1ª Turma Revisora, 22 sessões da 2ª Turma Revisora e 23 sessões da 3ª Turma Revisora. Além disso, 139 procedimentos foram devolvidos à origem para realização de diligência complementar.

A planilha abaixo demonstra a movimentação de procedimentos extrajudiciais, no Conselho Superior, no ano de 2014.

**Tabela 6 – Movimentação de Processos no CSMP (Situação em 31/12/2014)**

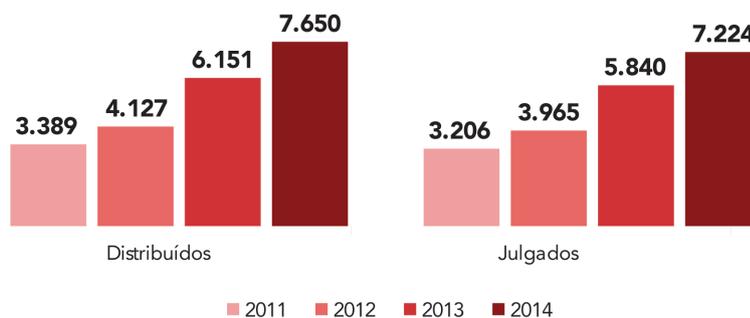
Conselheiros	Remanesc. 2013	Distribuídos 2014	Baixados em Diligência 2014	Julgados
José Galvani Alberton (CGMP)	-	234	-	233
Odil José Cota	14	761	8	726
Pedro Sérgio Steil	13	666	-	645
Humberto Francisco Scharf Vieira	13	326	3	323
Gilberto Callado de Oliveira (CGMP)	-	30	-	18
Narcísio Geraldino Rodrigues	15	577	16	540
Jacson Corrêa	31	391	27	364
Gladys Afonso (CGMP)	7	78	-	78
Gladys Afonso	-	241	6	218
Vera Lúcia Ferreira Copetti	15	581	15	540
Gercino Gerson Gomes Neto	-	660	21	621
Heloísa Crescenti Abdalla Freire	16	393	-	393
Fábio de Souza Trajano	22	718	12	677
Durval da Silva Amorim	-	265	6	217
Américo Bigaton	18	619	18	577
Eliana Volcato Nunes	-	72	1	71
Sandro José Neis	16	762	2	740

Rui Arno Richter	-	276	4	243
<b>Total de Processos</b>	<b>180</b>	<b>7.650</b>	<b>139</b>	<b>7.224</b>

Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados

Anota-se que, no ano de 2013, o Conselho Superior do Ministério Público realizou 28 sessões, foram distribuídos 6.151 procedimentos e julgados 5.840. O gráfico a seguir representa a evolução ocorrida entre os anos de 2011 e 2014:

**Gráfico 6 – Distribuição e Julgamento**



Desse gráfico colhe-se que, no ano de 2014, ocorreu um incremento de 24,37% na distribuição de procedimentos às Turmas Revisoras, em comparação com o ano de 2013.

## 5 Ouvidoria do Ministério Público

De acordo com os relatórios apresentados pela Ouvidoria do Ministério Público, referentes às atividades desempenhadas por aquele Órgão, foram recebidas, em 2014, 6.700 manifestações relativas aos serviços prestados pelo Ministério Público, volume 16,91% superior ao do ano anterior, que foi de 5.731 comunicações.

Dentre essas manifestações destacam-se: 5.452 denúncias (81,37%), 831 pedidos de informação (12,40%), 216 críticas ou reclamações (3,22%), 117 sugestões e comentários (1,75%), 74 outras manifestações (1,10%) e 10 elogios (0,15%).

Por fim, observa-se que o meio de contato mais acionado continua sendo o formulário eletrônico, disponível no portal do Ministério Público, com 5.427 utilizações, importando em um aumento de 21,79% em relação a 2013, quando se registraram 4.456, seguido do uso de correspondências eletrônicas (980), contatos pessoais (204), telefônicos (65) e da utilização da via postal comum (24).

Na tabela 7, a seguir, apresentam-se os dados referentes ao volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2014, classificadas por tipo.

**Tabela 7 - Manifestações Recebidas**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
1. TIPO DE MANIFESTAÇÃO	5.731	6.700
1.1 Outros	43	74
1.2 Elogio	13	10
1.3 Sugestão e comentários	74	117
1.4 Crítica ou Reclamação	271	216
1.5 Pedido de Informação	615	831
1.6 Denúncia	4.715	5.452
2. ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	5.731	6.700
2.1 Parlamentares	4	6
2.2 Administradores Públicos	13	15
2.3 Integrantes do Ministério Público	7	5
2.4 Integrantes do Judiciário	-	2
2.5 Profissionais liberais	66	104
2.6 Estudantes	55	51
2.7 Entidades civis ou sindicais	21	15
2.8 Servidores públicos	522	619
2.9 Imprensa	9	4
2.10 Empresários	57	67
2.11 Aposentados	18	27
2.12 Estrangeiros	-	-
2.13 Qualificação não informada	2.285	3.038
2.14 Fontes anônimas	2.570	2.634
2.15 Outras	104	113
3. SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	5.731	6.700
3.1 Procuradoria-Geral	6	9
3.2 Colégio de Procuradores e CSMP	-	2
3.3 Corregedoria-Geral	3	-

3.4 Secretaria-Geral do MPSC	-	-
3.5 Procuradorias de Justiça	2	1
3.6 Ouvidoria	485	697
3.7 Promotorias de Justiça	151	131
3.8 Comissão de concurso	-	-
3.9 Comissão de concurso para servidores do MPSC	-	56
3.10 Centros de Apoio	9	8
3.11 Outros órgãos do MPSC	64	53
3.12 Órgãos Federais	134	145
3.13 Órgãos Estaduais	842	873
3.14 Órgãos Municipais	2.296	2.658
3.15 Pessoas jurídicas privadas	968	1.106
3.16 Pessoas físicas	713	873
3.17 Outros	58	88
4. ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	5.731	6.700
4.1 Solucionada pela Ouvidoria	1.308	1.632
4.2 Remetida a Órgãos Externos	13	3
4.3 Arquivada pela Ouvidoria	1.048	1.524
4.4 Remetida ao Procurador-Geral	6	10
4.5 Remetida ao Corregedor-Geral	39	9
4.6 Remetida a outros Órgãos do MPSC	3.317	3.522
4.7 Remetida ao CNMP	-	-
4.8 Devolvida para encaminhamento a org. externos	-	-
4.9 Outro	-	-
4.10 Em análise	-	-
5. MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	5.731	6.700
5.1 Contato pessoal	121	204
5.2 Contato telefônico	50	65
5.3 E-mail	1.085	980
5.4 Formulário eletrônico	4.456	5.427
5.5 Via postal	19	24
5.6 Outros	-	-

# VI - DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PRIMEIRO GRAU

Na segunda parte deste relatório, são apresentados os dados estatísticos correspondentes às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça nas suas diversas áreas de atuação: criminal, cível, infância e juventude e direitos difusos e coletivos.

Para uma melhor compreensão dos resultados alcançados ao longo de 2014, apresenta-se, inicialmente, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau, listando as Promotorias de Justiça, por entrância e Comarca, com a indicação de seus respectivos titulares e atribuições.

## 1 Promotorias de Justiça

De acordo com os dados prestados pelos órgãos de apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, a estrutura do Ministério Público de Primeiro Grau contava, ao final de 2014, com 381 Promotores de Justiça.

No ano de 2014, não foram instaladas novas Promotorias de Justiça.

Na tabela abaixo, observa-se o número das Promotorias de Justiça ao final de 2014:

**Tabela 8 – Promotorias de Justiça, Cargos Ocupados e Vagos**

Itens	Quantidade	
Total Promotorias de Justiça (mesmo as não instaladas)	359	
Total de Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital)	8	
Total de Cargos de Promotor Substituto	54	
Cargos nas Circunscrições MP	52	
Cargos no Núcleo Especial PGJ - a ser extinto	1	
1º CMP Capital (antiga - a ser extinto)	1	
	Especial	185
Quantidade de Promotorias por Entrância	Final	107
	Inicial	53

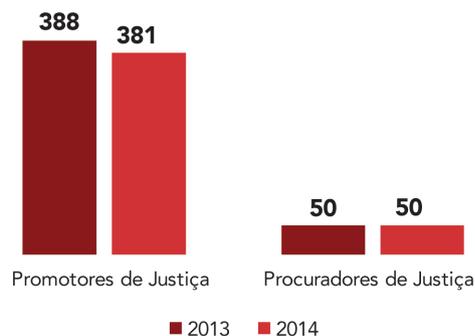
Total de Promotorias de Justiça		345
Promotorias instaladas no período		-
Cargos preenchidos do primeiro grau		
	Especial	179
Promotorias de Justiça preenchidas - Por Entrância	Final	105
	Inicial	53
Cargos de Promotor de Justiça Especial (Capital) preenchidos		8
Cargos de Promotor Substituto preenchidos		36
TOTAL de cargos preenchidos do primeiro grau		381
Cargos vagos do primeiro grau		
	Especial	6
N. de cargos vagos de promotor por Entrância	Final	2
	Inicial	-
Cargos vagos de Promotor de Justiça Especial (Capital)		-
Cargos vagos de Promotor Substituto		18
Total de cargos vagos de primeiro grau		26
Promotorias/Cargos não instalados		
	Especial	7
Por Entrância	Final	3
	Inicial	4
Promotor Substituto		1
Total de Promotorias/Cargos não instalados		15

Fonte: *Secretaria dos Órgãos Colegiados*

No que diz respeito às atribuições das Promotorias de Justiça, determina a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, em seu art. 23, § 2º, e a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, em seu art. 20, XII, que essas serão definidas pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, segundo proposta encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de membros do Ministério, no último dia do ano, em cada instância.

**Gráfico 7 – Membros do Ministério Público**



Na tabela que segue, é especificado o número de Promotorias de Justiça por área de atuação, com exclusão das Promotorias de Justiça únicas.

**Tabela 9 – Promotorias de Justiça por Comarca e Área de Atribuições em 2014**

COMARCAS	N. de Promotorias	Área Criminal	Área Cível	Área da Infância e Juventude	Área dos Direitos Difusos
<b>Entrância Especial</b>					
Capital	38	18	12	3	10
Balneário Camboriú	9	4	5	1	3
Blumenau	16	9	5	1	6
Brusque	5	3	3	1	4
Chapecó	13	9	3	1	4
Criciúma	13	7	4	1	3
Itajaí	13	7	5	1	3
Jaraguá do Sul	7	3	4	1	5
Joinville	19	12	4	1	4
Lages	14	10	4	1	3
Palhoça	8	4	2	1	3
Rio do Sul	6	4	2	1	3
São José	14	7	4	3	3

Tubarão	9	4	5	1	4
<b>Entrância Final</b>					
Araranguá	4	3	2	1	4
Balneário Piçarras	2	1	2	1	2
Barra Velha	2	1	1	1	2
Biguaçu	3	3	3	1	3
Braço do Norte	3	2	1	1	3
Caçador	4	2	3	1	3
Camboriú	3	2	2	1	3
Campos Novos	2	1	1	1	2
Canoinhas	3	2	2	1	2
Capinzal	2	1	1	1	2
Concórdia	4	2	2	1	4
Curitibanos	4	4	2	1	2
Fraiburgo	2	2	1	1	2
Gaspar	3	1	3	1	3
Guaramirim	2	1	1	1	2
Ibirama	2	2	2	1	2
Imbituba	2	1	1	1	2
Indaial	3	3	2	1	2
Itapema	2	1	1	1	2
Ituporanga	2	1	1	1	2
Içara	2	1	1	1	2
Joaçaba	3	1	2	1	2
Laguna	3	2	2	1	3
Mafra	2	2	1	1	2
Maravilha	2	1	1	1	2
Navegantes	3	2	2	1	3
Orleans	Única				
Porto União	2	2	2	1	2
Porto Belo	2	1	1	1	2
Rio Negrinho	2	1	1	1	2
Santo Amaro da Imperatriz	2	1	1	1	2
Sombrio	2	1	1	1	2

São Bento do Sul	3	2	2	1	3
São Francisco do Sul	2	2	1	1	2
São Joaquim	2	2	2	1	2
São João Batista	2	1	1	1	2
São Miguel do Oeste	4	4	3	1	2
Tijucas	2	1	1	1	2
Timbó	2	2	2	1	2
Trombudo Central	Única				
Urussanga	2	1	1	1	2
Videira	3	2	2	1	2
Xanxerê	3	1	2	1	2
Xaxim	2	1	1	1	2

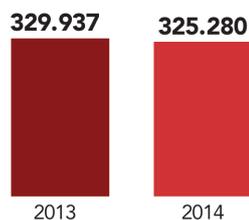
Fonte: Secretaria dos Órgãos Colegiados

## 2 Atividades das Promotorias de Justiça na Área Criminal

No ano de 2014, as Promotorias de Justiça receberam para análise 325.280 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros, representando um decréscimo de 1,41%, em relação ao total recebido, no ano de 2013, quando foi registrado o ingresso de 329.937 procedimentos.

O gráfico a seguir é um demonstrativo dos totais recebidos, relativamente às notícias criminais, aos inquéritos policiais, aos termos circunstanciados e aos procedimentos administrativos, comparando os anos de 2013 e 2014:

**Gráfico 8 – Total de Notícias Criminais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Procedimentos Administrativos Recebidos**



Nas Promotorias de Justiça criminais, foram ofertadas 46.686 denúncias, o que representa uma diminuição de 2,36%, em comparação ao ano de 2013 (47.812).

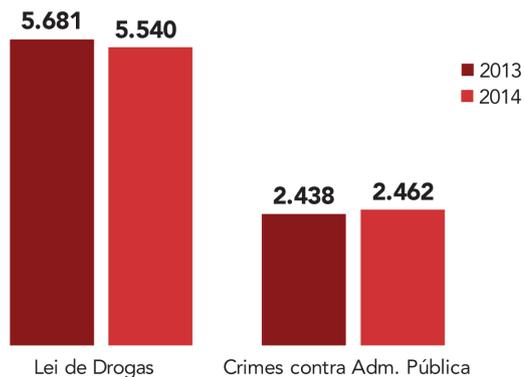
Das denúncias oferecidas, 3.488 referem-se a crimes contra a pessoa, apresentando, nesse particular, um decréscimo percentual de 16,75% em relação aos números obtidos no exercício anterior, quando se alcançou o número de 4.190 denúncias.

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados previstos na legislação de tutela da coletividade e no Código Penal Militar, tem-se que a maior incidência deu-se em relação aos crimes contra a ordem tributária, com 5.823 denúncias, seguido do meio ambiente, com 902. Já, em relação aos tipos penais previstos no Código Penal, a maior incidência, mais uma vez, foi no âmbito dos crimes contra o patrimônio, com 11.543 denúncias, seguindo-se os crimes contra a pessoa, com 3.488 denúncias oferecidas. Nos tipos penais previstos em leis especiais, a maior incidência ocorreu nos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, com 10.158 denúncias, seguindo-se os previstos na Lei Antidrogas, com 5.540 denúncias.

Nota-se, ainda, que, em relação aos crimes contra a ordem tributária denunciados, o total sonegado, em valores nominais, apresentou acréscimo de 25,65% em relação ao ano anterior (R\$ 394.493.000,00), contra R\$ 495.682.833,06, em 2014, registrando uma diferença de R\$ 101.189.833,06. Ressalte-se que, em 31/12/2014, o saldo de parcelamentos a serem recolhidos pelos contribuintes em razão das ações do Ministério Público no combate à sonegação fiscal no Estado catarinense é da ordem de R\$ 845.949.455,95.

Observa-se, também, discreto incremento no número de denúncias oferecidas por crimes contra a Administração Pública, no percentual de 0,98%; e, por outro lado, uma redução um pouco mais expressiva no número de denúncias por crimes previstos na Lei Antidrogas: 2,48%.

**Gráfico 9 – Lei de Drogas e Crimes Contra a Administração Pública**

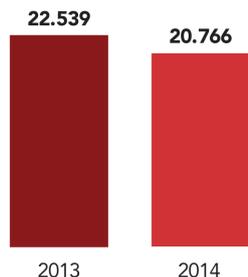


Dos 325.280 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos, pelo Ministério Público, para exame, em 2014, 155.718 são originários desse ano. Daqueles, 52.509 foram arquivados e 46.605 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

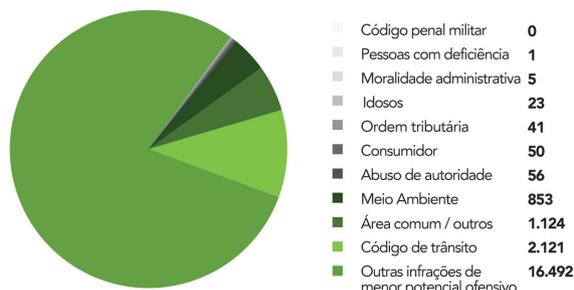
Ainda, em 2014, foram realizadas 20.766 transações penais, o que representa um decréscimo, na ordem de 7,87%, em relação ao ano de 2013, quando esses procedimentos chegaram à casa dos 22.539. A maior incidência de transações penais ocorreu em face de práticas delituosas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, com 2.121 registros, seguida daquelas ocorridas ante os delitos ambientais, com 853 transações. Tudo isso sem prejuízo do registro de 16.492 transações penais referentes a outras infrações penais de menor potencial ofensivo.

Os gráficos a seguir ilustram essas informações.

**Gráfico 10 – Transações Penais Realizadas**



**Gráfico 11 – Transações penais realizadas por área**



Dos 335.475 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios manuseados no ano de 2014, que significa a soma daqueles recebidos no ano (325.280) com aqueles que já se encontravam em andamento nas Promotorias de Justiça ao final de 2013 (15.260), destaca-se que 13,91% (46.666) resultaram em denúncia, 6,19% (20.766) foram objeto de transação penal, 25,22% (84.621) traduziram-se em simples intimações, 15,65% (52.509) foram arquivados, 13,89% (46.605) foram devolvidos à origem para novas diligências, 19,72% (66.167) foram remetidos a outros órgãos ou implicaram outras situações de baixa de estatística, 2,86% (9.604) foram extintos pelo cumprimento de transações formalizadas e 3,98% (13.343) passaram para o ano seguinte.

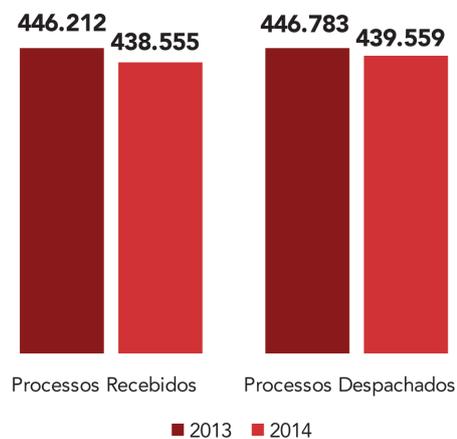
**Gráfico 12 - Distribuição dos inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios**



No campo processual, foram recebidos pelas Promotorias de Justiça, em 2014, 438.555 processos, verificando-se uma redução de 1,72% em relação ao número registrado em 2013, que foi de 446.212 feitos.

Todavia, o número de processos despachados, em 2014, ultrapassou o de recebidos no período em 1.004, ou seja, foram despachados 439.559 processos em 2014.

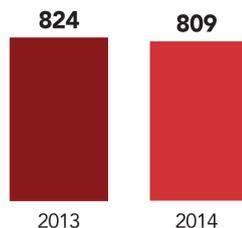
**Gráfico 13 – Total de Processos Recebidos e Despachados**



Remanesceu, para análise no exercício de 2015, o total de 3.637 processos, o que equivale a uma redução de 22,80% em relação ao volume remanescente de 2013 para o início de 2014, que foi de 4.711.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2014, de 809 sessões do Tribunal do Júri, o que representa uma diminuição de 1,82% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 824 julgamentos.

**Gráfico 14 – Total de Julgamentos Realizados pelo Tribunal do Júri**



Observou-se, também, uma redução na participação de audiências, que passou de 106.867, em 2013, para 105.599, em 2014, representando uma diminuição de 1,19%.

**Gráfico 15 – Total de Participações em Audiências**



Os relatórios das Promotorias de Justiça com atuação na área criminal apontam uma diminuição de 33,54% na quantidade de inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios que passaram, para o ano de 2015, com o prazo de vista vencido, que somaram 4.468, em comparação com os números de 2013 para 2014, quando, então, totalizaram 6.723.

Houve, também, uma considerável diminuição em relação às pendências de manifestação ministerial em processos-crime, remanescendo apenas 994 feitos com prazo de vista vencido ao final de 2014, enquanto que, ao final do ano de 2013, havia 1.819 processos nessa situação, o que corresponde a um decréscimo de 45,35%.

No quadro a seguir estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, na área criminal, no ano de 2014, em comparação com aqueles registrados no ano de 2013.

**Tabela 10 – Atividades da Área Criminal**

ITENS	2013	2014	VAR. %
1 INQUÉRITOS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS	346.045	335.475	-3,05
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	16.108*	15.260*	-5,26
1.2 Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	175.809*	169.562*	-3,55
1.3 Recebidos/instaurados no período (somente os novos)	154.128	155.718	1,03
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	992*	954*	-3,83
b) meio ambiente	3.856	3.520	-8,71
c) consumidor	655*	726	10,84
d) moralidade administrativa	314	300	-4,46
e) idosos	379	399	5,28
f) pessoas com deficiência	46	13	-71,74
g) violência doméstica e relação familiar	17.859	18.500	3,59
h) preconceito racial	16	13	-18,75
i) ordem tributária	3.325*	3.412*	2,62
j) Código Penal Militar	2.020	2.023	0,15
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	58.329	60.061	2,97
l) área comum/outros	66.337	65.797	-0,81
1.4 TRANSAÇÕES PENAIS	22.539	20.766	-7,87
a) meio ambiente	1.032	853	-17,34
b) consumidor	39	50	28,21
c) moralidade administrativa	13	5	-61,54
d) idosos	25	23	-8,00
e) pessoas com deficiência	2	1	-50,00
f) ordem tributária	27*	41*	51,85
g) Código Penal Militar	31	-	-100,00
h) Código de Trânsito Brasileiro	1.916	2.121	10,70
i) abuso de autoridade	111	56	-49,55
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	17.809	16.492	-7,40
k) área comum/outros	1.534	1.124	-26,73

1.5 Arquivados	54.006	52.509	-2,77
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	177*	152	-14,12
b) meio ambiente	653	649	-0,61
c) consumidor	145	230	58,62
d) moralidade administrativa	79	63	-20,25
e) idosos	154	154	-
f) pessoas com deficiência	24	18	-25,00
g) violência doméstica e relação familiar	6.476	6.837	5,57
h) preconceito racial	4	7	75,00
i) ordem tributária	602*	885*	47,01
j) Código Penal Militar	473	547	15,64
k) Código de Trânsito Brasileiro	3.844	2.667	-30,62
l) abuso de autoridade	337	411	21,96
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	17.541	17.049	-2,80
n) área comum/outros	23.497	22.840	-2,80
1.6 Baixados para diligência	48.035*	46.605*	-2,98
1.7 Extinção da punibil. pelo cumprim. da transação (formalizada)	11.144*	9.604	-13,82
1.8 Remetidos a outra promot. e outras sit. de baixa estatística	65.484*	66.167*	1,04
1.9 Intimações diversas	85.131*	84.621*	-0,60
1.10 Denúncias oferecidas	47.812	46.666*	-1,90
a) meio ambiente	1.048	1.002	-4,39
b) consumidor	267	251	-5,99
c) moralidade administrativa	90	77	-14,44
d) idosos	92	80	-13,04
e) pessoas com deficiência	14	18	28,57
f) violência doméstica e relação familiar (Lei n. 11.340/2006)	6.867	7.075	3,03
g) preconceito racial	12	19	58,33
h) ordem tributária	1.408*	1.485*	5,47
h.1) valor nominal sonogado (desprezar frações de milhares)	394.493*	495.682*	25,65
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	6	9	50,00

j) Código Penal Militar	165	215	30,30
k) Código de Trânsito Brasileiro	8.053	8.290	2,94
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	7.376*	6.556	-11,12
m) área comum/outros	22.414	21.589	-3,68
1.11 Passam para o período seguinte	15.339*	13.343*	-13,01
2 TIPOS PENAIIS DENUNCIADOS	56.656	47.788	-15,65
2.1 Área da Coletividade/Código Penal Militar	15.180	7.198	-52,58
a) meio ambiente	1.017	902	-11,31
b) consumidor	194	211	8,76
c) moralidade administrativa	72	37	-48,61
d) pessoas com deficiência	2	-	-100,00
e) preconceito racial	7	15	114,29
f) ordem tributária	13.780	5.823*	-57,74
f.1) art. 1º da Lei n. 8.137/80	6.823*	651*	-90,46
f.2) art. 2º da Lei n. 8.137/80	6.950*	5.161*	-25,74
f.3) outros contra a ordem tributária	7*	11	57,14
g) Código Penal Militar	108	210	94,44
2.2 Código Penal	20.883	20.445	-2,10
2.2.1. Contra a Pessoa	4.190	3.488	-16,75
a) Homicídio	1.083	1.013	-6,46
a.1) homicídio simples	197	184	-6,60
a.2) homicídio qualificado	833	794	-4,68
a.3) homicídio culposo	53	35	-33,96
b) Aborto	9	10	11,11
c) Lesão corporal	1.679	1.440	-14,23
c.1) lesão corporal dolosa	1.611	1.388	-13,84
c.2) lesão corporal culposa	58	48	-17,24
c.3) lesão corporal seguida de morte	10	4	-60,00
d) Sequestro e cárcere privado	28	16	-42,86
e) Outros tipos contra a pessoa	1.391	1.009	-27,46

2.2.2. Contra o patrimônio	11.414	11.543	1,13
a) furto	5.766	5.656	-1,91
b) roubo e extorsão	1.983	2.103	6,05
c) latrocínio	69	85	23,19
d) extorsão com restrição à liberdade ("sequestro relâmpago")	27	40	48,15
e) extorsão mediante sequestro	38	66	73,68
d) estelionato e outras fraudes	1.322	1.230	-6,96
e) outros tipos contra o patrimônio	2.209	2.363	6,97
2.2.3 Contra a dignidade sexual	784	669	-14,67
a) estupro	450	384	-14,67
a.1) conjunção carnal	254	219	-13,78
a.2) outro ato libidinoso	196	165	-15,82
b) violação sexual mediante fraude	5	6	20,00
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos)	218	163	-25,23
d) outros contra a dignidade sexual	111	116	4,50
2.2.4 Contra a Administração Pública	2.438	2.462	0,98
a) peculato	46	85	84,78
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	1	-	-100,00
c) concussão	9	12	33,33
d) corrupção passiva	26	22	-15,38
e) corrupção ativa	40	39	-2,50
f) prevaricação	13	17	30,77
g) desacato e resistência	1.396	1.388	-0,57
h) outros contra a Administração Pública	907	899	-0,88
2.2.5 Outros tipos do Código Penal	2.057	2.283	10,99
2.3 Tipos previstos em leis especiais	20.593	20.145	-2,18
2.3.1. Lei de Drogas	5.681	5.540	-2,48
a) posse	2.532	2.635	4,07
b) tráfico	2.612	2.509	-3,94
c) associação para o tráfico	463	346	-25,27

d) outros da Lei de Drogas	74	50	-32,43
2.3.2 Abuso de autoridade	69	69	-
2.3.3 Tortura	37	48	29,73
2.3.4 Crimes da Lei de Armas	2.179	2.204	1,15
2.3.5 Crimes do Código de Trânsito Brasileiro	9.913	10.158	2,47
a) homicídio culposo	467	344	-26,34
b) lesão corporal culposa	571	553	-3,15
c) embriaguez	6.646	7.111	7,00
d) racha	12	6	-50,00
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro	2.217	2.144	-3,29
2.3.6 Crimes Eleitorais	104	42	-59,62
2.3.7 Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	7	3	-57,14
2.3.8 Outros	2.603	2.081	-20,05
<b>3 CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>	<b>1.326</b>	<b>1.418</b>	<b>6,94</b>
3.1 Contra a vida	5	3	-40,00
3.2 Lesão corporal e maus-tratos	71	61	-14,08
3.3 Abandono e omissão de socorro	23	36	56,52
3.4 Contra a dignidade sexual	702	659	-6,13
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	673	620	-7,88
b) outros contra a dignidade sexual	29	39	34,48
3.5 Crimes previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	457	557	21,88
a) privação de liberdade - art. 230	-	1	100,00
b) constrangimento ilegal - art. 232	15	12	-20,00
c) produção artística pornográfica - art. 240	15	7	-53,33
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	30	22	-26,67
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	11	8	-27,27
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B	339	461	35,99
g) outros previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	47	46	-2,13
3.6 Abuso de autoridade	2	5	150,00
3.7 Tortura	7	11	57,14

3.8 Outros contra criança e adolescente	59	86	45,76
<b>4 CRIMES CONTRA IDOSOS</b>	<b>161</b>	<b>246</b>	<b>52,80</b>
4.1 Contra a vida	-	1	100,00
4.2 Lesão corporal e maus-tratos	23	34	47,83
4.3 Abandono e omissão de socorro	9	23	155,56
4.4 Contra a dignidade sexual	4	17	325,00
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	4	12	200,00
b) outros crimes contra a dignidade sexual	-	5	500,00
4.5 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03)	118	164	38,98
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	76	131	72,37
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	6	2	-66,67
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	-	-	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	2	3	50,00
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor idoso	-	-	-
f) outros previstos na Lei n. 10.741/03	34	28	-17,65
4.6 Abuso de autoridade	3	4	33,33
4.7 Tortura	4	3	-25,00
<b>5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RELAÇÃO FAMILIAR</b>	<b>7.972</b>	<b>8.498</b>	<b>6,60</b>
5.1 Contra a vida	61	42	-31,15
5.2 Lesão corporal	3.931	4.104	4,40
5.3 Ameaça	2.989	3.246	8,60
5.4 Contra a dignidade sexual	200	159	-20,50
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	186	126	-32,26
b) outros contra a dignidade sexual	14	33	135,71
5.5 Contra a honra	26	22	-15,38
5.6 Outros	765	925	20,92
<b>6 PROCESSOS</b>	<b>903.670</b>	<b>443.219</b>	<b>-50,95</b>
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	5.964*	4.664*	-21,80
6.2 Recebidos no período	446.212	438.555	-1,72
a) meio ambiente	6.276	5.747	-8,43

b) consumidor	1.031	1.074	4,17
c) moralidade administrativa	749	684	-8,68
d) idosos	230	274	19,13
e) pessoas com deficiência	8	37	362,50
f) violência doméstica e relações familiares	25.640	30.282	18,10
g) preconceito racial	6	4	-33,33
h) área tributária	6.942*	7.337*	5,69
i) Código Penal Militar	1.379	1.060	-23,13
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	36.138	31.624	-12,49
k) área comum/outros	367.813	360.432	-2,01
6.3 Manifestações	446.783	439.559	-1,62
a) alegações finais	20.829*	22.075*	5,98
b) medidas cautelares e/ou protetivas	5243	4.977	-5,07
b.1) representação de autorid. policial pela prisão preventiva	768*	663	-13,67
b.2) medidas protetivas de urgência	4.475	4.314	-3,60
c) propostas de suspensão condicional do processo	3.903*	3.269*	-16,24
d) execução penal	100.253	95.937	-4,31
e) razões de recursos	3.318*	3.448*	3,92
f) contrarrazões de recursos	6.955*	7.674*	10,34
g) pareceres perante a Turma de Recursos	1.285*	823*	-35,95
h) outras	119.893*	120.402*	0,42
i) intimações diversas	185.104*	180.954*	-2,24
6.4 Passam para o período seguinte	4.711*	3.637*	-22,80
7 INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS	65.792	58.166	-11,59
7.1 Absolutórias	4.293*	4.360*	1,56
7.2 Condenatórias	11.398*	11.781*	3,36
7.3 Pronúncia	652	564	-13,50
7.4 Impronúncia	109	113	3,67
7.5 Desclassificação para o juízo comum	132	235	78,03
7.6 Absolvção sumária	251*	295*	17,53
7.7 Extinção da punibilidade	22.598*	20.319*	-10,08

7.8 Outras	26.359*	20.499*	-22,23
8 TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO	1.814	1.779	-1,93
8.1 Sessões de julgamento	824	809	-1,82
8.2 Réus condenados	647	640	-1,08
8.3 Réus absolvidos	236	240	1,69
8.4 Decisões desclassificadoras	107	90	-15,89
9 PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, TELEFÔNICO E OUTROS	36.135	25.581	-29,21
9.1 Quebra de sigilo bancário	173	112*	-35,26
9.2 Interceptação telefônica			
9.2.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	440*	416*	-5,45
9.2.2 Procedimentos iniciados no período	1.168*	861*	-26,28
9.2.3 Procedimentos findos no período	1.135*	894*	-21,23
9.2.4. Procedimentos que permanecem em trâmite	435*	383*	-11,95
9.2.5 Telef. monitorados em proced. remanescentes do período anterior	2.069*	2.096*	1,30
9.2.6 Telef. monitorados em proced. iniciados no período	5.468*	3.785*	-30,78
9.2.7 Telef. monitorados em proced. findos no período	4.964	4.470*	-9,95
9.2.8 Telef. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	2.152*	1.411*	-34,43
9.3 Interceptação em sist. de informação (telemática ou informática)			
9.3.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	29	36	24,14
9.3.2 Procedimentos iniciados no período	75	49	-34,67
9.3.3 Procedimentos findos no período	60	55	-8,33
9.3.4 Procedimentos que permanecem em trâmite	36	30	-16,67
9.3.5 End. Elet. monitorados em pr. remanescentes do período anterior	39	40	2,56
9.3.6 End. Elet. monitorados em proced. iniciados no período	91	65	-28,57
9.3.7 End. Elet. monitorados em proced. findos no período	68	44	-35,29
9.3.8 End. Elet. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	40	61	52,50
9.4 Número de pessoas investigadas	17.693	10.773*	-39,11
9.4.1 Total de investigados	9.731*	10.374*	6,61
9.4.2 Total de pessoas sob investigação ao fim do período	750*	399*	-46,80
10 OUTRAS ATIVIDADES	144.109	143.470	-0,44
10.1 Audiências judiciais	106.867*	105.599*	-1,19

10.2 Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	60	102	70,00
10.3 Sessões da Turma de Recursos	150	141	-6,00
10.4 Requerimentos de prisão preventiva	786	764*	-2,80
10.5 Atos de controle externo da atividade policial	308	262	-14,94
10.6 Visitas a delegacias de polícia	290	230*	-20,69
10.7 Visitas a estabelecimentos penais	548	574*	4,74
10.8 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	17.458*	18.151*	3,97
10.9 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	17.642*	17.652*	0,06
11 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	15.171	10.770	-29,01
11.1 Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	6.723*	4.468*	-33,54
11.2 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	45	54	20,00
11.3 Processos	1.819	994	-45,35
11.4 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	6.584	5.254*	-20,20

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)

Observação:

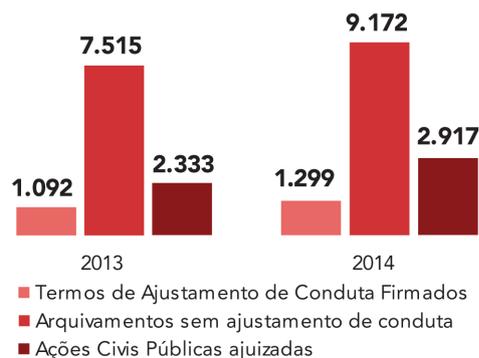
(\*) Acrescidos dados de 2014 referentes aos Relatórios da Área da Ordem Tributária

### 3 Atividades das Promotorias de Justiça na Área Cível

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, foram instaurados, em 2014, 19.618 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Comparando com o ano de 2013, quando o montante chegou a 19.122, constatou-se um aumento de 496 procedimentos, representando aumento de 2,59% em relação ao ano anterior.

Importante destacar, ainda, que a atuação do Ministério Público na área da defesa dos interesses difusos e coletivos sofreu um incremento em relação ao ano anterior, já que, em 2014, foram ajuizadas 2.917 ações civis públicas, foram arquivados sem ajustamento de conduta 9.172 procedimentos, e celebrados 1.299 termos de ajustamento de conduta, enquanto, no ano de 2013, foram ajuizadas apenas 2.333 ações civis públicas, arquivados 7.515 procedimentos sem ajustamento de conduta e celebrados 1.092 termos de ajustamento de conduta.

**Gráfico 16 – Total de Ações Cíveis Públicas Ajuizadas, Termos de Ajustamento de Conduta Firmados e Arquivamentos Sem Ajustamento de Conduta**

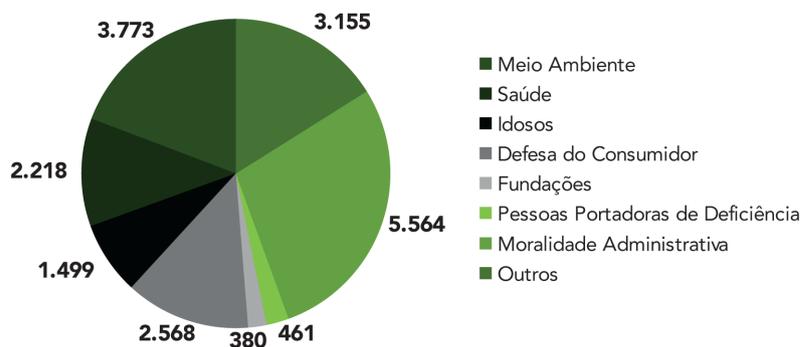


A atuação resultou em acréscimo de 25,03% (2.917) de ações cíveis públicas ajuizadas, de 22,05% (9.172) de procedimentos arquivados sem ajustamento de conduta e de 18,96% (1.299) de termos de ajustamento de conduta celebrados.

Analisando-se o volume de arquivamentos, na área de defesa dos direitos difusos e coletivos, no ano de 2014, os resultados apontam também para uma elevação no mapa estatístico em relação ao ano anterior (2013) - 10.471, em 2014, contra 8.607, em 2013 -, representando um percentual de 21,66% a mais.

Nas áreas de defesa dos direitos difusos e coletivos, a instauração de procedimentos novos, no decorrer do exercício de 2014, mostrou-se mais expressiva na área da moralidade administrativa (5.564), seguindo-se o meio ambiente (3.773) e o consumidor (2.568 procedimentos).

**Gráfico 17 – Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos e Peças Informativas por área**



A área da defesa da moralidade administrativa apresentou, em 2014, um volume 7,50% maior de procedimentos em relação a 2013, promoveu 2.384 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 620 a mais que no ano anterior (1.764), 123 arquivamentos com ajustamento de conduta, 43,02% a mais que no ano anterior (86), e deflagrou 423 ações civis públicas, que representam 32 ações a mais do que em 2013 (391), revelando um percentual positivo de 8,18%.

Na área de defesa do meio ambiente, foram ajuizadas 323 ações civis públicas. O número de ações ajuizadas nessa área aumentou 13,73% (284) em relação ao ano anterior. Foram promovidos, ainda, 440 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 1.445 sem ajustamento de conduta.

Por sua vez, na área do consumidor, registraram-se 789 arquivamentos sem ajustamento de conduta, outros 545 com ajustamento de conduta e foram ajuizadas 112 ações civis públicas.

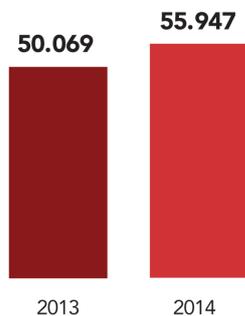
Na área dos direitos das pessoas com deficiência, foram intentadas 79 ações civis públicas no ano de 2014, ao passo que, no ano anterior, foram ajuizadas 62, verificando-se um aumento de 27,42%. Ainda, na mesma área, instauraram-se 461 procedimentos, em 2014, contra 411, em 2013.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas de inspeção realizadas por Promotores de Justiça, os quais, ao longo de 2014, estiveram presentes em 85 abrigos para idosos, em 24 abrigos para pessoas com deficiência, em 27 estabelecimentos de saúde, em 17 comunidades terapêuticas e em 12 fundações.

Em 2014, também foram realizadas 116 audiências públicas, assim como foram inquiridas 5.398 pessoas, nas 3.555 audiências para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, no âmbito das Promotorias de Justiça, número que supera em 13,47% o registrado em 2013, quando tal número não foi além de 3.133. No ano de 2014, foram proferidas, pelos Promotores de Justiça, nas mais diversas regiões do Estado, 133 palestras sobre assuntos institucionais, sempre com o propósito de intensificar e estreitar as relações do Ministério Público com a sociedade.

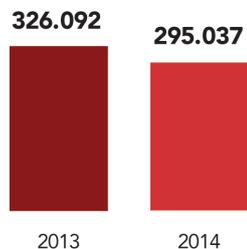
Além disso, nas Promotorias de Justiça, no decorrer do ano de 2014, somente na área cível foram atendidas 55.947 pessoas, número 11,74% superior aos 50.069 atendimentos realizados em 2013.

**Gráfico 18 – Total de Pessoas Atendidas**



Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2014, revelam que houve diminuição na demanda processual. Foram recebidos 295.037 processos cíveis para exame, o que representa uma redução de 9,52% em relação ao número registrado em 2013 (326.092 processos).

**Gráfico 19 – Total de Processos Recebidos**



Entre as manifestações processuais, permanecem representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família, num total de 74.053.

No quadro a seguir estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça, na área cível, em 2014, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2013.

**Tabela 11 – Atividades da Área Cível e Coletividade**

Itens	2013	2014	VAR. (%)
1 INQUÉRITOS CIVIS/PROCED. PREP./PEÇAS INFORMATIVAS	37.314	37.961	1,73
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	17.110	16.972	-0,81
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outros	1.082	1.371	26,71
1.3 Instaurados/recebidos no período	19.122	19.618	2,59
a) meio ambiente	3.674	3.773	2,69
b) consumidor	2.087	2.568	23,05
c) moralidade administrativa	5.176	5.564	7,50
d) idosos	1.568	1.499	-4,40
e) pessoas com deficiência	411	461	12,17
f) saúde	2.214	2.218	0,18
g) fundações	497	380	-23,54
h) outros	3.495	3.155	-9,73

1.4 Arquivados	8.607	10.471	21,66
1.4.1 Sem ajustamento de conduta	7.515	9.172	22,05
a) meio ambiente	1.239	1.445	16,63
b) consumidor	606	789	30,20
c) moralidade administrativa	1.764	2.384	35,15
d) idosos	690	748	8,41
e) pessoas com deficiência	95	153	61,05
f) saúde	727	873	20,08
g) direitos humanos, cidadania e fundações	305	473	55,08
h) outros	873	912	4,47
i) remessa ao MPF ou outro órgão do MPE	1.216	1.395	14,72
1.4.2 Com ajustamento de conduta	1.092	1.299	18,96
a) meio ambiente	457	440	-3,72
b) consumidor	383	545	42,30
c) moralidade administrativa	86	123	43,02
d) idosos	15	19	26,67
e) pessoas com deficiência	48	12	-75,00
f) saúde	23	28	21,74
g) fundações	1	1	-
h) outros	79	131	65,82
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	2.266	2.559	12,93
1.6 Representações indeferidas (art. 8, do Ato 81/2008/PGJ)	2.684	2.989	11,36
1.7 Outras situações de baixa estatística	3.623	3.270	-9,74
1.8 Ajustamentos de conduta em execução	1.109*	1.850	66,82
1.9 Passam para o período seguinte	17.057	18.666	9,43
<b>2 AÇÕES CIVIS AJUIZADAS</b>	<b>3.857</b>	<b>4.185</b>	<b>8,50</b>
2.1 Ações civis públicas	2.333	2.917	25,03
a) meio ambiente	284	323	13,73
b) consumidor	107	112	4,67
c) moralidade administrativa	391	423	8,18
d) idosos	224	340	51,79

e) pessoas com deficiência	62	79	27,42
f) saúde	979	1.422	45,25
g) fundações	7	15	114,29
h) outras	279	203	-27,24
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	13	11	-15,38
2.3 No Juízo da Família	798	781	-2,13
2.4 No Juízo Eleitoral	63	13	-79,37
2.5 Outras ações	650	463	-28,77
3 PROCESSOS	330.990	299.055	-9,65
3.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	4.898	4.018	-17,97
3.2 Recebidos no período	326.092	295.037	-9,52
a) meio ambiente	3.044	2.966	-2,56
b) consumidor	663	690	4,07
c) moralidade administrativa	3.366	4.415	31,16
d) idosos	891	1.536	72,39
e) pessoas com deficiência	656	843	28,51
f) saúde	10.306	12.363	19,96
g) fundações	290	204	-29,66
h) área comum/outros	306.876	272.020	-11,36
3.3 Manifestações	328.124	296.095	-9,76
a) Ação civil pública	9.718	11.360	16,90
a.1) meio ambiente	1.500	1.622	8,13
a.2) consumidor	306	344	12,42
a.3) moralidade administrativa	2.078	2.349	13,04
a.4) idosos	503	754	49,90
a.5) pessoas com deficiência	179	149	-16,76
a.6) saúde	4.406	5.250	19,16
a.7) fundações	64	33	-48,44
a.8) outras	682	859	25,95
b) Direito de família	82.005	74.053	-9,70

c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	7.343	6.722	-8,46
d) Falência/recuperação judicial	1.780	1.630	-8,43
e) Fazenda pública	2.959	3.730	26,06
f) Mandado de segurança	2.544	2.554	0,39
g) Ação popular	164	152	-7,32
h) Registros públicos	6.541	5.882	-10,07
i) Acidente de trabalho/previdenciário	2.272	1.618	-28,79
j) Ações indenizatórias	1.316	1.140	-13,37
k) Ações possessórias/usucapião	6.337	5.689	-10,23
l) Direito eleitoral	19.309	4.308	-77,69
m) Recurso - razões	401	405	1,00
n) Recurso - contrarrazões	672	948	41,07
o) Recurso - pareceres	120	139	15,83
p) Recurso - manif. art 1º do Ato PGJ/CGMP/n. 178/2001	3.196	2.826	-11,58
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	814	392	-51,84
r) Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	20.717	21.645	4,48
s) Outras manifestações	21.963	21.905	-0,26
t) Cotas	9.057	8.652	-4,47
u) Intimações	128.896	120.345	-6,63
3.4 Passam para o período seguinte	4.069	2.951	-27,48
<b>4 OUTRAS ATIVIDADES</b>	<b>229.218</b>	<b>256.470</b>	<b>11,89</b>
4.1 Audiências judiciais	30.757	26.051	-15,30
4.2 Sessões da Turma de Recursos	107	112	4,67
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	5.258	5.231	-0,51
4.4 Atos de fiscalização de fundações	381	397	4,20
4.5 Manifestações em habilitações de casamento	28.288	29.402	3,94
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	4.315	3.941	-8,67
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	21.872	30.426	39,11
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	5.634	6.493	15,25
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	33	21	-36,36

4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	79	85	7,59
4.11 Visitas a estab. que abriguem pessoas portad. de deficiência	9	24	166,67
4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	43	27	-37,21
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	33	17	-48,48
4.14 Visitas a fundações	21	12	-42,86
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	167	133	-20,36
4.16 Atos de Instrução ICP/PP	82.152	98.151	19,47
a) Audiências públicas realizadas	162	116	-28,40
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	3.133	3.555	13,47
c) Pessoas inquiridas	3.857	5.398	39,95
d) Requisições e ofícios expedidos	74.464	88.548	18,91
e) Cartas Precatórias expedidas	225	226	0,44
f) Cartas Precatórias cumpridas	311	308	-0,96
4.17 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	50.069	55.947	11,74
<b>5 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO</b>	<b>7.264</b>	<b>7.971</b>	<b>9,73</b>
5.1 Inquéritos civis/proced. preparatórios/peças informativas	2.998	3.529	17,71
5.2 Processos	1.207	963	-20,22
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	3.059	3.479	13,73

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)

Observação:

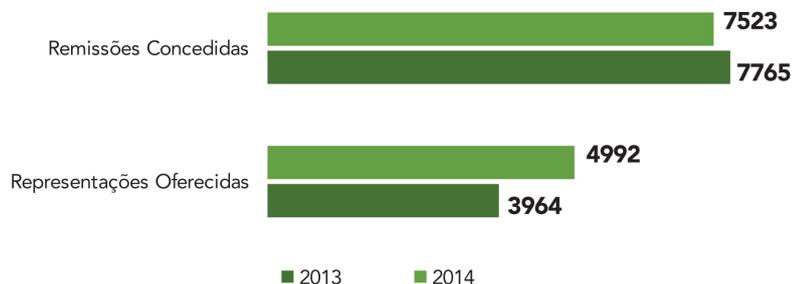
(\*) Dado referente a dezembro do ano correspondente.

## 4 Atividades das Promotorias de Justiça na Área da Infância e Juventude

As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam, no ano de 2014, um total de 24.740 notícias de atos infracionais, número 1,78% menor em relação ao verificado no ano de 2013, que foi de 25.188.

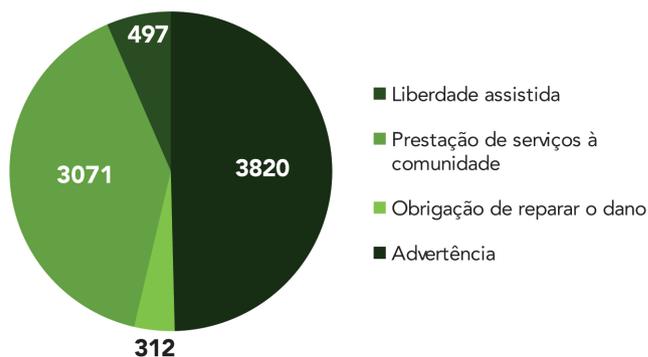
Por conta dessas notícias, foram apresentados, em audiência aos Promotores de Justiça, ao longo do ano de 2014, 11.746 adolescentes, apontados como autores de atos infracionais, resultando no oferecimento de 4.992 representações, representando um aumento de 25,93% em relação ao ano de 2013, quando foram propostas 3.964 representações em face de procedimentos infracionais da mesma natureza.

**Gráfico 20 – Remissões Concedidas e Representações Oferecidas**



As remissões, também ilustradas no gráfico acima, concedidas, no ano de 2014, aos adolescentes apontados como autores de atos infracionais, totalizaram de 7.523, número um pouco inferior ao de 2013, quando foram concedidas 7.765 remissões. Entre as concedidas no ano de 2014, 771 foram desacompanhadas de qualquer medida socioeducativa, enquanto que as remissões cumuladas com medida socioeducativa totalizaram 6.752. Registra-se ainda que, destas, 3.820 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência, 312 com reparação do dano, 3.071 com prestação de serviço à comunidade e 497 cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida, como ilustrado no gráfico a seguir.

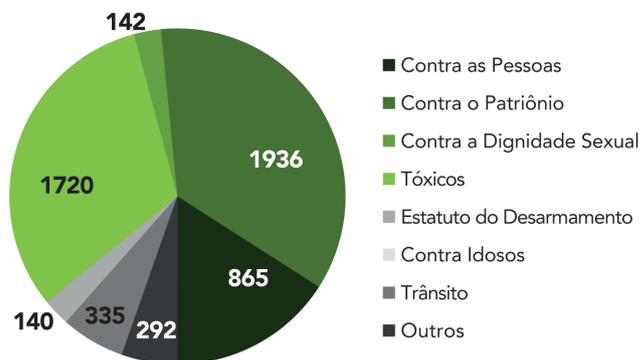
**Gráfico 21 - Medidas Socioeducativas Aplicadas**



Entre os atos infracionais representados, a maior incidência envolveu a prática de tráfico de drogas, com 1.211 ocorrências, correspondendo a um aumento de 33,81% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 905 atos dessa categoria. Em segundo aparece a prática de furto, com 946 ocorrências, com o acréscimo de 13,02% em relação ao ano de 2013, que registrou 837 casos. A terceira ocorrência foi a de roubo e extorsão, totalizando 600 ocorrências, signi-

ficando, também, um índice de 43,20% a mais que no ano anterior, quando se registraram 419 casos. São indicativos úteis, para efeito de aperfeiçoamento e redefinição de políticas e procedimentos, tanto no âmbito do Ministério Público quanto nos demais órgãos públicos, notadamente os ligados à Educação e à Segurança Pública.

**Gráfico 22 - Atos infracionais representados**



O índice de homicídios com autoria atribuída a adolescentes apresentou um aumento de 9,50%, totalizando 196 ocorrências no ano de 2014, enquanto que, no ano de 2013, tinham sido registrados 179.

Colhe-se dos dados estatísticos finais do exercício que as crianças e os adolescentes foram vítimas em 11 casos de ato infracional por prática de homicídio, um aumento 175% em relação ao ano anterior, em que se observaram apenas 4 casos. Já, em relação aos atos infracionais contra a dignidade sexual, foram registrados 69 casos, contra 60, em 2013, ou seja, volume 15% maior que o do ano anterior, e, ainda, 33 ocorrências por outros atos infracionais. Da mesma forma que, em 2013, foi registrada, em 2014, uma ocorrência por prática de tortura.

Na área cível, no último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na infância e juventude receberam 3.040 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA). Desses casos informados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 1.600 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 52,62% do total de situações comunicadas. No entanto, comparado com os resultados de 2013 (2.252), constata-se que o número de comunicações de evasão escolar subiu 34,99%, indicativo que evidencia uma contribuição, cada vez maior, do Ministério Público para o êxito da política de manutenção da criança e do adolescente na escola.

Entre procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados, além de notícias e representações recebidas, excluindo avisos por infrequência escolar, por maus-tratos, denúncias encaminhadas por meio do *Disque 100*, as

Promotorias de Justiça registraram 5.757 casos, tendo sido celebrados 127 termos de ajustamento de conduta, com o consequente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 2.955 procedimentos sem a celebração de ajustamento de conduta.

**Gráfico 23 - Arquivamento de Inquéritos Cíveis e Peças Informativas Sem Ajuste de conduta**



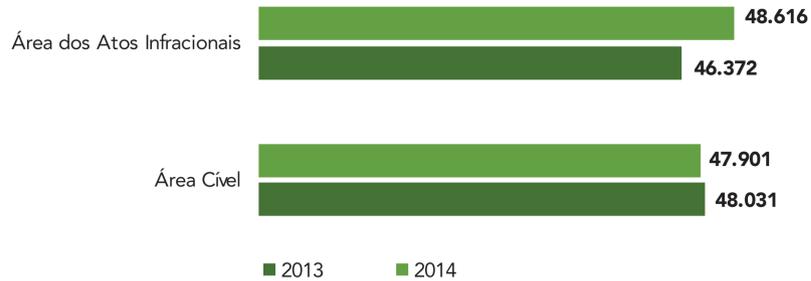
Merece destaque também o ajuizamento, em 2014, de 2.635 ações civis para defesa de direitos de crianças e adolescentes, sendo 2.369 afetas a direitos individuais (art. 201, ECA) e 266 ações em defesa de direitos difusos e coletivos, números que, por si só, demonstram que, em mais de dois mil casos, o Ministério Público pôde suprir a lacuna deixada pela estruturação e atuação ainda incipientes da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

Quanto à natureza das ações civis, no que tange àquelas pertinentes a direitos individuais, verificaram-se 303 ações civis públicas para proteção de direitos, 395 de destituição ou suspensão do poder familiar, 172 concernentes a guarda, 840 visando à adoção de medidas de proteção, 65 ações cautelares, além de outras 594 ações com objetos diversos.

Entre as 266 ações relativas a direitos difusos e coletivos, contabilizaram-se 76 ações civis públicas, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), seis mandados de segurança, 130 ações para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, além de outras 53 classificadas como diversas.

Em relação ao fluxo de trabalho na área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam, ao longo do ano, 47.901 processos, representando uma diminuição de 0,27% em relação ao ano de 2013, quando foram recebidos 48.031 feitos, tendo sido emitidas, no total, 47.770 manifestações de mérito, assim como registradas 16.542 intimações diversas.

**Gráfico 24 – Total de Processos Recebidos**



Além dessas atividades, merece destaque o número de 14.444 pessoas atendidas no ano de 2014 e 634 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

No quadro a seguir estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça na área da infância e juventude, em 2014, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2013.

**Tabela 12 – Atividades da Área Infância e Juventude**

Itens	2013	2014	VAR. (%)
<b>I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS</b>			
<b>1 NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS</b>			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	993	896	-9,77
1.2 Autos de apreensão/boletins circunst./outros recebidos	25.188	24.740	-1,78
1.3 Ajustes de relatório	1.073	1.234	15,00
a) ajuste pelo número de adol. infratores em AApr/BC	1.009	1.054	4,46
b) ajuste por AApr/BC reunidos	64	180	181,25
1.4 Arquivamentos promovidos	2.579	1.917	-25,67
1.5 Remissões concedidas:	7.765	7.523	-3,12
a) simples	838	771	-8,00
b) com medida sócio-educativa	6.927	6.752	-2,53
b.1) advertência	4.024	3.820	-5,07
b.2) obrigação de reparar o dano	324	312	-3,70

b.3) prestação de serviços à comunidade	3.031	3.071	1,32
b.4) liberdade assistida	533	497	-6,75
1.6 Outras medidas (art. 101, VII, ECA)	257	190	-26,07
1.7 Representações de atos infracionais oferecidas	3.964	4.992	25,93
1.8 Requerimento de internação provisória	292	394	34,93
1.9 Baixados para diligência	1.607	1.759	9,46
1.10 Outras situações de baixa estatística	9.715	8.563	-11,86
1.11 Passam para o período seguinte	897	1.152	28,43
<b>2 ATOS INFRAACIONAIS REPRESENTADOS</b>			
2.1 Contra a Pessoa	719	865	20,31
a) homicídio	179	196	9,50
b) lesão corporal	237	266	12,24
c) ameaça	210	285	35,71
d) outros	93	118	26,88
2.2 Contra o Patrimônio	1.564	1.936	23,79
a) furto	837	946	13,02
b) roubo e extorsão	419	600	43,20
c) latrocínio	13	20	53,85
d) estelionato e outras fraudes	21	14	-33,33
e) outros	274	356	29,93
2.3 Contra a Dignidade Sexual	123	142	15,45
a) estupro	104	124	19,23
b) outros contra a dignidade sexual	19	18	-5,26
2.4 Tóxicos	1.260	1.720	36,51
a) tráfico	905	1.211	33,81
b) posse	300	465	55,00
c) outros	55	44	-20,00
2.5 Estatuto do Desarmamento	127	140	10,24
2.6 Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	-	1	-100,00

2.7 Trânsito	260	335	28,85
2.8 Outros	242	292	20,66
<b>3 ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>			
3.1 Homicídio	4	11	175,00
3.2 Contra a Dignidade Sexual	60	69	15,00
3.3 Tortura	1	1	0,00
3.4 Outros	35	33	-5,71
<b>4 PROCESSOS/AUDIÊNCIAS</b>			
4.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	718	398	-44,57
4.2 Recebidos no período	46.372	48.616	4,84
4.3 Manifestações/audiências	24.557	24.612	0,22
a) alegações finais	1.564	1.781	13,87
b) razões de recurso	202	253	25,25
c) contrarrazões de recurso	230	344	49,57
d) pareceres em execução de medidas	14.076	13.650	-3,03
e) outras promoções	8.485	8.584	1,17
4.4 Intimações	21.962	23.753	8,15
a) intimações de sentença - homolog. de remissão e extinção	8.521	9.227	8,29
b) intimações diversas	13.441	14.526	8,07
4.5 Passam para o período seguinte	398	625	57,04
<b>II - DA ÁREA CÍVEL</b>			
<b>5 INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES</b>			
5.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	5.115	5.011	-2,03
5.2 Notícias/inq. civis/proced. prep./peças inform./repres.	5.997	5.757	-4,00
a) direito individual (art. 201, ECA)	5.069	4.823	-4,85
b) direitos difusos ou coletivos	928	934	0,65
5.3 Avisos por infrequência escolar	2.252	3.040	34,99
5.4 Avisos por maus-tratos	679	331	-51,25
5.5 Disque 100	2.791	2.468	-11,57
5.6 Outros	1.639	2.039	24,41

5.7 Arquivados/indeferidos	8.365	9.069	8,42
a) inquéritos civis/proced. administrativos/representações	4.938	4.479	-9,30
a.1) sem ajustamento de conduta	3.165	2.955	-6,64
a.2) com ajustamento de conduta	146	127	-13,01
a.3) indeferidos	1.627	1.397	-14,14
b) avisos por infrequência escolar	1.638	2.625	60,26
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	1.142	1.600	40,11
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	408	845	107,11
b.3) em acompanhamento	88	180	104,55
c) Avisos por maus-tratos	1.252	1.144	-8,63
c.1) violência física/psicológica	391	433	10,74
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	286	225	-21,33
c.3) outras situações de maus-tratos	574	442	-23,00
c.4) em acompanhamento	1	44	4.300,00
d) outros	537	821	52,89
5.8 Inq. civ./proced. prep. concl./anexado à inicial/outros	3.009	2.635	-12,43
a) direito individual (art. 201, ECA)	2.578	2369	-8,11
a.1) destituição/suspensão do poder familiar	442	395	-10,63
a.2) guarda	194	172	-11,34
a.3) medidas de proteção	892	840	-5,83
a.4) ação civil pública	333	303	-9,01
a.5) ação cautelar	81	65	-19,75
a.6) outras	636	594	-6,60
b) direitos difusos ou coletivos	431	266	-38,28
b.1) ação civil pública	160	76	-52,50
b.2) ADIN	2	1	-50,00
b.3) mandado de segurança	43	6	-86,05
b.4) apuração de infração administrativa	116	130	12,07
b.5) outras	110	53	-51,82
5.9 Ajustam. de conduta em exec./aguard. resp./dec. de prazo	108	1.492	1.281,48
5.10 Atos instrutórios	45.971	56.499	22,90
a) despachos	13.684	17.108	25,02

b) recomendações	375	275	-26,67
c) ofícios expedidos	24.935	29.848	19,70
d) notificações	3.066	4.488	46,38
e) reuniões	818	875	6,97
f) atendimentos	2.482	3.266	31,59
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público	611	639	4,58
5.11 Remetidos ao CSMP	257	364	41,63
5.12 Outras situações de baixa estatística	1.068	1.260	17,98
5.13 Passam para o período seguinte	5.034	5.895	17,10
<b>6 PROCESSOS</b>			
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	653	537	-17,76
6.2 Recebidos	48.031	47.901	-0,27
6.3 Manifestações/pareceres:	48.134	47.770	-0,76
a) adoção	1.703	1.240	-27,19
a.1) por brasileiros	1.645	1.209	-26,50
a.2) por estrangeiros	58	31	-46,55
b) alegações finais	743	664	-10,63
c) alimentos	1.290	1.746	35,35
d) cadastro de adotantes	1.662	1.412	-15,04
e) cautelares	319	207	-35,11
f) infrações administrativas	1.041	897	-13,83
g) mandado de segurança	891	543	-39,06
h) recursos	344	587	70,64
h.1) razões de recurso	128	102	-20,31
h.2) contrarrazões de recurso	190	291	53,16
h.3) pareceres em recurso	26	194	646,15
i) outros pareceres	5.359	3.807	-28,96
j) outras manifestações	19.817	20.125	1,55
k) intimações diversas	14.965	16.542	10,54

6.4 Passam para o período seguinte	537	614	14,34
<b>7 OUTRAS ATIVIDADES</b>			
7.1 Audiências judiciais	14.056	14.947	6,34
7.2 Audiências de apresentação (n. de adolescentes)	11.309	11.746	3,86
7.3 Audiências/reuniões ICP/PP	887	1.081	21,87
a) pessoas inquiridas	914	1.133	23,96
7.4 Requisições e ofícios expedidos	15.427	17.695	14,70
7.5 Reuniões/audiências extrajudiciais	1.952	2.150	10,14
7.6 Palestras sobre assuntos institucionais	285	267	-6,32
7.7 Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	162	167	3,09
7.8 Visitas a instituições de acolhim. e outras entidades de atendimento	721	634	-12,07
7.9 Atendimento ao público (número de pessoas)	15.497	14.444	-6,79
7.10 Cartas precatórias expedidas	693	739	6,64
7.11 Cartas precatórias cumpridas	651	664	2,00
<b>8 PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO</b>			
8.1 Procedimentos de apuração de ato infracional	138	127	-7,97
8.2 Notícias de atos infracionais	142	109	-23,24
8.3 Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	697	941	35,01
8.4 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	-	-	-
8.5 Processos	201	244	21,39
8.6 Vencidos há mais de 30 dias	923	944	2,28

Fonte: Sistema de Anotação de Informações (SAI)

# VII - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

## **Composição da Administração**

### **Procurador-Geral de Justiça**

Lio Marcos Marin  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos  
Antenor Chinato Ribeiro

### **Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais**

Keli Soares de Anhaia

### **Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais**

Walkyria Ruicir Danielski

### **Secretário-Geral do Ministério Público**

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

### **Assessores do Procurador-Geral de Justiça**

Durval da Silva Amorim  
Fábio Strecker Schmitt  
Abel Antunes de Mello  
Maury Roberto Viviani  
Marcelo Gomes Silva  
Rogério Ponzi Seligman  
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

### **Colégio de Procuradores de Justiça**

Presidente: Lio Marcos Marin  
Paulo Antônio Günther  
José Galvani Alberman  
Odil José Cota  
Paulo Roberto Speck  
Raul Schaefer Filho  
Pedro Sérgio Steil  
José Eduardo Orofino da Luz Fontes  
Humberto Francisco Scharf Vieira  
João Fernando Quagliarelli Borrelli  
Hercília Regina Lemke  
Mário Gemin  
Gilberto Callado de Oliveira  
Antenor Chinato Ribeiro  
Narcísio Geraldino Rodrigues  
Jacson Corrêa  
Anselmo Jeronimo de Oliveira  
Basílio Elias De Caro  
Aurino Alves de Souza  
Paulo Roberto de Carvalho Roberge  
Tycho Brahe Fernandes  
Guido Feuser  
Plínio Cesar Moreira

André Carvalho  
Gladys Afonso  
Paulo Ricardo da Silva  
Vera Lúcia Ferreira Copetti  
Lenir Roslindo Piffer  
Paulo Cezar Ramos de Oliveira  
Gercino Gerson Gomes Neto  
Francisco Bissoli Filho  
Newton Henrique Trennepohl  
Heloísa Crescenti Abdalla Freire  
Fábio de Souza Trajano  
Norival Acácio Engel  
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes  
Ivens José Thives de Carvalho  
Walkyria Ruicir Danielski  
Alexandre Herculano Abreu  
Durval da Silva Amorim  
Vânio Martins de Faria  
Américo Bigaton  
Eliana Volcato Nunes  
Sandro José Neis  
Mário Luiz de Melo  
Rogério Antônio da Luz Bertoncini  
Genivaldo da Silva  
Rui Arno Richter  
Lio Marcos Marin  
Cristiane Rosália Maestri Böell  
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti - Secretário

### **Conselho Superior do Ministério Público**

#### **Membros Natos**

Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça  
Gilberto Callado de Oliveira - Corregedor-Geral

#### **Representantes do Colégio de Procuradores**

Odil José Cota  
Pedro Sérgio Steil  
Vera Lúcia Ferreira Capetti

#### **Representantes da Primeira Instância**

Narcísio Geraldino Rodrigues  
Gercino Gerson Gomes Neto  
Fábio de Souza Trajano  
Américo Bigaton  
Sandro José Neis  
Gladys Afonso  
Durval da Silva Amorim  
Rui Arno Afonso

**Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz**

**Corregedor-Geral do Ministério Público**

Gilberto Callado de Oliveira

**Subcorregedor-Geral**

José Galvani Alberton

**Secretário**

Adalberto Exterkötter

**Coordenador de Acompanhamento Funcional**

Jair Alcides dos Santos

Coordenadora de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Berenice Chaves Gomes

**Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral**

Fabiano Henrique Garcia

Maria Amélia Borges Moreira Abbad

Marcelo de Tarso Zanellato

Sandro de Araújo

**Coordenadoria de Recursos Cíveis**

Fábio de Souza Trajano - Coordenador

**Promotora Assessora**

Aline Dalle Laste

**Coordenadoria de Recursos Criminais**

Aurino Alves de Souza - Coordenador

**Promotor Assessor**

Gustavo Wiggers

**Ouvidor**

Vânio Martins de Faria

**Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional**

Basílio Elias de Caro

**Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor**

Caroline Moreira Suzin – Coordenadora

Caroline Cabral Zonta – Coordenadora adjunto

**Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade**

Basílio Elias De Caro - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional do Consumidor**

Greicia Malheiros da Rosa Souza - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional Criminal**

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**

Marcelo Wegner - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas**

João Carlos Teixeira Joaquim - Coordenador

Laudares Capella Filho - Coordenador Adjunto

**Gerente de Análise Multidisciplinar**

Fábio Rogério MatiuZZi Rodrigues

**Gerente de Análise Contábil**

Douglas da Silveira

**Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente**

Paulo Antonio Locatelli - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa**

Davi do Espírito Santo - Coordenador-Geral

Samuel Dal-Farra Naspolini - Coordenador Adjunto

**Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária**

Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Helen Crystine Corrêa Santos- Diretora

**Gerente de Arquivo e Documentos**

Selma de Souza Neves

**Gerente de Biblioteca**

Rosiane Maria Campos

**Gerente de Publicações e Revisões**

Lúcia Anilda Miguel

**Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento**

Luciana Andrea Mattos

**Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional**

Sidney Eloy Dalabrida – Coordenador

**Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas****Coordenador GAECO da Capital**

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin

**Coordenador GAECO de Joinville**

Assis Marciel Kretzer

**Coordenador GAECO de Chapecó**

Fabiano David Baldissarelli

**Coordenador GAECO de Criciúma**

Luiz Fernando Góes Ulysséa

**Coordenador GAECO de Lages**

Joel Rogério Furtado Júnior

**Coordenador GAECO de Itajaí**

Jean Michel Forest

**Casa Militar**

Cel. Rogério Martins

**Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais****Ex-Procuradores-Gerais de Justiça**

José Galvani Alberton

Pedro Sérgio Steil

**Representante do Segundo Grau:**

João Fernando Quagliarelli Borrelli

**Representantes do Primeiro Grau:**

1ª Região - Extremo Oeste	Daniel Granzotto Nunes
2ª Região - Oeste	Júlio André Locatelli
3ª Região - Meio Oeste	Jean Pierre Campos
4ª Região - Planalto Serrano	Carlos Henrique Fernandes
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Felipe Martins de Azevedo
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Lenice Born Silva
8ª Região - Grande Florianópolis	Jádel da Silva Júnior
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain
10ª Região - Norte	Márcio Cota
11ª Região - Sul	Sandro Ricardo Souza
12ª Região - Extremo Sul	Cristine Angulski da Luz

**Órgãos administrativos da PGJ****Coordenador-Geral Administrativo**

Adauto Viccari Júnior

**Coordenador de Auditoria e Controle**

Rubinei Huttner Fischer

**Coordenadora de Comunicação Social**

Luciana Wasum Carvalho

**Coordenador de Finanças e Contabilidade**

Márcio Abelardo Rosa

**Gerente de Contabilidade**

Luana Henrique Nunes

**Gerente de Finanças**

Sérgio Luiz Kraeski

**Gerente de Execução Orçamentária**

Ivania Maria de Lima

**Coordenadora de Operações Administrativas**

Doris Mara Eller Brüggmann

**Gerente de Almoxarifado**

Luís Antônio Buss

**Gerente de Compras**

Samuel Wesley Elias

**Gerente de Transportes**

Jacqueline Figueró Jeske

**Gerente de Patrimônio**

Ângelo Vitor Oliveira

**Gerente de Contratos**

Sara Souza da Silva Amorim

**Coordenadora de Pagamento de Pessoal**

Maria Inês Finger Martins

**Gerente de Remuneração Funcional**

Renato Kraus

**Coordenadora de Planejamento**

Isabel Cristina Silveira de Sá

**Gerente de Informações e Projetos**

Luís Morais Neto

**Coordenador de Processos e Informações Jurídicas**

Denis Moreira Cunha

**Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos**

Larisse Silva Roman

**Coordenadora de Recursos Humanos**

Silvana Maria Pacheco

**Gerente de Cadastro e Informações Funcionais**

Thiagus Mateus Batista

**Gerente de Atenção à Saúde**

Anarrosa Garcia Silveira

**Gerente de Desenvolvimento de Pessoas**

Emanuella Koerich Zappellini

**Gerente de Estágio**

André Luiz Grams

**Gerente de Legislação de Pessoal**

Janete Aparecida Coelho Probst

**Coordenador de Tecnologia da Informação**

Oldair Zanchi

**Gerente de Desenvolvimento**

Giorgio Santos Costa Merize

**Gerente de Rede e Banco de Dados**

Júlio Cesar Moriguti

**Gerente de Suporte**

Rodrigo de Souza Zeferino

**Gerente de Processos Jurídicos Digitais**

Paulo Cesar Allebrandt

**Coordenador de Engenharia e Arquitetura**

Fabrício Kremer de Souza

**Gerente de Manutenção**

Rômulo César Carlesso

**Gerente de Logística**

Ricardo Alexandre Oliveira

**Coordenador de Informação Social**

Christian Rosa

## Promotores de Justiça, por entrância e antiguidade na carreira

### Entrância Especial

Ernani Dutra  
Donaldo Reiner  
Saulo Torres  
Moacir José Dal Magro  
James Faraco Amorim  
Paulo Roberto Luz Gottardi  
Janir Luiz Della Giustina  
Aor Steffens Miranda  
Murilo Casemiro Mattos  
Sidney Eloy Dalabrida  
Fábio Strecker Schmitt  
Neori Rafael Krahl  
Monika Pabst  
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi  
Marcílio de Novaes Costa  
Jorge Orofino da Luz Fontes  
Onofre José Carvalho Agostini  
Carlos Alberto de Carvalho Rosa  
Rogé Macedo Neves  
Jayne Abdala Bandeira  
Abel Antunes de Mello  
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese  
Carlos Henrique Fernandes  
Davi do Espírito Santo  
César Augusto Grubba  
Rui Carlos Kolb Schiefler  
Henrique Limongi  
Ary Capella Neto  
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol  
Hélio José Fiamoncini  
André Fernandes Indalencio  
Paulo Antonio Locatelli  
Alex Sandro Teixeira da Cruz  
Cid Luiz Ribeiro Schmitz  
Protásio Campos Neto  
Rosemary Machado Silva  
Vera Lúcia Coro Bedinoto  
Flávio Duarte de Souza  
Marcelo Truppel Coutinho  
Margaret Gayer Gubert Rotta  
Ângela Valença Bordini  
Ricardo Marcondes de Azevedo  
Miguel Luís Gnipler  
Marcelo Wegner  
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin  
Sérgio Ricardo Joesting  
Andreas Eisele  
Leonardo Henrique Marques Lehmann  
Gustavo Mereles Ruiz Diaz  
Fernando Linhares da Silva Júnior

Maristela Nascimento Indalencio  
Thais Cristina Scheffer  
Darci Blatt  
Maury Roberto Viviani  
Eduardo Paladino  
Júlio César Mafra  
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães  
Felipe Martins de Azevedo  
Daniel Paladino  
Francisco de Paula Fernandes Neto  
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto  
Vânia Augusta Cella Piazza  
Fabiano David Baldissarelli  
Assis Marciel Kretzer  
Joubert Odebrecht  
Andrey Cunha Amorim  
Julio André Locatelli  
Marcelo Brito de Araújo  
Juliana Padrão Serra de Araújo  
Rafael de Moraes Lima  
Luiz Augusto Farias Nagel  
Joel Rogério Furtado Júnior  
Rogério Ponzi Seligman  
Helen Crystine Corrêa Sanches  
Geovani Werner Tramontin  
George André Franzoni Gil  
Kátia Rosana Pretti Armange  
Luciano Trierweiler Naschenweng  
Rosangela Zanatta  
Cristina Balceiro da Motta  
Anelize Nascimento Martins Machado  
Fabrício Nunes  
Nazareno Bez Batti  
Affonso Ghizzo Neto  
Celso Antonio Ballista Junior  
Fabrício José Cavalcanti  
Marcelo Gomes Silva  
Diana Spalding Lessa Garcia  
Fabiano Henrique Garcia  
Wilson Paulo Mendonça Neto  
Benhur Poti Betiolo  
Fernando da Silva Comin  
Silvana Schmidt Vieira  
Ana Paula Cardoso Teixeira  
Alexandre Piazza  
Ricardo Paladino  
Hélio Sell Júnior  
Carlos Alberto Platt Nahas  
Jackson Goldoni  
Luciana Rosa  
André Otávio Vieira de Mello  
Maurício de Oliveira Medina

Jádel da Silva Júnior  
Márcia Aguiar Arend  
Raul de Araujo Santos Neto  
Vera Lúcia Butzke  
Cláudia Mara Noll  
Debora Wanderley Medeiros Santos  
Rosan da Rocha  
Ricardo Luis Dell'Agnolo  
Álvaro Luiz Martins Veiga  
Andréa da Silva Duarte  
Alexandre Wiethorn Lemos  
Mário Vieira Júnior  
Sandro Ricardo Souza  
Sandro de Araujo  
Jonnathan Augustus Kuhnen  
Maria Amélia Borges Moreira Abbad  
Gilberto Polli  
João Carlos Teixeira Joaquim  
Ricardo Figueiredo Coelho Leal  
José de Jesus Wagner  
Jean Michel Forest  
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior  
Rodrigo Silveira de Souza  
Amélia Regina da Silva  
Milani Maurilio Bento  
Gustavo Wiggers  
Alvaro Pereira Oliveira Melo  
Marcelo Mengarda  
Simone Cristina Schultz Corrêa  
Luiz Fernando Góes Ulysséa  
Rafael Alberto da Silva Moser  
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio  
Alan Boettger  
Max Zuffo  
Mauro Canto da Silva  
Caio César Lopes Peiter  
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo  
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt  
Vânia Lúcia Sangalli  
Odair Tramontin  
Adalberto Exterkötter  
Cléber Augusto Hanisch  
Giovanni Andrei Franzoni Gil  
Heloisa Melo Enns  
Renee Cardoso Braga  
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck  
Deize Mari Oechsler  
Leonardo Todeschini  
Luis Suzin Marini Júnior  
Wagner Pires Kuroda  
Cristian Richard Stahelin Oliveira  
Jussara Maria Viana

Jadson Javel Teixeira  
Marcelo de Tarso Zanellato  
Caroline Moreira Suzin  
Guilherme Luis Lutz Morelli  
Luciana Uller  
Jean Pierre Campos  
Rodrigo Cunha Amorim  
Aristeu Xenofontes Lenzi  
José Eduardo Cardoso  
Alexandre Schmitt dos Santos  
Cristina Costa da Luz Bertoncini  
Rodrigo Millen Carlin  
Gustavo Viviani de Souza  
Márcio Conti Junior  
Aurélio Giacomelli da Silva  
Alexandre Carrinho Muniz  
Ricardo Viviani de Souza  
Susana Perin Carnaúba  
Andréa Machado Speck  
Daniel Westphal Taylor  
Murilo Adaghinari  
Marcio André Zattar Cota

#### **Entrância Final**

Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin  
Alexandre Daura Serratine  
Pedro Roberto Decomain  
Eraldo Antunes  
Karla Bárdio Meirelles  
Viviane Gastaldon Damiani Silveira Mira  
José Orlando Lara Dias  
João Carlos Linhares Silveira  
Douglas Alan Silva  
Laudares Capella Filho  
Sandra Goulart Giesta da Silva  
José Renato Córte  
Rodrigo Kurth Quadro  
Marco Antonio Schütz de Medeiros  
Alicio Henrique Hirt  
Cristiano José Gomes  
Andrea Gevaerd  
Rafael Meira Luz  
Ana Cristina Boni  
Jorge Eduardo Hoffmann  
Cássio Antonio Ribas Gomes  
Fabrício Franke da Silva  
Cristine Angulski da Luz  
Eduardo Chinato Ribeiro  
André Teixeira Milioli  
Marcionei Mendes  
Fernanda Crevanzi Vailati  
João Alexandre Massulini Acosta  
Cesar Augusto Engel  
Carla Mara Pinheiro Miranda  
André Braga de Araújo  
Diógenes Viana Alves  
Tatiana Rodrigues Borges Agostini

Samuel Dal-Farra Napolini  
Belmiro Hanisch Júnior  
Raul Gustavo Juttel  
Glauco José Riffel  
Carlos Eduardo Cunha  
Carlos Renato Silvy Teive  
Germano Krause de Freitas  
Luciana Schaefer Filomeno  
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa  
Eduardo Sens dos Santos  
Júlio Fumo Fernandes  
Henrique da Rosa Ziesemer  
Diego Rodrigo Pinheiro  
Alexandre Estefani  
Mônica Lerch Lunardi  
Henrique Laus Aieta  
Alessandro Rodrigo Argenta  
Arthur Koerich Inacio  
Patricia Dagostin Tramontin  
Felipe Prazeres Salum Müller  
Marcelo Sebastião Netto de Campos  
Elaine Rita Auerbach  
Roberta Magioli Meirelles  
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro  
Fred Anderson Vicente  
Fernanda Broering Dutra  
Caroline Cristine Eller  
Maycon Robert Hammes  
Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques  
Eder Cristiano Viana  
Aline Dalle Laste  
Débora Pereira Nicolazzi  
Giselli Dutra  
Marcio Gai Veiga  
Andréia Soares Pinto Favero  
Anderson Adilson de Souza  
Chimelly Louise de Resenes Marcon  
Andreza Borinelli  
Daniel Granzotto Nunes  
Caroline Cabral Zonta  
Greicia Malheiros da Rosa Souza  
Guilherme Schmitt  
Rodrigo Andrade Viviani  
Carlos Eduardo Tremel de Faria  
Ariadne Clarissa Klein Sartori  
Gabriel Ricardo Zanon Meyer  
Giancarlo Rosa Oliveira  
Luis Felipe de Oliveira Czesnat  
Nilton Exterkoetter  
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro  
Gláucio José Souza Alberman  
Fabiano Francisco Medeiros  
Cristina Elaine Thomé  
Lara Peplau  
Graziele dos Prazeres Cunha  
Lenice Born da Silva  
Caroline Sartori Velloso

#### **Entrância Inicial**

Silvana do Prado Brouwers  
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca  
Ernest Kurt Hammerschmidt  
Mirela Dutra Alberman  
Barbara Elisa Heise  
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro  
Kariny Zanette Vitoria  
Rejane Gularte Queiroz Beilner  
Marina Modesto Rebelo  
Claudine Vidal de Negreiros da Silva  
Luciana Cardoso Pilati Polli  
Candida Antunes Ferreira  
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari  
Elizandra Sampaio Porto  
Cyro Luiz Guerreiro Júnior  
Guilherme Brodbeck  
Fabiana Mara Silva Wagner  
Gilberto Assink de Souza  
Alan Rafael Warsch  
Marcelo Francisco da Silva  
Fernando Wiggers  
Rodrigo Cesar Barbosa  
Diego Roberto Barbiero  
Filipe Costa Brenner  
João Luiz de Carvalho Botega  
Roberta Ceolla Gaudêncio  
Felipe Schmidt  
Júlia Wendhausen Cavallazzi  
Fernando Guilherme de Brito Ramos  
Átila Guastalla Lopes  
Diogo Luiz Deschamps  
Lara Zappellini Souza  
Marcela Hülse Oliveira  
Viviane Soares  
Rafael Pedri Sampaio  
Tehane Tavares Fenner  
Simão Baran Junior  
Douglas Roberto Martins  
Joaquim Torquato Luiz  
Maria Claudia Tremel de Faria  
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro  
Cristiane Weimer  
Diana da Costa Chierighini  
Ana Elisa Goulart Lorenzetti  
Guilherme André Pacheco Zattar  
Daniele Garcia Moritz  
Juliana Ramthun Frasson  
Symone Leite  
Carlos Alberto da Silva Galdino  
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior  
Julia Trevisan de Toledo Barros  
Felipe Nery Alberti de Almeida  
Luis Otávio Toniai  
Marcos Batista De Martino  
Marcela de Jesus Boldori Fernandes  
Francieli Fiorini

Marcos Augusto Brandalise  
Pablo Inglês Sinhori  
Camila Vanzin Pavani  
Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros  
Tiago Davi Schmitt  
Jaiison José da Silva  
Ana Paula Destri Pavan  
Bruno Bolognini Tridapalli  
Fabrício Pinto Weiblen  
Rafaela Denise da Silveira  
Roberta Trentini Machado Gonçalves  
Ana Laura Peronio Omizzolo  
Pedro Lucas de Vargas  
João Paulo de Andrade  
Alexandre Volpatto  
Elias Albino de Medeiros Sobrinho  
Bruna Gonçalves Gomes  
Marcela Pereira Geller  
Vinícius Secco Zoponi  
Raquel Betina Blank  
Michel Eduardo Stechinski

**Promotor Substituto**

Raul Rogério Rabello  
Henriqueta Scharf Vieira  
Mário Waltrick do Amarante  
Vanessa Wendhausen Cavallazzi  
Análú Librelato Longo  
Thiago Carriço de Oliveira  
Luiz Fernando Fernandes Pacheco  
Alceu Rocha  
Sandra Faitlowicz Sachs  
Leticia Baumgarten Filomeno  
Daniel da Costa Rabello  
Cleber Lodetti de Oliveira  
Djônata Winter  
Leandro Garcia Machado  
Renato Maia de Faria  
José Geraldo Rossi da Silva Cecchini  
Renata de Souza Lima  
Bianca Andrighetti Coelho  
Mariana Pagnan da Silva  
Matheus Azevedo Ferreira  
Marciano Villa  
Joel Zanelato  
Naiana Benetti  
Edisson de Melo Menezes  
Larissa Zomer Loli  
Eliatar Silva Junior  
Lia Nara Dalmutt  
Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes  
Luis Felipe Fonseca Católico  
Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos  
João Paulo Bianchi Beal  
Leonardo Fagotti Mori  
Rafael Fernandes Medeiros  
Thiago Madoenho Bernardes da Silva  
Juliana Degraf Mendes  
Danielle Diamante